



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

CRISTIANE MARQUES DE ARAUJO

**A ESCOLA E O FENÔMENO DO CYBERBULLYING NA
PERSPECTIVA E CONHECIMENTOS DOS PEDAGOGOS**

LONDRINA

2024

CRISTIANE MARQUES DE ARAUJO

**A ESCOLA E O FENÔMENO DO CYBERBULLYING NA
PERSPECTIVA E CONHECIMENTOS DOS PEDAGOGOS**

Tese apresentada à UNOPAR, no Doutorado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, área de concentração em Ensino, como requisito para obtenção do título de Doutora.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Eliza Adriana Sheuer Nantes.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helenara Regina Sampaio Figueiredo.

LONDRINA

2024

XXXXXX

Ficha catalográfica elaborada por CRB1 2949

CRISTIANE MARQUES DE ARAUJO

**A ESCOLA E O FENÔMENO DO CYBERBULLYING NA PERSPECTIVA E
CONHECIMENTOS DOS PEDAGOGOS**

Tese apresentada à Universidade Pitágoras UNOPAR, no Programa de Pós-Graduação em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, área de concentração em Ensino, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora, conferido pela Banca Examinadora formada pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Helenara Regina Sampaio
Figueiredo
Pitágoras UNOPAR

Prof.^a Dr.^a Bernadete Lema Mazzafera
Universidade Pitágoras Unopar

Prof.^a Dr.^a Eliza Adriana Sheuer Nantes
Universidade Pitágoras Unopar

Prof.^a Dr.^a Katia Alexandra de Godoi e Silva
Universidade Anhanguera (UNIDERP)

Prof.^a Dr.^a Valdirene Filomena Zorzo Veloso
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, 5 de junho de 2024.

Dedico este trabalho é dedicado à minha família, principalmente, à minha mãe, que me inspira, estudiosa e professora.

Ao meu pai, Trajano, uma pessoa humana, sempre muito respeitoso com todos e que me ensinou a ter ética em tudo, uma pessoa dotada de consciência social nas relações com todos ao seu redor.

Ao meu filho, Guilherme, aquele que também é meu melhor amigo e parceiro, que sempre vê o que há de melhor em mim, estudioso, comprometido, corajoso e focado nos seus objetivos, que me incentiva, me inspira a ser forte, se orgulha e é meu maior apoiador nas minhas caminhadas anteriores e nesta nova caminhada.

A Victória, minha norinha, sempre muito carinhosa e parceria.

Às minhas amigas do PIBID/Letras Espanhol que me fazem refletir sobre diversos conhecimentos e me motivam incondicionalmente na minha jornada de estudos.

Aos meus demais amigos e familiares que acreditam no meu potencial e me ensinam a ter voz numa sociedade que necessita de mudança, amor e respeito.

AGRADECIMENTOS

À minha querida família, que é o meu alicerce, e a todos os meus amigos, em especial aos do programa de pós-graduação no doutorado da Unopar.

Às amigas amadas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - Letras/Espanhol da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que além de se tornarem amigas fiéis, são parceiras e excelentes profissionais na prática docente. São responsáveis, seres humanos de coração ensinado por Deus e amigas da Educação.

À Universidade Pitágoras Unopar – UNOPAR, que me proporcionou bolsa de estudo e formação continuada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 -, pois toda a pesquisa foi realizada com o seu apoio financeiro.

A todos os professores e colaboradores da UNOPAR pelas grandes contribuições para esta pesquisa. Em especial, à Prof^a Eliza Adriana Sheuer Nantes, que sempre acreditou em mim, compreendia a minha prática profissional docente e que me ajudou de uma forma muito especial no meu progresso frente às minhas fragilidades neste percurso teórico que a academia exige. Iluminada, inteligente, humana, com o dom da escuta, apaixonada pelo seu trabalho acadêmico e principalmente qualificada na arte de ensinar. Ela que foi minha orientadora do mestrado e, incansavelmente, fortaleceu a minha formação no ato da docência e de pesquisadora. Sou sua fã! Por onde passo, quero mencioná-la como a professora que me inspira e, para mim, representa um exemplo do que é ser uma excelente mediadora na contemporaneidade. Nesta pesquisa foi minha coorientadora com contribuições essenciais.

À minha orientadora Professora Dr.^a Helenara, por me aceitar, cobrar resultados, pelas inúmeras sugestões na escrita da pesquisa e contribuir com sabedoria na tese.

Às professoras membros da banca de qualificação e defesa (Prof.^a Dr.^a Bernadete Lema Mazzafera, Prof.^a Dr.^a Katia Alexandra de Godoi e Prof.^a Dr.^a Valdirene Filomena Zorzo Veloso), pelas pertinentes ponderações, ideias, experiências acadêmicas e críticas que me aprimoraram e me impulsionaram na construção de engrandecer e abrihantar esta tese.

*Ninguém veste a pele do outro, ainda que o
suponha.*

Ana Suy (2021)

ARAUJO, Cristiane Marques. **A Escola e o Fenômeno do Cyberbullying na Perspectiva e Conhecimentos dos Pedagogos**. 145 f. Tese (Doutorado em Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, Universidade Pitágoras-UNOPAR, Londrina, 2024.

RESUMO

Com a implementação tecnológica, o mundo e as pessoas necessitam se adaptar às novas formas de comunicação, valorizar o aspecto emocional e interagir. O sistema escolar brasileiro deve atender a essa demanda e à flexibilidade de convivência característica da cultura digital. Reconhece-se que o ensino exerce impacto na sociedade, influenciando a inter-relação entre escola, as culturas de grupos sociais, as políticas públicas e a formação cidadã. Infelizmente, na cultura digital, observa-se a manifestação de agressões virtuais, caracterizadas como cyberbullying. Essas agressões evidenciam a falta de empatia e de elementos afetivos nas interações midiáticas, destacando a necessidade de (re)pensar a abordagem desses novos comportamentos característicos da era digital. O referencial teórico sobre a prática do cyberbullying, juventude e violência baseiam-se em autores como Belsey (2006), Smith (2004), Lima (2011), Shariff (2009; 2011), Silva (2015) para o ciberespaço, mundo contemporâneo e pós-modernidade, e Lévy (2010), Moran (2018), Palfrey (2011), Silva (2003) e outros. Justificamos a importância da pesquisa pela visibilidade do aumento da exposição pessoal no ambiente virtual e pelos casos de assédio virtual entre jovens. O objetivo desta tese é compreender as percepções e os conhecimentos atribuídos ao cyberbullying sob a perspectiva de pedagogos, visando identificar suas aplicações no processo formativo da Educação Básica Pública do Paraná. Metodologicamente, optamos pela pesquisa qualitativa, seguida de uma pesquisa de campo com pedagogos, professores graduados em pedagogia que atuam e/ou atuaram na educação pública, pertencentes ao convívio da professora pesquisadora. A amostra dos participantes será por conveniência. Na análise e interpretação dos dados, seguimos a abordagem qualitativa, explorando o conjunto de opiniões e representações sociais (Minayo, 2023). O instrumento de coleta de dados foi um questionário (Anexo 1), contendo questões abertas e fechadas, preenchido de forma individual e pessoal por meio de um formulário digital. Mapeamos as percepções e os conhecimentos dos pedagogos sobre bullying e cyberbullying, visando compreender a garantia de direitos e o combate às violências sistemáticas nas escolas. Com esta pesquisa, esperamos fomentar ações preventivas do fenômeno estudado na escola, avançar no entendimento das ações e práticas pedagógicas na Educação Básica Pública, promover reflexões e orientações para a construção do currículo universitário, público e privado, priorizando as diretrizes da política educacional do país.

Palavras-chave: Ensino. Cyberbullying. Violência. Escola. Cultura digital.

ARAUJO, Cristiane Marques. **School and the Phenomenon of Cyberbullying from the Perspective and Knowledge of Pedagogues**. 145 f Thesis (Doctorate in Mathematics) – Postgraduate Program in Methodologies for Teaching Languages and their Technologies, Universidade Pitágoras-UNOPAR, Londrina, 2024.

ABSTRACT

With technological implementation, the world and people need to adapt to new ways of communicating, valuing emotions and interacting. The Brazilian school system needs to meet this demand and flexibility of coexistence different from digital culture, recognizing that teaching affects society, in the interrelationship between schools, in the cultures of social groups, in public policies and in citizenship formation. Unfortunately, in digital culture, society's voices and views record manifestations of virtual aggression, characterized as cyberbullying, and have highlighted the lack of empathy and affection in media interactions, revealing that there is a need to (re)think how to confront these new behaviors characteristic of the digital age. The epistemological framework on the practice of cyberbullying, youth and violence, is affiliated with Belsey (2006), Smith (2004), Lima (2011), Shariff (2009; 2011), Silva (2015), for cyberspace, the contemporary world and postmodernity, Lévy (2010), Moran (2018), Palfrey (2011), Silva (2003) and others. We justify the importance of the research by its visibility regarding the increase in self-exposure in the virtual environment and by cases of virtual harassment among young people. Thus, in this thesis, we aim to understand the perceptions and knowledge attributed to cyberbullying, from the perspective of pedagogues, in order to identify its applications in the training process of Public Basic Education in Paraná. Methodologically, we resorted to qualitative research, followed by field research involving pedagogues, teachers graduated in pedagogy who work and/or worked in public education who belong to the researcher teacher's environment, therefore, the sample of participants will be for convenience. In the analysis and interpretation of data, qualitative research, in the exploration of the set of opinions and social representations (Minayo, 2023). The data collection instrument was a questionnaire (Appendix 1), with open and closed questions, which were completed individually, personally, using a digital form. We mapped the perceptions and knowledge of pedagogues about bullying and cyberbullying, to understand the guarantee of rights and the fight against systematic violence in schools. With this research we hope for future actions in order to encourage actions that prevent the phenomenon studied at school, advance the understanding of how pedagogical actions and practices are designed in Public Basic Education, promote reflection and directions for the construction of the public and private university curriculum that prioritizes the country's educational policy guidelines.

Keywords: Teaching. Cyberbullying. Violence. School. Digital culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formas de <i>bullying</i>	36
Figura 2 – Linha do tempo	39
Figura 3 – Mapeamento até final de março de 2023	39
Figura 4 – Além do planejamento.....	40
Figura 5 – Conceito de cyberbullying	42
Figura 6 – Tipos de <i>cyberbullying</i>	47
Figura 7 – Oito ações violentas	48
Figura 8 – <i>Internet</i> : potencialidades e fragilidades	51
Figura 9 – Infográfico dos TCTs da BNCC	57
Figura 10 – Percentual da prática do <i>bullying</i>	63
Figura 11 – Resultado da busca na Capes	81
Figura 12 – Resultado da busca no Catálogo de Teses e Dissertações Capes.....	82
Figura 13 – Resultado da busca no Catálogo de Teses e Dissertações Capes.....	83
Figura 14 – Termo <i>cyberbullying</i>	84
Figura 15 – Perfil dos pedagogos.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Citações dos autores sobre tecnologia.....	29
Quadro 2 – Citações sobre a cultura digital.....	31
Quadro 3 – Autores e as modalidades de <i>cyberbullying</i>	45
Quadro 4 – Etapas da análise de conteúdo.....	95
Quadro 5 – Categorias de análise	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados encontrados por termo de busca (1º Momento)	80
Tabela 2 – Processo de revisão de literatura	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD	Ensino a Distância
TAG	Transtorno de Ansiedade Generalizada
TOC	Transtorno Obsessivo Compulsivo
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
BPEC	Batalhão de Polícia Escolar e Comunitária
PEC	Patrulha Escolar Comunitária
NUCIBER	Núcleo de Combate aos Cibercrimes
SIGO	Sistema Integrado de Gestão de Operações
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Conselho Nacional de Saúde
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
NRE	Núcleo Regional de Ensino
PeNCE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PTD	Plano de Trabalho Docente
SEED	Secretaria de Educação a Distância
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
PCPR	Polícia Civil do Paraná
CNN	Cable New Network
MG	Minas Gerais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a América
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
CREP	Currículo de Rede Estadual Paranaense
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
CID	Classificação Internacional de Doenças
RCP	Referencial Curricular do Paraná
NRE	Núcleo Regional de Educação
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FE	Faculdade de Educação
IdEA	Instituto de Estudos Avançados
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
TCTS	Temas Contemporâneos Transversais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREP	Currículo da Rede Estadual Paranaense
CEB	Câmera de Educação Básica
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
SEJUF	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná
MPF	Ministério Público Federal
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
ICD	Índice de Civilidade Digital
BBC	British Broadcasting Corporation
CIBERLAD	Laboratório de Operações Cibernéticas
SEOPI	Secretaria de Operações Integradas
HSI	Homelard Security Investigation
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
PNAD	Pesquisa Nacional para Amostra de Domicílios
OMS	Organização Mundial da Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1	INTRODUÇÃO	17
2	MOTIVAÇÃO DA TESE	20
	2.1 OBJETIVO DA TESE	26
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
	3.1 A INFLUÊNCIA E O PAPEL DA TECNOLOGIA E DO ENSINO NO COMBATE AO CYBERBULLYING	27
	3.2 SITUANDO O CONTEXTO DO CYBERBULLYING NA CULTURA DIGITAL	31
	3.3 CYBERBULLYING: DESAFIOS DA CULTURA DIGITAL NO ÂMBITO ESCOLAR	34
	3.4 GÊNESE E A EVOLUÇÃO CONCEITUAL: O FENÔMENO CYBERBULLYING	35
	3.5 PARTICIPANTES DO FENÔMENO CYBERBULLYING	49
	3.6 INTERNET: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES	50
	3.7 CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS E COMPORTAMENTAIS DO BULLYING	54
	3.8 ENSINO: CYBERBULLYING E SEUS DOCUMENTOS NORMATIVOS	55
	3.8.1 As competências da BNCC e possíveis conexões no combate ao cyberbullying	58
	3.8.2 Documentos normativos do Paraná que norteiam o ensino no combate ao cyberbullying	60
	3.8.3 Os direitos humanos como eixo articulador: luta contra as injustiças sociais presentes no âmbito escolar e a falta de consciência da violência	61
	3.8.4 Cyberbullying: relato de experiência (era da emergência de ações)	67
	3.8.5 Guia de orientação do Paraná e outras em torno do Cyberbullying	70
	3.9 A IDENTIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	71
4	PERCURSO METODOLÓGICO	75
	4.1 O CAMPO DA PESQUISA	76
	4.2 REVISÃO DE LITERATURA	78
	4.2.1 Revisão de literatura sobre o cyberbullying perante a área do conhecimento educação e ensino	78
	4.3 PARTICIPANTES	88
	4.4 LOCAL	91
	4.5 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	91

4.6	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDOS	96
5	ANÁLISE DE CONTEÚDOS CATEGORIAL.....	98
5.1	CATEGORIA DE ANÁLISE “CONHECIMENTOS DOS PEDAGOGOS SOBRE CYBERBULLYING”	98
5.2	CATEGORIA “PERCEPÇÃO DOS PEDAGOGOS SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DO BULLYING E DE CYBERBULLYING NA ESFERA ESCOLAR”	98
5.2.1	“Percepção dos pedagogos sobre ações de relato sobre bullying e cyberbullying na esfera escolar”	100
5.2.2	Percepção dos pedagogos sobre o papel da escola e dos atores que formam frente a prática de bullying e cyberbullying	105
5.3	CATEGORIA DE ANÁLISE “FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS”	109
5.3.1	Preparo dos pedagogos	109
5.3.2	Conhecimento dos pedagogos sobre o PPP e PTD acerca do cyberbullying	112
5.4	RECURSOS	115
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS.....	121
	APÊNDICES	132
	APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	133
	ANEXOS.....	138
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO	139
	ANEXO B - LEI N.º 13.663 DE 14 DE MAIO DE 2018.....	143
	ANEXO C - LEI N.º 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	143
	ANEXO D - LEI N.º 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018	143
	ANEXO E - LEI N.º 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012	144
	ANEXO F - LEI N.º 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018.....	144
	ANEXO G - LEI N.º 12.852 DE 5 DE AGOSTO DE 2013	144
	ANEXO H - LEI N.º 13.185 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.....	145

1 INTRODUÇÃO

A cultura da internet, ou cultura digital, e os novos comportamentos da era digital, também no contexto escolar, tem sido foco de reflexão, investigação e teorização por vários pesquisadores em diversas áreas da ciência, como: Ensino, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Filosofia, entre outros. Além disso, a temática está nas Políticas Educacionais Nacional do Brasil, nos documentos que regem as Bases Legais, nos princípios norteadores do ensino público e privado brasileiro (Bacich et al., 2018), Moran (2013) e Santos (2003).

Na esfera acadêmica, outro tópico em destaque é a violência escolar, que em 2023 ganhou evidência devido a notícias de massacres em escolas do Brasil, abrangendo a cultura, a violência nos meios digitais e jogos eletrônicos (Palfrey, 2011; Shariff, 2011; Vinha, 2023).

Dentre os problemas associados ao uso da internet, em abril de 2023, “um criminoso de 25 anos invadiu uma creche em Blumenau (SC), matou quatro crianças com idade entre 4 e 7 anos e feriu mais cinco. A chacina veio dez dias após um aluno de 13 anos matar uma professora e ferir quatro pessoas em uma escola de São Paulo”. Grande parte da ação foi “planejada e incentivada em comunidades no submundo da internet”, e assassinos são vistos como heróis. Bechara (2023)¹ destaca que o uso da arma branca em Blumenau, uma machadinha, não é coincidência. “Desde que foi empunhada no massacre de Suzano (SP), em 2019, que teve dez mortos, ela apareceu em cinco ocorrências em escolas de quatro estados. O alerta está dado” (Bechara, 2023)².

Outro ataque em 2023 que chocou foi o atentado ao Colégio Estadual Helena Kolody, em Cambé, no Norte do Estado do Paraná, em 19 de junho de 2023³, causando a morte de dois alunos, de 16 e 17 anos e deixando outros tantos feridos³. Conforme as informações do delegado-chefe da Subdivisão da Polícia Civil do Paraná

¹ BECHARA, V. A onda de barbaridade dos massacres em escolas no Brasil: é preciso, no mínimo, criar mecanismos para proteger o ambiente escolar e frear a cultura à violência que se espalha nos meios digitais. Disponível em: <https://www.routledge.com/Sociophonetics-A-Students-Guide/Paolo-Yaeger-Dror/p/book/9780415498791>. Acesso em: 10 abr. 2023.

² CALSARA, F.; CRISTO, L. **Por vingança, responsável por ataque planejou o crime por quatro anos, diz a polícia**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/responsavel-por-ataque-/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

(PCPR), de Londrina, Fernando Amarantino Ribeiro Gonçalves Amorim, e pelo delegado titular da Delegacia de Cambé, Paulo Henrique Costa que concluíram o inquérito policial sobre o crime, mostraram “mensagens encontradas no celular do autor do crime” por outro jovem de Gravatá/SC que o incentivou a cometer o crime que começou a ser planejado quatro anos atrás e por outro jovem de Rolândia/PR. O atirador, responsável pela execução dos tiros, foi ex-aluno do colégio do segundo ao sétimo ano. “Durante esse tempo, nas palavras dele, sofreu bullying de colegas mais velhos. Passaram-se nove anos e, segundo ele, esse bullying deixou nele um trauma e, há quatro anos, passou a arquitetar ataque a essa unidade escolar específica”. Na mente dele, era uma vingança pelo que ele sofrera. Por quatro anos, a cabeça dele arquitetou o que fazer, afirmou o delegado-chefe de Londrina (Calsara; Cristo, 2023).

Segundo publicação do Jornal Estadão (2023) da CNN Brasil³, o último ataque à escola ocorreu em São Paulo, na Escola Estadual Sapopemba, na segunda-feira, dia 23 de outubro de 2023, sendo o 9º caso de violência em escolas no Brasil neste ano. O Instituto “Sou da Paz” mapeou casos dessa natureza cometidos desde 2002, totalizando sete ataques em escolas nos primeiros seis meses deste ano e mais dois neste mês de outubro 2023. Para esclarecer melhor, os ataques recentes em outubro foram registrados em Poços de Caldas (MG), no dia 10, e agora em Sapopemba, no dia 23.

De acordo com o Estadão,

Desde 2002, 49 pessoas morreram nesse tipo de ataque e muitas ficaram feridas. Dos 22 anos analisados, em 12 não houve nenhum ataque em escolas. A partir de 2019, a incidência aumenta e chega a patamares mais elevados em 2022 e 2023 (Estadão, 2023).

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, concedeu uma coletiva segunda-feira (23)⁴, e afirma "a gente tem que combater o bullying, a gente tem que

³ BENEDICTO, T. **Brasil registra 9 ataques em escolas neste ano e atinge patamar recorde; relembre casos**. Jornal CNN, página eletrônica. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-9-ataques-em-escolas-neste-ano-e-atinge-patamar-recorde-relembre-casos/>. Acesso em: 23 out. 2023.

⁴ MACHADO, L.; RODRIGUES, R.; BITAR, R. **Ainda não somos capazes de combater o bullying e a homofobia, diz Tarcísio após ataque a escola em SP**. G1 TV: Globo, página eletrônica, São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/23/ainda-nao-somos-capazes-de-combater-o-bullying-e-a-homofobia-diz-tarcisio-apos-ataque-a-escola-em-sp.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023

combater a homofobia, e depois de uma situação desta você chega à conclusão de que ainda não somos capazes" (Brasil, 2023).

2 MOTIVAÇÃO DA TESE

Nesse contexto, nós temos lamentavelmente testemunhado diversos casos de violências nas escolas, tanto no cenário nacional quanto internacional. As limitações de uso e ética na esfera da internet, no que tange aos lugares de socialização, destacam a necessidade de as escolas, enquanto espaços de aprendizagem na sociedade, direcionarem seus esforços para uma compreensão mais aprofundada e reflexiva sobre a complexa problemática das redes e as diversas formas de bullying, incluindo o cyberbullying.

Assim, como elemento de atribuição de entendimento do contexto ocupacional diário, a motivação desta tese surge como percurso profissional docente e acadêmico ante, em especial à minha inquietude como educadora da Educação Básica Pública do Paraná. O entrelaçamento entre o teórico e o mundo da experiência, os desafios de/para compreender, discutir, refletir e redefinir práticas educacionais escolares a fim de conscientizar, prevenir e combater o cyberbullying a partir de toda mudança despertada pela internet e pela tecnologia. Entendemos que a escola tem a função humanizadora de valores, dessa forma, se propõe a construção de criar uma estrutura de diálogo, reflexão e aprendizagem pensando ainda que exista uma desconexão no que se refere a dicotomia: teoria-prática, brincadeira-violência comportamentais nas relações.

Ademais, elaboramos a tese com o propósito de ampliar a temática pesquisada no Mestrado, o bullying, sob a Linha de Pesquisa 2, da Universidade Pitágoras Unopar, do Programa de Pós-Graduação em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. Diante do exposto, assumimos a complexa e polêmica tarefa de abordar de maneira científica e comprometida a invisibilidade do cyberbullying. Compreendemos a importância de criar mecanismos que promovam e contribuam para uma comunicação acessível à informação sobre o tema, incluindo a responsabilidade social, alertando sobre microagressões e a necessidade de conter a violência no âmbito escolar, tanto na intimidação virtual quanto na perseguição escolar cibernética.

A relevância e a justificativa deste tema fundamentam-se na existência do cyberbullying, considerando as questões sociais e a importância preventiva, que suscita questões urgentes sobre as competências e habilidades socioemocionais,

conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018):

Em que peso o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (fake news), de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias (Brasil, 2018, p. 488).

E da importância do ensino e aprendizagem do letramento digital, no âmbito do objetivo 4 com foco em educação de qualidade, especialmente no ponto

4.7 – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, o objetivo 16 visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, conforme estabelecido entre as 17 metas da ONU⁵ e seus parceiros no Brasil que abordam os principais desafios enfrentados no mundo para assim alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil.

Coe (2019), jornalista do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulga que “um em cada três jovens em 30 países disse ter sido vítima de bullying online, com um em cada cinco relatando ter saído da escola devido ao cyberbullying e violência”. Na mesma matéria, a diretora executiva da UNICEF, Henrietta Fore, reitera ainda que “as salas de aula conectadas significam que a escola não termina mais quando o aluno sai da aula e, infelizmente, o bullying também não termina no pátio da escola”. Ela destaca a necessidade de repensar a práxis educacional para os jovens, considerando tanto o ambiente online quanto offline que eles enfrentam. Outro dado importante da UNICEF, considerando o Brasil:

⁵ ONU, Organizações das Nações Unidas. **Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU)**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>. Acesso em: 20 maio 2023

37% dos respondentes afirmaram já ter sido vítima de cyberbullying. As redes sociais foram apontadas como o espaço online em que mais ocorrem casos de violência entre jovens no País, identificando o Facebook como a principal. Além disso, 36% dos adolescentes brasileiros informaram já ter faltado à escola após ter sofrido bullying online de colegas de classe, tornando o Brasil o país com a maior porcentagem nesse quesito na pesquisa. Ao contrário da média mundial, os brasileiros acreditam que quem deve ser principalmente responsável por acabar com o cyberbullying são os próprios jovens, tendo 55% escolhido esta opção em detrimento do governo e de empresas de internet (Coe, 2019).

No campo do ensino, Moran (2018, p. 11) assevera que “é impossível educar de costas para um mundo conectado”. A principal preocupação educacional que destacamos é que os jovens nascidos no mundo atual, nativos digitais, já estão inseridos no que diz respeito à cultura digital, e percebemos que apenas o acesso às redes não é suficiente. Os estudantes têm a necessidade de desenvolver habilidades e competências, envolvendo atos, desejos e pensamentos, para navegar nestes novos tempos e espaços híbridos nos quais há uma velocidade sem precedentes, presentes em todos os momentos de suas vidas. O ensino precisa abrir discussões sobre as novas formas de comunicação e interação viabilizadas pelas tecnologias digitais, arquitetando um ambiente escolar que contribua para o fim do ciclo de agressividade, favorecendo a saúde mental de todos.

Vale destacar também que a tese está de acordo com a legislação nacional ordinária, Lei n.º 13.663, de 2018 (Anexo 2), que inclui a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, assim como a promoção da cultura de paz, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino (Brasil, 2018).

Além disso, documentos normativos da Educação Básica do Paraná, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Ministério da Educação (MEC), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), Base Nacional Curricular Comum (BNCC), Referencial Curricular do Paraná, Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), permeiam o mesmo viés de combater violências no âmbito escolar e fomentar uma sociedade mais tolerante, empática, democrática e sem hostilidades.

Para além dos documentos oficiais, a relevância da temática está na possível extinção e/ou diminuição do número de atos do fenômeno cyberbullying por meio de

ações educativas e preventivas, promovendo um avanço na construção acadêmica e social.

Dito isto, para o embasamento teórico, a tese está fundamentada nos estudos de Belsey (2006), Donegan (2012), Smith (2004), Lima (2011), Silva (2010), Shariff (2011), Silva (2015), Santana (2013), Ribeiro (2019) e outros, que fornecem dados sobre os conceitos, características dos sujeitos envolvidos, suas consequências e autores que dialoguem sobre a legislação brasileira no que tange o cyberbullying.

A referência inicial para abordar esse tipo de violência é Belsey (2006), que foi pioneiro no que diz respeito ao termo cyberbullying, indicando o uso das tecnologias de comunicação para prejudicar de alguma forma os outros.

É com base nas questões escolares e urgentes na perspectiva de Donegan (2012, p. 38), tradução nossa, que se tem “a ideia das escolas públicas limitarem a fala dos alunos fora do campus é altamente relevante à medida que o cyberbullying se torna um problema mais reconhecido nacionalmente”. Assim, reconhece o cyberbullying como um problema pertinente e expressivo nas escolas.

Smith (2004, p. 99) assevera que o cyberbullying é “uma ação agressiva e intencional realizada por um grupo ou por um indivíduo, com o uso de formas de contato eletrônico, de forma repetida e ao longo de um período contra uma vítima que não consegue se defender com facilidade”.

Para Lima (2011, p. 11), “a temática do bullying que atinge esta forma específica pela internet é, por si só, uma questão que exige maior debate em nossa sociedade, mas, sobretudo, nas escolas e nas famílias”. O autor reitera a importância provocativa das escolas serem espaços diversos em razão de que a internet pode “ser um facilitador da violência” (op. cit., 2011, p. 11), propiciando o cyberbullying e até o fosso intergeracional, inclusive familiar. Novamente, o que se interessa discutir e importante compreender é o cyberbullying no âmbito escolar, que com a internet intensifica a sua aparição na contemporaneidade.

Segundo dados da ONU News- Perspectiva Global Reportagens Humanas (2022, p. s./n.)⁶, o cyberbullying ou bullying cibernético é a maior preocupação no uso da internet por crianças, pois a “Unicef diz que a cada 30 segundos, um menor se

⁶ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1779172>. Acesso em: 1 jun. 2024.

torna usuário da rede; 40% dos ouvidos por pesquisa da União Internacional de Telecomunicações relatam receios com insegurança na tela”.

Almeida (2022)⁷, da revista Forbes Tech, comenta que Brasil já é o 5º país com mais usuários de internet no mundo, revelando ser líder na América Latina em número de usuários de internet ativos. Atentamente, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Mundial da Saúde (OMS), incluiu em fevereiro de 2022 o vício em jogos, transtornos patológicos e comportamentais associados a jogos eletrônicos, a atualização da 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças, aponta que “a CID-11⁸ inclui novos capítulos sobre medicina tradicional, saúde sexual e distúrbios relacionados a jogos – que agora foram adicionados à seção sobre transtornos aditivos” (Brasil, 2022).

A psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva (2010), mostra que as consequências do assédio virtual é que:

Qualquer pessoa submetida ao cyberbullying sofre com níveis elevados de insegurança e ansiedade. Quando as vítimas são crianças ou adolescentes, as reações são ainda mais intensas, e as repercussões psicológicas e emocionais podem ser infinitamente mais sérias. Mais que isso, os ataques de bullying virtual podem se constituir em um fator desencadeante de diversas doenças mentais (Silva, 2010, p.126).

As evidências são inúmeras de que a internet está presente na rotina do nosso dia a dia. Assim, o sujeito não é qualquer um, e sim, um sujeito inserido na cultura digital, isto é, um usuário da internet.

O sistema escolar brasileiro precisa atender a essa demanda e flexibilidade de convivência diversa da cultura digital, ampliar a “inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola” (Bacich, Moran, 2018). Lamentavelmente, na cultura digital, vozes e olhares da sociedade registram manifestações de agressões virtuais, caracterizadas como cyberbullying e têm evidenciado a falta da empatia e do afetivo nas interações midiáticas, revelando que há necessidade de se (re)pensar o enfrentamento desses novos comportamentos característicos da era digital.

⁷ ALMEIDA, J. de. **Brasil é o 5º país com mais usuários de internet no mundo**. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2023.

⁸ Versão final da nova Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-11) é publicada e está disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-nova-classificacao-%20internacional-doencas-da-oms-cid-11-e#gsc.tab=0>. Acesso em: 1 jun. 2023.

Sobre esta temática, Dupas (2000, p. 8) apregoa que o homem é livre, mas precisa ser orientado por valores éticos para os novos tempos, “não se trata de ir contra o desenvolvimento tecnológico, adotando um posicionamento reacionário”, e sim, apropriar-se de que “a tecnologia pode e deve se submeter a uma ética que seja libertadora a fim de contemplar o bem-estar de toda a sociedade”.

Diante do exposto, destaca-se a importância da visibilidade no que concerne ao aumento da exposição de si no ambiente virtual, assim como a necessidade do desenvolvimento e do pensamento crítico, ético e significativo dos educandos diante da cultura digital. Isso engloba cuidados preventivos no uso do ciberespaço e a compreensão da convergência entre espaços presenciais e físicos, visando auxiliar na formação dos alunos com o uso social das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Os dados de pesquisa apresentam um desafio, instigando uma reflexão sobre a estrutura de diálogo, ensino e aprendizagem, bem como um (re)pensar nas demandas da prática docente e nas necessidades estudantis, sob a perspectiva dos pedagogos.

Este trabalho foi organizado com base em reflexões teóricas e práticas, subdividindo-se em quatro seções. A primeira aborda a fundamentação teórica, destacando a influência e o papel da tecnologia/ensino no combate ao cyberbullying. A segunda seção discorre sobre o contexto do cyberbullying na cultura digital, enfatizando as questões relacionadas à cultura digital, os desafios no âmbito escolar, a gênese e evolução conceitual do fenômeno, o ensino do cyberbullying e seus documentos normativos. Ela caracteriza a BNCC no combate ao cyberbullying, destaca os direitos humanos como eixo articulador, analisa as potencialidades e fragilidades da internet, explora as consequências psíquicas e comportamentais do bullying, identifica os participantes do fenômeno e apresenta um guia de orientação sobre o cyberbullying. A terceira seção aborda os métodos e processos, incluindo a revisão de literatura que explora a percepção e os conhecimentos dos pedagogos sobre o cyberbullying, o campo da pesquisa, o local, os participantes e a técnica de coleta de dados. A quarta seção apresenta as categorias de análise dos conteúdos categoriais e as informações dos pedagogos. Por fim, a quinta seção, a conclusão, traz as considerações finais.

Tendo percorrido sobre a motivação da pesquisa, a próxima etapa consistirá na apresentação dos objetivos, geral e específicos, que serão abordados neste

estudo.

2.1 OBJETIVO DA TESE

O objetivo geral desta tese é compreender as percepções e os conhecimentos atribuídos ao cyberbullying, sob a perspectiva de pedagogos.

Após essa abordagem mais abrangente, desdobram-se ações específicas para alcançar o objetivo geral, as quais são:

- a. Apresentar a temática *cyberbullying*;
- b. Analisar os documentos oficiais normativos (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Referencial Curricular do Paraná – RCP, Currículo de Rede Estadual Paranaense – Crep), com o propósito de diagnosticar o que tais documentos trazem sobre a temática;
- c. Realizar revisão de literatura, acerca das teses vigentes sobre cyberbullying nas bases da CAPES, a fim de mapear trabalhos sobre cyberbullying, no âmbito da Educação e do Ensino no período de 2018 a 2023;
- d. Conhecer os saberes dos pedagogos que atuam no Ensino Fundamental e Médio na Educação Básica do Paraná, pertencentes ao Núcleo Regional de Educação (NRE) do município de Londrina, por meio de questionários sobre o bullying e o cyberbullying para analisar as percepções e os conhecimentos das teorias e práticas pedagógicas.

Ressaltamos que os objetivos foram expostos a fim de discutir a temática *cyberbullying*.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção destaca o cyberbullying, discutindo seu conceito, contexto na cultura digital, orientações no âmbito escolar e as disposições legais relacionadas ao Ensino. Além disso, aborda os pressupostos e documentos normativos para a atuação docente na Educação Básica Pública do Paraná.

Entre os documentos normativos utilizados estão a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), o Referencial Curricular do Paraná (Paraná, 2018), o Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), além do IBGE (Brasil, 2019) e o "Programa Reconecte em Foco" (2021). Quanto à atuação e identidade do pedagogo, Behrens (2008), Lévy (2010), Kenski (2015) e outros autores direcionam as argumentações.

3.1 A INFLUÊNCIA E O PAPEL DA TECNOLOGIA E DO ENSINO NO COMBATE AO CYBERBULLYING

O mundo contemporâneo está permeado por avanços tecnológicos e científicos com sucessivas transformações, impactos na vida e desafios mundiais em todos os setores da sociedade, inclusive no campo escolar, melhor dizendo, no ensino e na aprendizagem. A esse respeito, Lévy (2010) expõe a grandiosa evolução tecnológica para citar as mutações culturais e sociais contemporâneas. Para o filósofo, "as tecnologias digitais surgiram, então, como infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento" (Lévy, 2010, p. 32).

Para Palfrey (2011, p. 13) "o mais incrível, no entanto, é a maneira em que a era digital transformou o modo como as pessoas vivem e se relacionam umas com as outras e com o mundo que as cercam". Por isso, a cada dia que passa, há várias razões para se preocupar, inclusive para pais e professores, relacionadas a interações, privacidade, identidade, exposição a jogos e imagens violentas, responsabilidade social, segurança e aos hábitos de navegar na web de suas crianças. O autor ainda afirma que as pessoas se conectam entre si por meio de um modo de vida mediado pelo uso da tecnologia, a uma velocidade sem precedentes,

abrangendo todos os aspectos de suas vidas, como interações sociais, amizades, atividades culturais e cívicas.

Entretanto, "o principal fator não é a velocidade neste contexto, embora a conveniência seja importante; os principais fatores são a precisão, a confiabilidade, o insight, a análise, os novos ângulos e os relacionamentos" (Palfrey, 2011, p. 273). Atualmente, vive-se a era do indivíduo digital, com novas ferramentas digitais sendo inseridas no cotidiano, o surgimento de habilidades e competências, e a necessidade de usar adequadamente esses dispositivos para enfrentar a vida pessoal e profissional.

O trabalho intelectual de Santos (2003) convence as sociedades da necessidade inexorável de discutir a questão tecnológica e suas dimensões na vida, tanto do ponto de vista extenso quanto intenso. Em outras palavras, suas potencialidades, riscos, efeitos colaterais, aceleração tecnológica, globalização, modos de vida, plano utilitário e o uso invisível e não percebido dos perigos da tecnologia na sociedade e no futuro humano. Como é de conhecimento geral, "o acesso à tecnologia tornou-se tão vital que hoje a inclusão social e a própria sobrevivência passam obrigatoriamente pela capacidade que indivíduos e populações têm de se inserir no mundo das máquinas e de acompanhar as ondas da evolução tecnológica" (Santos, 2003, p. 10).

Segundo Kenski (2015, p. 21), é interessante observar que "a evolução tecnológica não se restringe apenas aos novos usos de determinados equipamentos e produtos, ou seja, ela altera comportamentos", ou seja, transforma o comportamento individual e coletivo. Ainda adiciona que "o homem transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas". Elas transformam suas maneiras de pensar, sentir, agir. Mudam também suas formas de se comunicarem e de adquirirem conhecimentos (op. cit., 2015, p. 21).

Na mesma perspectiva, Bacich e Moran (2018) apregoam que na segunda década do século XXI, perante o acentuado uso social das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) sob os diversos dispositivos conectados à internet "gerou e continua gerando mudanças sociais que provocam a dissolução de fronteiras entre espaço virtual e espaço físico e criam um espaço híbrido de conexões". Assim, nessa convergência, eles apontam a necessidade de uma posição crítica, levando à emergência da cultura digital, pois manifestam-se: "novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos" (Bacich, Moran, 2018, p. 9).

Ademais, Mastache (2009, p. 33) informa que "o século XXI se iniciou em um contexto de globalização dos mercados e economias, de grandes mudanças culturais e sociais e de rápidos avanços científico-tecnológicos, todas as áreas em constante interação", e neste contexto, chama a atenção para as modificações, pois alteram o mundo do trabalho e o perfil dos trabalhadores, "bem como transformações nas necessidades de formação dos cidadãos para que possam participar com responsabilidade e não sejam excluídos dos benefícios sociais" (op. cit., 2009, p. 11).

Para a best-seller Anna Lembke (2022, p.33), psiquiatra e professora da Escola de Medicina da renomada Universidade Stanford, a internet estimula e sugere novos comportamentos que, aliás, seriam capazes de nunca ter ocorrido. Para a doutora, "os seres humanos são animais sociais" e adiciona "somos como bandos de pássaros. Assim que um de nós levanta voo, todo nosso bando eleva-se no ar" (op. cit., 2022, p. 33).

Percebemos que em todas as citações dos autores, sintetizadas na tabela abaixo, a tecnologia é percebida em todos os espaços, como ambiente de diálogos, inclusive na escola, e os jovens formam parte dessa convergência, a internet é o espaço dos jovens criando essa nova realidade híbrida.

Quadro 1 – Citações dos autores sobre tecnologia

Autor (Ano)	Citações
Santos (2003)	O acesso à tecnologia tornou-se tão vital que hoje a inclusão social e a própria sobrevivência passam obrigatoriamente pela capacidade que indivíduos e populações têm de se inserir no mundo das máquinas e de acompanhar as ondas da evolução tecnológica (Santos, 2003, p. 10).
Mastache (2009)	O século XXI se iniciou em um contexto de globalização dos mercados e economias, de grandes mudanças culturais e sociais e de rápidos avanços científico-tecnológicos, todas as áreas em constante interação [...]. Bem como transformações nas necessidades de formação dos cidadãos para que possam participar com responsabilidade e não sejam

	excluídos.
	dos benefícios sociais (Mastache, 2009, p. 11).
Lévy (2010)	As tecnologias digitais surgiram, então, como infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento (Lévy, 2010, p. 32).
Palfrey (2011)	O mais incrível, no entanto, é a maneira em que a era digital transformou o modo como as pessoas vivem e se relacionam umas com as outras e com o mundo que as cercam (Palfrey, 2011, p. 13). O principal fator não é a velocidade neste contexto, embora a conveniência seja importante; os principais fatores são a precisão, a confiabilidade, o insight, a análise, os novos ângulos e os relacionamentos (Palfrey, 2011, p. 273).
Kenski (2015)	O homem transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas (Kenski, 2015, p. 21).
Bacich e Moran (2018)	Gerou e continua gerando mudanças sociais que provocam a dissolução de fronteiras entre espaço virtual e espaço físico e criam um espaço híbrido de conexões. Novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos” (Bacich, Moran, 2018, p. <i>on-line</i>).
Lembke (2022)	Somos como bandos de pássaros. Assim que um de nós levanta voo, todo nosso bando eleva-se no ar (Lembke, 2022, p. 33).

Fonte: Elaborado pela autora para a tese.

Além disso, a pandemia do coronavírus, Covid-19, em meio a sérios problemas, acelerou o uso das ferramentas tecnológicas mediante a adaptação do isolamento social brasileiro, demandando proximidade de pessoas em relação ao tempo e espaço por meio de aulas digitalmente conectadas, o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Para Girardi (2020), foi necessário encontrar novas formas de

organização social. Assim, Santos (2020) assevera que a sociedade deve adaptar-se ao futuro, providenciando a promoção do bem viver, mudanças nos modos de ser e estar em sociedade.

3.2 SITUANDO O CONTEXTO DO CYBERBULLYING NA CULTURA DIGITAL

Com o termo ciberespaço, surgiram novos termos e novas possibilidades de definição para tudo que se refere às redes de computadores interligados e ao lugar de socialização de cibernautas. A cultura revela evidências de traços de um tipo de sociedade, visto que é determinada de acordo com o processo histórico e suas relações com outras culturas. “A cultura revela quem somos, constitui-nos e, simultaneamente, nós a constituímos” (Ferreira, 2012, p. 55).

A partir dessa consideração, o conceito da cultura digital, impulsionado pelas grandes modificações e rápidas transformações da cultura contemporânea e pelo desenvolvimento das TDICs, vem exigindo um repensar de que há uma intersecção da vida real pela vida digital. É dentro desse contexto que surgem novos elementos constituintes da cibercultura, entre eles: ciberespaço, cultura digital, cultura da atualidade, cultura contemporânea e tantas outras palavras.

Entretanto, em qualquer definição, a essência está no contexto do movimento comportamental humano no digital, no compartilhamento, algo novo, em um cenário novo, surgindo a necessidade de ir além da definição, explorando a esfera semântica da palavra, sua essência.

Para melhor elucidar os conceitos acima, buscamos agrupar as citações, conforme a tabela abaixo:

Quadro 2 – Citações sobre a cultura digital

Autor (Ano)	Citações
Lévy (1999)	O ciberespaço é um “dispositivo de comunicação interativo e comunitário, apresenta-se justamente como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva (Lévy, 1999, p. 29).

Santos (2003)	A cultura contemporânea está sendo rapidamente desmaterializada, isto é, digitalizada e reelaborada na esfera da informação (Santos, 2003, p. 140).
Costa (2008)	A cultura da atualidade está intimamente ligada à ideia de interatividade, de interconexão, de interrelação entre homens, informações e imagens dos mais variados gêneros. Essa interconexão diversa e crescente é devida, sobretudo, à enorme expansão das tecnologias digitais da última década”(Costa, 2008, p. 8-9).
Bauman (2008)	A maior parte dela se passa na companhia de um computador, um iPod ou um celular, e apenas secundariamente ao lado de seres de carne e osso [...]. (Bauman, 2008, p. 9).
Ferreira (2020)	[...] escola e seus professores, como parte da sociedade, encontram-se como atores que recebem essa cultura posta pelas tecnologias digitais, utilizada para os mais diversos fins, onde alteram fortemente as nossas formas de comunicação, informação e interação (Ferreira, 2020, p. 2).
Equipe Educamundo (2023)	A cultura digital refere-se ao conjunto de práticas relacionadas ao uso de tecnologias da informação e comunicação na sociedade (EDUCAMUNDO, 2023, p. <i>on-line</i>).
BNCC (2018)	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 11).

Fonte: Elaborado pela autora para a tese.

O ciberespaço, nas palavras de Lévy (1999), é a oportunidade de novas formas e modos de comunicação, crescentes nas implicações culturais. Como resultado, compreender, refletir e conscientizar toda uma geração de comunicação envolvida na cibercultura. O ciberespaço é um "dispositivo de comunicação interativo

e comunitário, apresenta-se justamente como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva" (op. cit., 1999, p. 29). Ele adiciona que "o computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente da rede universal calculante" (op. cit., 1999, p. 44). Além disso, evidencia que é "um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores" (op. cit., 1999, p. 92), afirmando "eis o ciberespaço [...]: um imenso ato de inteligência coletiva sincrônica, convergindo para o presente, clarão silencioso, divergente, explodindo como uma ramificação de neurônios" (op. cit., 1999, p. 250).

Costa (2008) afirma que a cultura digital, que vivenciamos na atualidade, surge por meio de um conjunto de uma nova estruturação de pensamentos, conhecimentos, práticas sociais, interconexão, intercomunicação e valores diretamente ligados à ampliação do uso da tecnologia da informação e comunicação nas últimas décadas. Em outras palavras, essa cultura inclui a forma como utilizamos e processamos a comunicação na sociedade por meio das tecnologias incorporadas em nosso contexto.

A cultura digital é o conjunto de práticas, valores e conhecimentos relacionados ao uso da tecnologia da informação e da comunicação na sociedade. Ela abrange a maneira como as pessoas interagem com computadores, smartphones, redes sociais e aplicativos, bem como a incorporação dessas tecnologias na sociedade.

No mesmo sentido, no âmbito da cibercultura, Santos (2003, p. 140) sugere que "a cultura contemporânea está sendo rapidamente desmaterializada, isto é, digitalizada e reelaborada na esfera da informação".

Segundo Bauman (2008, p. 9) a vida social já se converteu em uma vida online, quando anuncia "a maior parte dela se passa na companhia de um computador, um iPod ou um celular, e apenas secundariamente ao lado de seres de carne e osso".

Para a Equipe Educamundo (2023), "a cultura digital refere-se ao conjunto de práticas relacionadas ao uso de tecnologias da informação e comunicação na sociedade". Isso envolve como as pessoas interagem com dispositivos, computadores, redes sociais, aplicativos e plataformas digitais, assim como compartilham, produzem, inovam, solucionam problemas e consomem conteúdo digital, e de que maneira essas tecnologias são assimiladas e incorporadas na coletividade.

Vale ressaltar que a cultura digital, em concordância com Ferreira (2020), pode ser percebida como um conjunto de práticas, costumes, hábitos e interações sociais cometidas por meio de recursos tecnológicos digitais. A autora afirma que essa cultura progrediu a partir do nosso cotidiano, que está permeado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), dando aportes às nossas práticas sociais. Além disso, persiste que "a escola e seus professores, como parte da sociedade, encontram-se como atores que recebem essa cultura posta pelas tecnologias digitais, utilizada para os mais diversos fins, onde alteram fortemente as nossas formas de comunicação, informação e interação" (2020, p. 2). A cultura digital, na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), faz parte de uma das 10 competências consideradas essenciais a serem ensinadas e incluídas no currículo escolar para o futuro e para o mercado de trabalho.

Para a BNCC (Brasil, 2018, p. 11), cultura digital é:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 11).

No bojo dessa nova reconfiguração cultural, encontram-se desafios, e pretende-se abordar algumas percepções relacionadas à demanda da cultura digital no contexto do cyberbullying.

3.3 CYBERBULLYING⁹: DESAFIOS DA CULTURA DIGITAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Nas últimas décadas, as demandas educativas e o ensino relacionados à cultura digital, ou seja, ao ciberespaço e à cibercultura, precisam estar em constante diálogo diante das mudanças tecnológicas.

⁹ Optou-se pela grafia *cyberbullying* no corpo do texto. Sabemos que o termo "cyberbullying" foi aportuguesado, por alguns autores com a grafia *ciberbullying*. Entretanto, optamos pela grafia "cyberbullying" considerando que o pesquisador canadense, Bill Belsey, foi a primeira pessoa a citar e definir a palavra "Cyberbullying" no mundo, como aponta o *site* Politize!, matéria de Carolina Cristina da Silva, do ano de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cyberbullying-o-que-e/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Neste contexto, esta seção é dedicada a compreender o que é o fenômeno do cyberbullying, um desafio da cultura digital.

3.4 GÊNESE E A EVOLUÇÃO CONCEITUAL: O FENÔMENO CYBERBULLYING

Antes de abordar o cyberbullying, é necessário mencionar o bullying tradicional.

Desse modo, de acordo com Shariff 2011, p. 32) "o bullying entre crianças em idade escolar é, sem dúvida, um fenômeno bastante antigo, embora não tenha sido objeto de estudo sistemático até o início da década de 1970". Historicamente, nas duas últimas décadas, "essa visão mudou; atualmente, o bullying que ocorre no pátios das escolas e o cyberbullying são vistos como problemas graves que requerem atenção" (Shariff, 2011, p. 33).

Nos Estados Unidos, houve uma epidemia de tiroteios nas escolas na década de 1990, sendo o caso notório da *Columbie High School*¹⁰ que trouxe a questão do bullying ao mundo (Cook, 2023).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a violência escolar resulta na privação do direito à educação para muitos jovens, sendo o bullying a principal ferramenta desse tipo de agressão. Documentos indicam que todas as crianças podem ser vítimas de bullying, mas aquelas consideradas diferentes de alguma forma tendem a sofrer mais com esse tipo de assédio (Brasil, 2020).

O Ministério da Educação, Juventude e Esporte da França, em parceria com a UNESCO, realizou uma conferência internacional para criar mecanismos de erradicação do bullying nas escolas, aumentando a conscientização, trocando informações e mobilizando governos, especialistas e toda a comunidade educacional para buscar soluções em relação à influência do bullying no cenário escolar (Brasil, 2020).

Santana (2013, 2013, p. 26) destaca que o bullying escolar é um fenômeno "sem fronteira geográfica ou socioeconômica, que pode acontecer dentro ou fora do estabelecimento de ensino". Essa prática violenta pode ter reflexos na vida, nas

¹⁰ O massacre aconteceu em 1999, quando dois alunos que sofriam bullying invadiram a escola e mataram 12 alunos e um professor. Feriram vários outros alunos e se suicidaram. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/columbine-massacre-bullying/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

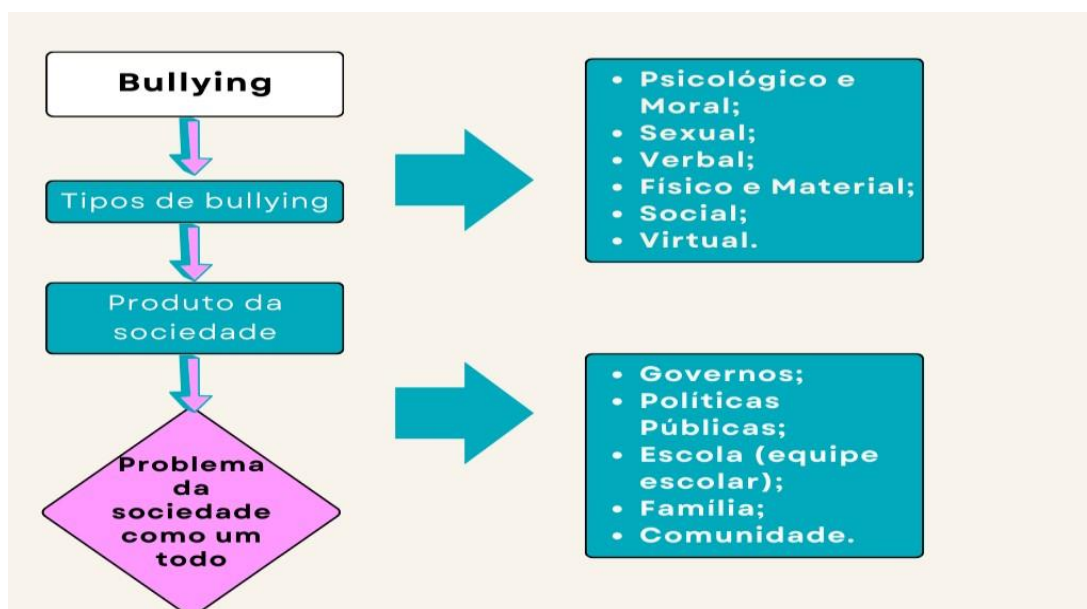
relações escolares, familiares e/ou profissionais, ou seja, na convivência social.

De acordo com a médica psiquiatra Silva (2015, p. 19), a prática comportamental do bullying é:

[...] de origem inglesa, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Entre esses comportamentos, podemos destacar agressões, assédios e ações desrespeitosas realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores. É fundamental explicitar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes geralmente não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Isso significa dizer que, de forma quase “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas. E isso invariavelmente produz, alimenta e até perpetua muita dor e sofrimento nos vitimados [...].

A Figura 1, a seguir, pormenoriza o que assinala Silva (2015) e aponta os exemplos das ações violentas.

Figura 1 – Formas de *bullying*



Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de Silva (2015).

Estudos realizados por meio de três pesquisas nos EUA concluíram que as formas mais comuns de bullying são: 1) insultos, xingamentos e apelidos; 2) golpes, agressão direta e roubo; 3) ameaças, difamação; 4) exclusão social e isolamento. No projeto "Young Live", que trata da pobreza infantil na Etiópia, Índia, Peru e Vietnã,

crianças com até 15 anos de idade foram entrevistadas sobre a prática do bullying. Dentre os tipos relatados, a maior frequência esteve relacionada ao bullying indireto e relacional, ou seja, humilhação e exclusão social. No entanto, o bullying verbal também foi muito mencionado, seguido do bullying físico (Unicef, 2014).

De acordo com Rogers e Salgado (2016), o ambiente virtual proporciona desinibição, mencionando o caso de pessoas que sofrem com a prática do bullying e que utilizam a internet para se vingar daqueles que praticaram essa ação, já que a internet lhes proporciona a possibilidade de anonimato por meio de identidades alternativas, ou seja, perfis falsos com o intuito de assediar.

Julia Wilkins et al. (2007) conduziram quatro estudos sobre as dinâmicas do cyberbullying, identificando sete tipos caracterizados por: 1) mensagem de texto enviada por meio de telefone celular com o intuito de causar desconforto e ameaças; 2) compartilhamento de imagens ou vídeos, nos quais as imagens das vítimas são enviadas para outras pessoas com o propósito de ameaçar; 3) intimidação por meio de chamadas telefônicas com mensagens abusivas, especialmente quando o celular da pessoa é roubado e utilizado para perseguir outros, culpando o proprietário da linha telefônica; 4) intimidação por e-mail, envio de conteúdos, frequentemente utilizando um nome falso ou o nome de outra pessoa; 5) chat room bullying, com respostas agressivas e intimidadoras em sala de bate-papo; 6) intimidação por meio de mensagens instantâneas; 7) bullying em websites, por meio de blogs difamatórios, sites pessoais, sites de pesquisa, entre outros (Wilkins et al., 2007).

Carpenter et al. (2014) apontam diversas dinâmicas do cyberbullying, destacando: 1) namecalling (apelidar alguém de modo rude); 2) propagação de rumores; 3) flamings (discussões calorosas online); 4) ameaças, fingir ser outra pessoa (fakenames); 5) envio de fotos indesejadas; e 6) sexting, que envolve postar ou compartilhar imagens e vídeos com conteúdos constrangedores. Além das redes sociais, o cyberbullying também pode ocorrer por meio de jogos online com vários participantes, nos quais um jogador poderoso pode 'trolar' (zombar e humilhar outros), roubar itens do jogo como recompensas, invadir contas e formar gangues, entre outras formas.

Antonowicz (2010) relata que o governo da Indonésia, em colaboração com vários setores interessados, como associações de pais e redes de adolescentes, lançou uma campanha nas redes sociais visando eliminar todas as formas de violência na infância. A iniciativa inclui esforços liderados por jovens para aumentar a

conscientização sobre o bullying e o cyberbullying, além de fornecer apoio às vítimas. Um exemplo dessas ações é o manual 'End bullying', que busca capacitar as crianças e promover o suporte entre os colegas.

Kowalski et al. (2014) destacam outras formas de bullying, incluindo o harassment (envio de mensagens repetitivas e com conteúdo ofensivo), bloqueios na conta, solicitação de informações pessoais online e posterior compartilhamento sem consentimento; cyber-stalking (utilização de comunicação eletrônica para pesquisar informações sobre outras pessoas) e a divulgação dessas informações de maneira depreciativa.

A professora brasileira Telma Vinha, reconhecida como uma das mais importantes pesquisadoras em problemas de convivência escolar e radicalização da juventude, atua na Faculdade de Educação (FE) e é pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados (IdEA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em suas observações, Vinha destaca que as redes sociais têm se transformado em um canal de diálogo que abrange diversas dimensões das violências extremistas experimentadas pelas escolas no Brasil. Ela ressalta que muitas das mensagens contendo ameaças de ataques a escolas, amplamente difundidas nas redes sociais nas últimas semanas, têm causado preocupação entre autoridades, dirigentes de instituições de ensino, pais e estudantes. A pesquisadora aponta que essas mensagens apresentam um padrão distinto daquele verificado entre adolescentes que interagem com comunidades extremistas.

Telma Vinha realizou um mapeamento das violências no período de 2022 a março de 2023, excluindo o caso da escola de Cambé, Colégio Estadual Professora Helena Kolody, já mencionado no texto e ocorrido em junho de 2023. Os dados mencionados foram extraídos do canal no YouTube do Laboratório Digital Educacional, especificamente do curso "Comunicação no processo de autotransformação: os problemas de convivência na escola", ministrado pela professora Telma. Essas informações foram obtidas nas aulas 3 do Curso "Justiça Restaurativa e Cultura de Paz" e 39 do "Curso de Aprendizagem Integral de Sobral" no Ceará.

Vinha (2023) aponta na tabela que, à medida que os anos se aproximaram, houve um aumento nos ataques às escolas, indicando a necessidade contínua de discussão e estudo sobre essa problemática. A seguir, apresentamos a linha do tempo com os incidentes registrados.

Figura 2 – Linha do tempo



Fonte: Retirado de Vinha (2023).

A seguir, apresentamos um mapeamento realizado pela pesquisadora Vinha (2023) que evidencia como as violências ocorreram:

Figura 3 – Mapeamento até final de março de 2023

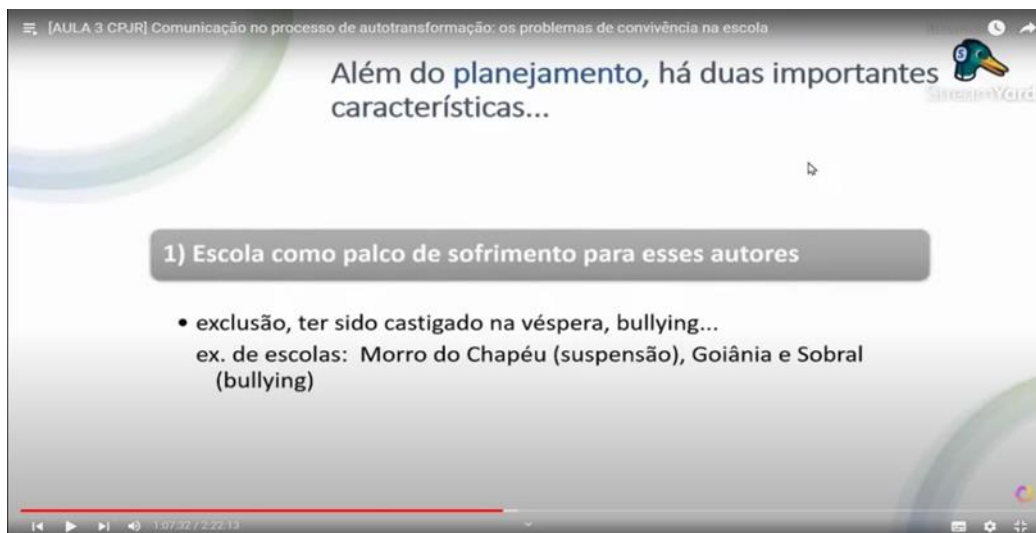


Fonte: Retirado de Vinha (2023).

Um dado relevante apresentado pela pesquisadora sobre violência escolar é que o bullying é o elemento motivador dos ataques. Em todos os casos, por ela apresentados, bem como no ataque à escola de Cambé, as vítimas foram alvo de

bullying, como mostra a lâmina do slide a seguir:

Figura 4 – Além do planejamento



Fonte: Retirado de Vinha (2023).

Em concordância, Shariff (2011, p. 33) sobre a violência escolar cita que "há um padrão que revelou que todos haviam sido, em algum período de suas vidas, vítimas de bullying praticado por seus pares".

Na perspectiva de Lima (2011, p. 61), o termo bullying "em relação à escola, é a agressão gerada a um estudante e que provoca dor, angústia, sofrimento, depressão e desequilíbrio de poder em outro aluno".

Shariff (2011, p. 39, *itálico desta autora*) afirma que "o bullying envolve inevitavelmente um comportamento declarado ou dissimulado e assume a forma verbal ou física".

Segundo Olweus (1993), o bullying é uma forma de violência física desigual entre os envolvidos, classificada em duas formas: direta, envolvendo violência física e verbal; e, indireta, com o isolamento proposital da vítima de um grupo. Em outras palavras, o agressor ou o grupo expõe a pessoa com ações negativas repetidas e contínuas.

O bullying e suas ramificações são assuntos corriqueiros na escola, causando inquietação e podendo extrapolar a dimensão escolar para outras esferas da sociedade. Conforme Telma Vinha, ataques de violência extrema podem vir de fora para dentro da escola, ou vice-versa. Assim como, nas suas versões mais atuais em

ambientes e comunidades virtuais, são influenciados por fatores escolares, pessoais, familiares e sociais.

Lima (2011, p. 61-62) menciona que especialistas como Silva (2009) e Fante e Pedra (2008) indicam seis formas de praticar o bullying, sendo elas: 1) verbal; 2) física e material; 3) psicológica; 4) moral; 5) sexual; e 6) cyberbullying. Nessa mesma linha, Silva (2015, p. 21-23) classifica como “atitudes maldosas” a exclusão social da vítima e evasão escolar.

Por isso, esta tese emerge da minha¹¹ prática como professora da Rede Estadual Pública do Paraná, abordando a responsabilidade escolar vigente e proporciona uma socialização educativa e responsável à comunidade escolar. No papel ativo da autora, nomeada Cristiane, as perguntas da tese são as seguintes: os pedagogos sabem a inter-relação do cyberbullying e as ações necessárias para combater, conscientizar e prevenir essas diversas violências virtuais e ajudar os estudantes? No currículo de formação profissional do pedagogo há formação crítica para o cyberbullying? Os pedagogos sabem informar como a temática do cyberbullying aparece no PPP e no PTD dos professores da sua escola? Conhecem o seu papel de pedagogo no que tange ao PPP e PTD? Os pedagogos se interessam em materiais pedagógicos, que possa atender satisfatoriamente as escolas de Ensino Básico Público para o combate e prevenção do cyberbullying que é um problema emergente nas escolas e instituições de Ensino? Os pedagogos conhecem o recurso cartilha e a usam e/ou a recomendam como estratégia pedagógica a fim de conscientizar e combater o cyberbullying?

Mediante o exposto, esta pesquisa nasce da minha realidade pessoal, a partir de uma situação autêntica vivenciada em uma escola pública. Em outras palavras, o interesse em mapear os dados narrativos de um grupo social — o local de trabalho, prática social — surgiu da preocupação com a temática, da inquietação em relação ao assunto e de questões éticas na sociedade em que o tópico pode ser velado. O objetivo é evidenciar a existência do cyberbullying e refletir sobre o problema no currículo de formação dos pedagogos, assim como na formação continuada destinada a pedagogos e professores ativos em escolas e instituições de ensino em geral. Nesse contexto, é importante ressaltar que o fenômeno do bullying não é um comportamento

¹¹ Neste momento da tese, a autora da pesquisa é apresentada em primeira pessoa, pois descreve-se a prática e chama-se atenção para o conceito de autoridade de fala. Na sequência, retoma-se a voz verbal.

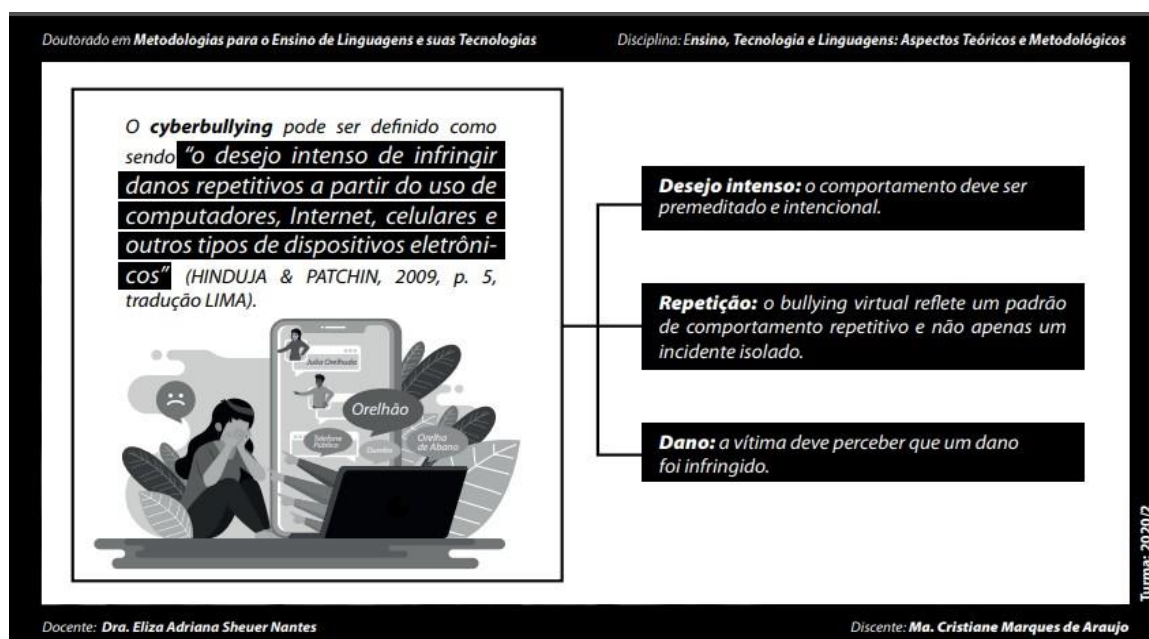
novo; trata-se de um fenômeno com causalidade complexa e de múltiplas formas de manifestações.

Entretanto, a compreensão de suas consequências tem evoluído para pesquisadores, professores e profissionais de saúde, que concordam que os impactos podem afetar a todos que participam dessa cultura digital, incluindo problemas relacionados a perturbações físicas e emocionais.

Com o advento da internet, um espaço virtual ilimitado, surge o cyberbullying, um tema polêmico relacionado aos riscos da internet. No contexto educacional, torna-se um problema sério, pois é nesse meio que as agressões podem ocorrer mesmo fora da escola, transformando-se em um ambiente digital facilitador de violência. Isso amplia o poder dos agressores, e testemunhas e vítimas não estão imunes aos seus impactos. Assim, o cyberbullying pode se tornar um problema sério que envolve a articulação de diversos setores sociais, chegando a ser considerado um problema educacional grave, como já mencionado.

Como apontado na figura 5 abaixo, podemos observar o conceito de cyberbullying. Para que a intimidação, considerada uma agressão, ocorra, é necessário que o cyberbullying envolva ações premeditadas e intencionais, com desequilíbrio de poder, sendo repetitivas e causando danos.

Figura 5 – Conceito de cyberbullying



Fonte: Elaborado pela autora.

É nesse cenário do cyberbullying, que faz parte das implicações culturais frágeis do desenvolvimento do ciberespaço, que optamos por dar continuidade à pesquisa do mestrado sobre bullying. Buscamos ampliar esse diálogo compromissado, especial e de indiscutível relevância, que envolve a complexidade das comunicações virtuais. Com esta tese, investigamos especificamente o cyberbullying no âmbito escolar.

Os praticantes do cyberbullying exploram diversas possibilidades dos recursos tecnológicos, como computadores, celulares, internet, entre outros dispositivos eletrônicos. Isso diferencia o cyberbullying do bullying tradicional, pois envolve comportamento premeditado e intencional, sendo repetitivo e causando danos sabidamente.

O *cyberbullying ou bullying virtual*¹², segundo Silva (2010), é apontado como:

Um reflexo perfeito dessa cultura embasada na insensibilidade interpessoal e na total ausência de responsabilidade e solidariedade coletiva. Nesse contexto, o bullying virtual encontra fatores bastante propícios para se proliferar de forma sombriamente imprevisível. Dentre eles podemos citar: a inexistência de padrões legais e éticos para a utilização dos recursos tecnológicos da informação e da comunicação; a falta de empatia, de sensibilidade e de responsabilidade nas relações interpessoais; a certeza do anonimato, da impunidade e do silêncio acuado das vítimas (Silva, 2010, p. 133).

Nesse sentido, Ribeiro (2019, p. 117, *itálico desta autora*) define o cyberbullying como um conjunto de comportamentos e atitudes agressivas, pois “no cyberbullying, o agressor faz uso de meio eletrônico, utilizando-se das tecnologias de informação e comunicação (TIC’s)”.

Para sintetizar, Ribeiro (2019, p. 122-134) esclarece as modalidades de cyberbullying com base nos estudos de Blaya (2013), Lima (2011), Seixas, Fernandes e Moraes (2016) e Shariff (2009), sendo estas:

1. Mensagens inflamadas ou provocações incendiárias (flaming);
2. Assédio (harassment);

¹² Termos sinônimos como apresentado no *link* a seguir. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/cyberbullying-o-que-eh-e-como-para-%20lo#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20cyberbullying%3F,envergonhar%20aqueles%20que%20s%C3%A3o%20v%C3%ADtimas>. Acesso em: 18 dez. 23.

3. Perseguição (cyberstalking);
4. Videolinchamento (happy slapping);
5. Exposição (outing);
6. Difamação (denigration);
7. Envergonhamento das cabras (slut shaming) – sexista;
8. Personificação (impersonation);
9. Exclusão (exclusion);
10. Linchamento virtual;
11. Perturbação virtual (trollage).

Shariff (2011, p. 57, *itálico desta autora*) reforça que "o cyberbullying deve ser entendido dentro do contexto pragmático específico no qual é apresentado". Ela adiciona que a compreensão quando bullying virtual influenciará a reação, reiterando que "antes de qualquer coisa, quando se define um comportamento, é importante que se lembre dele como uma ação que ocorre em um determinado contexto, em um determinado período, com várias influências que atuam sobre o(s) indivíduo(s) que praticam a ação" (Shariff, 2011, p. 57).

Em concordância, Valle (2011) aponta que no Brasil, no caso da escola, houve um significativo aumento do fenômeno tanto a alunos quanto a professores. As ameaças no cyberbullying, no acesso à tecnologia,

[...] ocorrem através de e-mails, mensagens ameaçadoras e depreciativas da moral, do corpo, do modo de ser, de se vestir ou de se comportar de alguém, com fotos da vítima em torpedos e em sites de relacionamentos associadas a textos depreciativos e constrangedores, demolidores, a respeito da vítima (Valle, 2011, p. 17).

Evidenciamos que existem vários conceitos para o fenômeno do cyberbullying. No entanto, há uma linha tênue, proximidade ou semelhança entre os conceitos e suas modalidades em todas as concepções. Apenas para recapitular, todos os autores caracterizam o cyberbullying como uma agressão física, moral ou material, sistemática, intencional, repetitiva e sem motivação específica.

Por isto, no quadro a seguir, resumizamos alguns autores e as diversas modalidades de cyberbullying.

Quadro 3 – Autores e as modalidades de *cyberbullying*

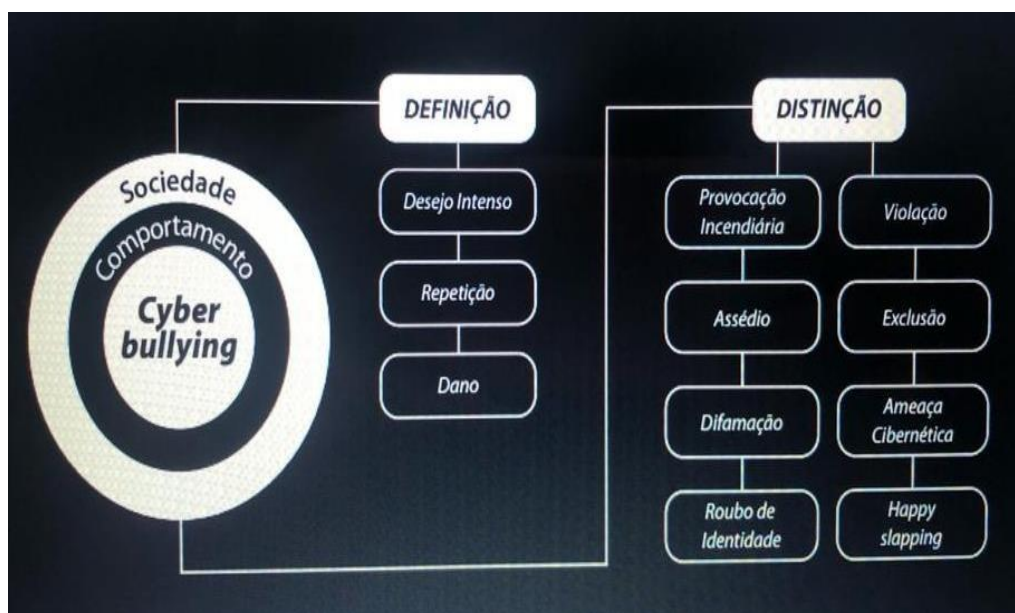
Autor (Ano)	Citações
Julia Wilkins et al. (2007)	1) mensagem de texto – enviada por meio de telefone celular com o intuito de causar desconforto e ameaças; 2) imagens ou vídeos clipe onde as imagens das vítimas são enviadas para outras pessoas com a finalidade de ameaçar; 3) intimidação por meio de chamadas telefônicas com mensagens abusivas, principalmente quando o celular da pessoa é roubado e utilizado para perseguir outros culpando o proprietário da linha telefônica; 4) intimidação através de e-mail, quando são enviados conteúdos, e na maioria das vezes, usando um nome falso ou nome de outra pessoa; 5) <i>chat room bullying</i> , respostas agressivas e intimidadoras em sala de bate papos; 6) intimidação por meio de mensagens instantâneas; 7) <i>bullying</i> por meio de <i>websites</i> , com a utilização de blogs difamatórios, sites pessoais, sites de pesquisa entre outros.
Carpenter et al. (2014)	1) <i>namecalling</i> (apelidar alguém de modo rude); 2) propagação de rumores; 3) <i>flamings</i> (discussões calorosas online); 4) ameaças, fingir ser outra pessoa (<i>fakenames</i>); 5) envio de fotos indesejadas; 6) <i>sexting</i> postar ou mesmo compartilhar imagens e vídeos com conteúdos constrangedores. Além das redes sociais, o <i>cyberbullying</i> também pode se manifestar por meio de jogos <i>on-lines</i> .
Kowalski et al. (2014)	a <i>harassment</i> (envio de mensagens repetitivas e com conteúdo ofensivo), além de bloqueios na conta, solicitando informar online de conteúdo pessoal e depois compartilhar com outras pessoas sem o consentimento; <i>cyber-stalking</i> (utilizar-se de comunicação eletrônica para pesquisar informações de outras pessoas) e postar essas informações com cunho depreciativo.

Silva (2010)	a inexistência de padrões legais e éticos para a utilização dos recursos tecnológicos da informação e da comunicação; a falta de empatia, de sensibilidade e de responsabilidade nas relações interpessoais; a certeza do anonimato, da impunidade e do silêncio acuado das vítimas
Ribeiro (2019)	1. Mensagens inflamadas ou provocações incendiárias (<i>flaming</i>); 2. Assédio (<i>harassment</i>); 3. Perseguição (<i>cyberstalking</i>); 4. Video-linchamento (<i>happy slapping</i>); 5. Exposição (<i>outing</i>); 6. Difamação (<i>denigration</i>); 7. Envergonhamento das cabras (<i>slut shaming</i>) – sexista; 8. Personificação (<i>impersonation</i>); 9. Exclusão (<i>exclusion</i>); 10. Linchamento virtual; 11. Perturbação virtual (<i>trollage</i>).
Shariff (2011)	define um comportamento, é importante que se lembre dele como uma ação que ocorre em um determinado contexto, em um determinado período, com várias influências que atuam sobre o(s) indivíduo(s) que praticam a ação
Valle (2011)	ocorrem através de <i>e-mails</i> , mensagens ameaçadoras e depreciativas da moral, do corpo, do modo de ser, de se vestir ou de se comportar de alguém, com fotos da vítima em torpedos e em <i>sites</i> de relacionamentos associadas a textos depreciativos e constrangedores, demolidores, a respeito da vítima.

Fonte: Elaborado pela autora.

Posto isso, concordamos e usamos, nesta pesquisa, sem a intenção de exaurir as demais descrições terminológicas e as diversas modalidades de cyberbullying, o que preconiza Lima (2011). Conforme a Figura 6, Lima (2011, p. 70-71) indica os pesquisadores Willard (2006), Kowalskim, Limber e Agaston (2009) para distinguir os oito tipos de cyberbullying, são eles:

Figura 6 – Tipos de cyberbullying



Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de Lima (2011, p. 70-71).

1. Provocação incendiária: discussões que se iniciam online e se propagam de forma rápida, usando linguagem vulgar e ofensiva;
2. Assédio: envio de mensagens ofensivas, com o objetivo de insultar vítimas;
3. Difamação: o ato de difamar ou injuriar alguém mediante fofocas e rumores disseminados da internet, visando causar danos à sua reputação;
4. Roubo de identidade: quando uma pessoa se faz passar pela outra na internet, usando seus dados pessoais, tais como: conta de e-mail ou messenger, com o intuito de constranger e gerar danos à outra pessoa;
5. Violação de intimidade: divulgação de segredos, informações e imagens íntimas ou comprometedoras de alguém;
6. Exclusão: distanciamento de alguém de modo intencional, em uma comunidade virtual;
7. Ameaça cibernética: envio repetitivo de mensagens ameaçadoras ou intimidadoras; e
8. Happy slapping: é a interface mais nítida entre o bullying presencial e o virtual. Gerado pela divulgação de vídeos mostrando cenas de agressão física, visando humilhar ainda mais a pessoa agredida.

A Figura 7, a seguir, sintetiza os pesquisadores Willard (2006), Kowalskim, Limber e Agaston (2009) e detalha os exemplos das ações violentas.

Figura 7 – Oito ações violentas

Doutorado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias Disciplina: Ensino, Tecnologia e Linguagens: Aspectos Teóricos e Metodológicos

Os pesquisadores Willard (2006), Kowalskim, Limber e Agaston (2009) **distinguem 8** tipos de cyberbullying, tais como:

- 01** **Provocação incendiária:** discussões que se iniciam online e se propagam de forma rápida, usando linguagem vulgar e ofensiva;
- 02** **Assédio:** envio de mensagens ofensivas, com o objetivo de insultar vítimas.
- 03** **Difamação:** o ato de difamar ou injuriar alguém mediante fofocas e rumores disseminados da Internet, visando causar danos à sua reputação;
- 04** **Roubo de identidade:** quando uma pessoa se faz passar pela outra na Internet, usando seus dados pessoais, tais como: conta de e-mail ou messenger, com o intuito de constranger e gerar danos à outra pessoa;



Docente: Dra. Eliza Adriana Sheuer Nantes Discente: Ma. Cristiane Marques de Araujo

Doutorado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias Disciplina: Ensino, Tecnologia e Linguagens: Aspectos Teóricos e Metodológicos



Os pesquisadores Willard (2006), Kowalskim, Limber e Agaston (2009) **distinguem 8** tipos de cyberbullying, tais como:

- 05** **Violação de intimidade:** divulgação de segredos, informações e imagens íntimas ou comprometedoras de alguém; **Sexting***
- 06** **Exclusão:** distanciamento de alguém de modo intencional, em uma comunidade virtual;
- 07** **Ameaça cibernética:** envio repetitivo de mensagens ameaçadoras ou intimidadoras.
- 08** **Happy slapping:** é a interface mais nítida entre o bullying presencial e o virtual. Gerado pela divulgação de vídeos mostrando cenas de agressão física, visando humilhar ainda mais a pessoa agredida.

Docente: Dra. Eliza Adriana Sheuer Nantes Discente: Ma. Cristiane Marques de Araujo

Turma: 2020/2

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificamos pela Figura 7 anterior, ações de violentas realizadas na internet. São práticas virtuais que podem ser explicadas porque a internet tem muitas funções e simultaneamente permite ao internauta condições de criticar, divulgar, bem como de

replicar essas informações.

O termo “*sexting*”, proposto por Silva (2015, p. 139), refere-se à violação de intimidade, que consiste no compartilhamento e divulgação de conteúdos eróticos, sensuais e sexuais, como fotos, vídeos e mensagens de texto, pela internet sem a autorização da vítima.

Na figura acima, produzida pelas autoras, mostramos o termo *sexting* por meio do campo semântico de violação de intimidade (5.), conforme Lima (2011).

3.5 PARTICIPANTES DO FENÔMENO CYBERBULLYING

Os participantes do cyberbullying fazem uso dos recursos tecnológicos, e seus possíveis envolvidos são: agressor, vítima e espectador (podendo ser seguidor, apoiador – tanto passivo quanto ativo – e defensores – ativo e passivo). No contexto escolar, os participantes, espectadores e vítimas podem incluir alunos, professores, pais ou responsáveis, gestores e funcionários envolvidos no dia a dia da escola, assim como pessoas sem vínculos diretos com a instituição escolar.

De acordo com Silva (2015):

A grande maioria dos praticantes de bullying virtual é composta por adolescentes. No entanto, até o momento, não há uma maneira precisa ou eficaz de traçar o perfil exato desses jovens. Isso ocorre porque os ataques efetuados contra as vítimas são virtuais, e neles a identidade do agressor não se torna pública. Por outro lado, as vítimas, quando descobrem quem são os bullies virtuais, raramente denunciam. A meu ver, tal postura acoberta e alimenta essa engrenagem covarde e ardilosa que é o cyberbullying (Silva, 2015, p.142).

Com base no Instituto Inclusão Brasil (2021), pessoas que se sentem apoiadas por sua família, escola e colegas são menos propensas a se sentirem intimidadas. No entanto, alguns jovens podem não ter esse tipo de apoio, pois cada pessoa é única e existem diversos motivos que podem contribuir para o comportamento de intimidação. Nesse sentido, os jovens agressores podem ter os seguintes motivos para praticar o bullying, tais como: a) alcançar ou manter o poder social ou elevar seu status no grupo de pares; b) mostrar lealdade e se encaixar com seu grupo de pares; c) excluir outras pessoas de seu grupo de pares, para mostrar quem é e quem não faz parte do grupo; e d) controlar o comportamento de seus pares.

Ainda para o Instituto Inclusão Brasil (2021), alguns jovens que intimidam outros companheiros podem ser influenciados pelos seguintes motivos:

- a) Vêm de famílias onde há bullying, agressão ou violência em casa.
- b) Podem ter pais e cuidadores que não fornecem suporte emocional ou comunicação.
- c) Podem ter pais ou cuidadores que respondem de forma autoritária ou reativa.
- d) Pode vir de famílias onde os adultos são excessivamente tolerantes ou onde há baixo envolvimento dos pais em suas vidas.
- e) Pode ter sido intimidado no passado ou atualmente.
- f) Apresentam sentimentos de insegurança e baixa autoestima, então intimidam para se sentirem mais poderosos.
- g) Não sabem como controlar suas emoções, então descontam seus sentimentos em outras pessoas.
- h) Pode ser em escolas onde problemas de conduta e bullying não são tratados de forma adequada.
- i) Pode ser excluído, não aceito ou estigmatizado na escola. (Brasil, 2021, p. 1-3)

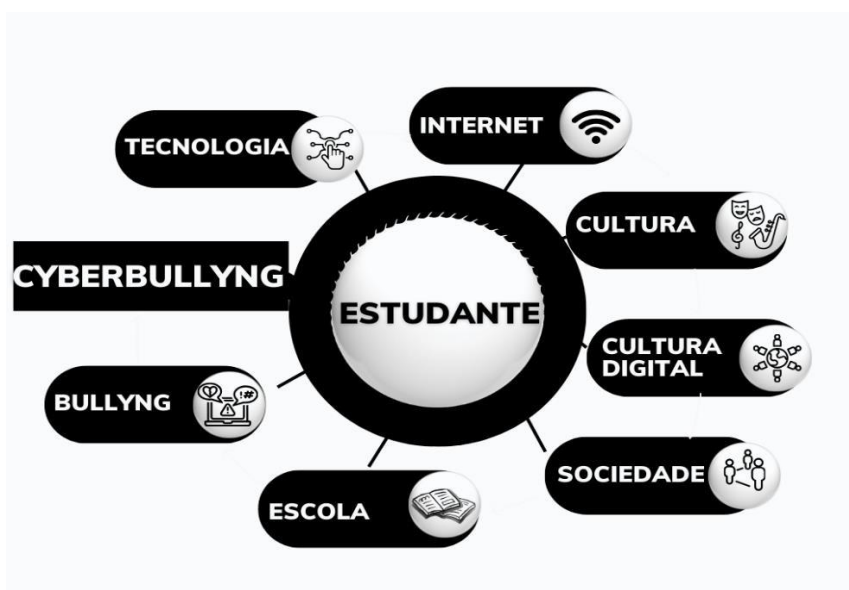
Os jovens envolvidos em bullying ou cyberbullying, seja como alvo, espectador ou praticante, podem se beneficiar do apoio de um adulto, da escola e da comunidade. Os jovens que praticam o bullying também podem precisar de apoio para ajudá-los a lidar com seu comportamento.

3.6 INTERNET: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

A internet oferece inúmeros serviços e é uma rede de comunicação interligada por milhares computadores operantes e conectados. Estamos vivendo os desafios das tecnologias, sua evolução sem cessar e com extrema velocidade. Por um lado, temos um novo momento tecnológico com ampla possibilidade de comunicação e de informação, por outro lado, um novo tempo para desenvolver criticidade, consciência e democratização do acesso. Considerando essa sociedade tecnológica e a Educação, é um grande desafio para todos os envolvidos, para que possam garantir

o uso confortável e ético das novas tecnologias. Nesse sentido, a preocupação em considerar formas de apropriação do conhecimento e uso identificando as suas potencialidades e as fragilidades com os mesmos graus de complexidade, conforme a figura 8.

Figura 8 – Internet: potencialidades e fragilidades



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados da Figura 8, acima, aponta a importância do papel social da escola como espaço de suporte integral do indivíduo e de relevância das habilidades sociais no contexto educacional. O estudante que recebemos hoje em sala de aula está permeado pela cultura digital, seu contexto sócio-histórico-cultural e possíveis impactos negativos no seu desenvolvimento de várias habilidades causados pelo uso excessivo de telas e seus efeitos, bullying e cyberbullyig, relacionado as habilidades socioemocionais.

É pertinente e necessário afirmar que a internet tem um lado positivo, pois diminui fronteiras geográficas e temporais, permite a comunicação efetiva, oportuniza novas plataformas de venda online, é fonte de comunicação ilimitada, cooperação, apoio acadêmico ou Ensino à Distância (EaD), proporciona vozes por meio do seu uso para pessoas com timidez, dentre outros pontos favoráveis. Entretanto, para as possibilidades virtuais, "potencialidades positivas da cibercultura, ainda que conduzam a novas potências do humano, em nada garantem a paz ou a felicidade.

Para que a sociedade se torne mais humana é preciso suscitar a vigilância, pois o homem sozinho é inumano, na mesma medida de sua humanidade" (Lévy, 2010, p. 241).

Seguindo esse raciocínio, no âmbito educacional, temos:

O uso da Internet com critério pode tornar-se um instrumento significativo para o processo educativo em seu conjunto. Ela possibilita o uso de textos, sons, imagens e vídeos que subsidiam a produção do conhecimento. Além disso, a Internet propicia a criação de ambientes ricos, motivadores, interativos, colaborativos e cooperativos (Behrens, 2008, p. 99).

No entanto, o mau uso da web, a utilização de forma irresponsável e desmedida, relações irrelevantes e exposição excessiva podem impactar em perigos e pontos negativos à mídia interativa, representando um grave problema para as relações pessoais e individuais da própria imagem. O desafio imposto no exercício da docência frente aos desafios tecnológicos-científicos é compreender e realinhar a sua prática na convergência entre uma formação ético-humanística. Deste modo, "o educador deve estar preparado para ajudar os educandos a localizar conteúdos de qualidade e a transformar os textos pesquisados em conhecimentos úteis, em material de debates e reflexões, em leitura crítica" (Nascimento, 2007, p. 74).

O exemplo da Viih Tube, uma jovem de 21 anos que trabalha no universo da *internet* há 10 anos, ilustra claramente o fenômeno do cancelamento, uma manifestação pós-moderna potencializada pela velocidade e alcance da internet. Segundo a "youtuber", "tiktok" e influenciadora digital, Viih Tube, ela enfrentou bullying e cancelamento, destacando que são "duas coisas muito parecidas, já que nos dois casos a vítima se sente rejeitada, humilhada, excluída. Mas no cancelamento, que é típico da internet, a vergonha e a humilhação podem tomar proporções ainda maiores" (Tube, 2021, p.24).

Outro exemplo relatado de mau uso da internet, conforme Bronze e Neto (2023) da CNN Brasil, foi o ocorrido no Colégio Santo Agostinho, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em 2 de novembro de 2023. Nesse incidente, alunos utilizaram a inteligência artificial para criar montagens de "nudes" de 25 meninas, incluindo alunas e não alunas da instituição, e compartilharam essas imagens em redes sociais e aplicativos de troca de mensagens. A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) está investigando o caso.

Tognetta (2005) ressalta que existem estratégias para combater o bullying, e uma delas é a adoção de práticas dialógicas com os pais. Sabemos que o combate ao bullying é uma tarefa complexa que demanda uma forte parceria entre escola e família, exigindo atenção constante à rotina. Os pais, por conhecerem bem seus filhos, devem estabelecer um diálogo diário, fomentando um ambiente familiar saudável e de confiança. Manter uma relação próxima e dialógica com a escola é crucial, e se os pais observarem qualquer sinal de problema, é fundamental comunicar imediatamente à escola para que juntos possam abordar a situação.

Ferreira e Deslande (2018) destacam que os professores devem dialogar com os estudantes diante de provocações, humilhações e xingamentos, utilizando atividades que ampliem o olhar crítico e reflexivo acerca do cyberbullying. Um ambiente acolhedor, com diálogos e confiança, proporciona menos chances de que ocorram situações de agressão e violência no ambiente escolar.

Ribeiro (2019) menciona que o papel da família é fundamental para a prevenção dos riscos e danos do cyberbullying:

[...] as relações entre pais ou responsáveis legais devem ser abertas, transparentes, dialogais, constituídas de convivência lastreada no afeto, carinho, amor e respeito mútuos. As famílias, organizadas em arranjos modernos, devem se estruturar na confiança para que os filhos relatem suas atividades rotineiras da escola, e contêm o que fazem, como se sentem e do que precisam (Ribeiro, 2019, p. 181).

A preocupação e menção de Palfrey (2011) diz:

Como ensinamos nossos filhos a usar capacete quando andam de bicicleta, ou a não entrar no carro de um estranho, ou a nos telefonar sempre que enfrentam um problema quando estão fora de casa, podemos também pedir para seguirem regras e respeitar algumas normas enquanto estão navegando na web ou fazendo conexões online" (Palfrey, 2011, p. 312).

Ademais, incita que "é evidente que as escolas reconheçam sua parcela de responsabilidade e intensifiquem seus esforços para introduzir currículos que tratem especificamente de questões da mídia digital" (Palfrey, 2011, p. 313).

Entretanto, não se pode deixar de apontar a importância de toda comunidade escolar, prática coletiva, no combate e conscientização do cyberbullying. Dentre eles, os pedagogos, pois, segundo Pimenta (1995), os pedagogos estão em consonância

com a administração e o processo de ensino e de aprendizagem.

3.7 CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS E COMPORTAMENTAIS DO *BULLYING*

Dentro da perspectiva teórica do cyberbullying, as consequências desses conflitos exibem dificuldades e transtornos. Os problemas mais comuns, segundo a médica psiquiátrica Silva (2015, p. 23-31), apresentados e diagnosticados em seu consultório são:

- a) Sintomas psicossomáticos: dores de cabeça, insônia, dificuldades de concentração, náuseas, entre outros;
- b) Transtorno de pânico: caracteriza-se pelo medo intenso e infundado, medo, ansiedade, ataque de pânico, sensação de ataque cardíaco etc.;
- c) Fobia escolar: medo intenso de frequentar a escola;
- d) Fobia social (timidez patológica): ansiedade excessiva e persistente, com temor exacerbado de se sentir o centro das atenções ou de estar sendo julgado e avaliado;
- e) Transtorno de ansiedade generalizada (TAG): a ansiedade causa preocupação com todas as situações ao seu redor;
- f) Depressão: tristeza persistente, ansiedade ou sensação de vazio, sentimentos de culpa, inutilidade e desamparo, insônia ou excesso de sono, perda ou aumento de apetite, fadiga e sensação de desânimo, irritabilidade e inquietação, dificuldade de concentração e de tomar decisões, sentimentos de desesperança e pessimismo, perda de interesse por atividades que anteriormente despertavam prazer, ideias e tentativas de suicídio;
- g) Anorexia e bulimia: transtornos alimentares;
- h) Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC): popularmente chamado de “mania” se caracteriza por pensamentos de natureza ruim, intrusivos e recorrentes (obsessões), causando muita ansiedade e sofrimento;
- i) Transtorno do estresse pós-traumático (TEPT): lembranças de todo horror que os abateu, podendo levar a depressão, embotamento emocional, perda de prazeres, sensação de vida abreviada;
- j) Esquizofrenia: psicose ou loucura, rompe a realidade e passa a viver um mundo imaginário;
- k) Suicídio: desejo de se matar, ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional;
- l) Homicídio: consiste em uma pessoa matar a outra.

Diante dessa efervescente realidade do cyberbullying no contexto atual, será revelado, a seguir, o fenômeno da violência virtual no âmbito escolar.

3.8 ENSINO: CYBERBULLYING E SEUS DOCUMENTOS NORMATIVOS

O ensino escolar e todos os seus aspectos precisam estar em constante diálogo com as tecnologias digitais, a fim de incentivar uma aprendizagem conectada com o mundo contemporâneo. Considerando que as tecnologias integram o cotidiano da maioria das pessoas, tanto na vida pessoal quanto profissional, é crucial incorporar seu uso e explorar seu vasto universo informacional.

Em concordância com Kenski (2015),

Os novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias visam ir além da relação entre ensinar e aprender. Orientam-se para a formação de um novo homem, autônomo, crítico, consciente da sua responsabilidade individual e social, enfim, um novo cidadão para uma nova sociedade (Kenski, 2015, p. 129).

Da mesma forma, a BNCC (Brasil, 2018) confirma essa preocupação com a educação interligada a um mundo contemporâneo:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

Para preencher essa lacuna, os documentos normativos da Educação Básica Nacional orientam as instituições de ensino, tanto privadas quanto públicas no Brasil, a adotarem uma abordagem pedagógica que promova a progressão nas diversas aprendizagens. Isso implica articular o trabalho com as experiências anteriores dos alunos e valorizar a ludicidade.

A BNCC evidencia uma educação orientada para a cidadania como princípio norteador, enfatizando que é responsabilidade dos sistemas, redes de ensino e escolas incluir questões sociais de forma assegurada nos novos currículos, concebidos como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Como afirmado no documento oficial: "Parece ser consenso que, para atingir seus objetivos e finalidades há que se adotar uma postura que considere o contexto escolar, o

contexto social, a diversidade e o diálogo” (Brasil, 2018, p. 5).

Trabalhar os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), como é o caso do cyberbullying, está alinhado com a proposta do Crep, que são proposições sugeridas pela BNCC, abrangendo aspectos discursivos e linguístico-discursivos.

A transversalidade foi apontada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010. Vejamos:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

A BNCC (Brasil, 2018) propõe o desenvolvimento de uma educação que contemple todas as áreas do desenvolvimento humano, uma educação integral, considerando competências e habilidades específicas definidas como importantes para um bom desenvolvimento humano, conhecimentos, ações práticas, atitudes, valores, princípios éticos, colaboração e empatia, cidadania, diversidade, civismo e repertório cultural, comunicação, resolução de problemas, autoconhecimento e autocuidado, pensamento crítico, responsabilidade e participação social, dentre outros aspectos.

Vale ressaltar que o infográfico dos TCTs, conforme a BNCC os distribui, está organizado em seis macroáreas temáticas, sendo elas: 1) meio ambiente, 2) economia, 3) saúde, 4) ciência e tecnologia, 5) multiculturalismo e 6) cidadania e civismo.

A seguir, a Figura 9, o infográfico dos Temas Contemporâneos Transversais na BNCC relacionados e apresentados nas práticas pedagógicas como meta para o desenvolvimento das competências e habilidades para as aulas de língua portuguesa. Os TCTs são assuntos fáceis, concebidos nas atividades propostas para fomentar e integrar ações de modo contextualizado no processo educativo no centro do processo de ensino e aprendizagem para que respalde um meio de transformação social:

Figura 9 – Infográfico dos TCTs da BNCC



Fonte: Retirado de Brasil (2019).

A Figura 9, acima, mostra como a pesquisa sobre cyberbullying prevê os conteúdos relevantes e de desenvolvimento das competências e habilidades para o século XXI, levando em consideração como questões norteadoras como ciência e tecnologia, multiculturalismo, saúde e cidadania e civismo abarcando o contexto integral e seus impactos positivos na vida adulto do estudante.

Atualmente, o documento norteador reforça que a transversalização orienta as práticas pedagógicas de forma estruturada, contemplando um engajamento social para tratar a realidade, pois afirma que ela emergiu dos campos de atuação social e de suas demandas sociais contemporâneas.

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem

significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (Brasil, 2013, p. 29).

Como já mencionado, vivemos em uma era de intenso uso da internet, com um grande número de pessoas conectadas por mais tempo, o que pode resultar em um aumento das manifestações de violência virtual. Sendo assim, é evidente o uso constante da internet no contexto escolar atual, demandando novas reflexões sobre as relações necessárias para compreender as comunicações, incluindo o cyberbullying. Isso implica a exigência de habilidades no uso da Cultura Digital, suas competências, aspectos tecnológicos, curriculares e mediação para a construção de uma escola autêntica, democrática, inovadora e preocupada com a formação e desenvolvimento humano íntegro.

Após o entendimento de alguns fatores legais e normativos, bem como do conceito dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), avançamos na investigação solidificando o embasamento teórico diante das exigências colocadas para a reestruturação nacional do ensino brasileiro (Brasil, 2018).

3.8.1 As competências da BNCC e possíveis conexões no combate ao cyberbullying

Diante dos desafios atuais permeados pela educação, será evidenciada a temática do cyberbullying de acordo com as competências da BNCC (BRASIL, 2018), adotando o critério de curadoria. Em primeiro lugar, a BNCC define o termo competência “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8). Pretendemos reforçar que as competências gerais da BNCC (Brasil, 2018) são complementares, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático, e sua composição é formada por 10 competências.

Logo, em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a

pesquisa dialoga com as competências 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 10, ressaltando que as competências dialogam entre si.

A *Competência 2* aponta a necessidade de dominar as diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas), expandindo para uma participação mais efetiva na vida social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

A *Competência 3* aborda o uso de diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital - para gerar sentidos nos diálogos e na resolução de conflitos, fomentando a colaboração e a cooperação.

A *Competência 4* utiliza diferentes linguagens para defender seus argumentos com criticidade, sempre com respeito ao outro e aos direitos humanos, com consciência socioambiental e responsabilidade frente a questões do mundo contemporâneo. Ademais, destaca a utilização de diversas linguagens na defesa de argumentos com criticidade, sempre respeitando o outro e os direitos humanos, e demonstrando consciência socioambiental e responsabilidade diante das questões do mundo contemporâneo.

A *Competência 5*, cultura digital, já citada, refere-se a compreender e utilizar, com responsabilidade, ética, empatia, e saber criar tecnologias digitais de informação e comunicação com criticidade. Isso deve ser feito de forma significativa e reflexiva nas diversas práticas sociais, inclusive no contexto escolar. O objetivo é saber exercer o protagonismo, produzir conhecimentos para se comunicar, acessar e divulgar informações, resolver problemas e produzir conteúdo autoral na vida pessoal e coletiva.

A *Competência 6* valoriza a diversidade de saberes culturais nas práticas sociais, compreendendo as relações no mundo do trabalho e no exercício da cidadania, com liberdade, consciência crítica, autonomia e responsabilidade.

A *Competência 8*, autoconhecimento e autocuidado, menciona a importância de se conhecer, se gostar, se apreciar e zelar pela saúde física e emocional. Isso inclui a compreensão de que fazemos parte de uma sociedade diversa e múltipla, identificando nossas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

A *Competência 9*, empatia e cooperação, ressalta a importância de exercitar o diálogo e a resolução de conflitos, visando à prevalência da cooperação e empatia.

Promove o respeito ao outro e aos direitos humanos, valorizando a diversidade entre os indivíduos e grupos sociais, respeitando suas diferenças, saberes diversos, identidades, culturas e potencialidades. Entende-se a relevância de uma sociedade sem preconceitos de qualquer natureza.

A *Competência 10*, responsabilidade e cidadania, relata o protagonismo ao agir com autonomia no âmbito pessoal e coletivo. Esse agir deve ser pautado por responsabilidade, resiliência e determinação, fundamentando-se em princípios éticos, inclusivos, democráticos, sustentáveis e humanitários.

Já, em relação às competências específicas da área de Linguagens da BNCC (Brasil, 2018), as capacidades de expressão são contempladas nas competências 2, 3, 4 e 6.

A seguir, abordaremos os documentos normativos do Paraná, que são propostos com base nas orientações da BNCC, sendo eles: RCP e Crep.

3.8.2 Documentos normativos do Paraná que norteiam o ensino no combate ao cyberbullying

Seguindo nessa perspectiva, o governo do Estado do Paraná implementou a BNCC por meio do Referencial Curricular do Paraná – RCP (Paraná, 2021): princípios, direitos e orientações.

Nesse caminhar, percebeu-se a necessidade de um novo documento orientador, que contempla e reorganiza o RCP e estabeleceu o Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep). Este documento preocupa-se com o desenvolvimento integral do discente, para a sua intelectualidade e sua humanização, bem como para o uso crítico e ético das tecnologias de comunicação, das diversas linguagens, com a análise crítica e ética emergente de fatos e questões sociais da atualidade. Isto é, está explícita a “importância de que os trabalhos relacionados às diferentes práticas de linguagem direcionem sempre para o respeito a si mesmo e ao outro, para a autonomia, prevendo o diálogo e a resolução de conflitos” (Paraná, 2021, p. 9).

Participar da escola é um direito de todos e dever do Estado, sendo seu caráter histórico e principal pautado na democracia, e sua função educativa está intrinsecamente ligada ao conhecimento. Vale destacar que a prática educacional envolve sujeitos sociais, processos de escolarização voltados à informatização do mundo do trabalho, a necessidade de conhecedores das funções digitais e atos

educativos intencionais caracterizados por competências, habilidades e protagonismo, promovendo uma cidadania crítica, inclusiva e ética.

No sentido de concretizar os direitos de aprendizagem dos alunos, recorreremos à Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, com o Art. 205 (Brasil, 1988), que estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Libâneo (2012) enfatiza a necessidade de redimensionamento dos currículos, incorporando temáticas relacionadas a questões de classe social, etnia, gênero, geração e princípios de cidadania social democrática. O autor reforça a importância da reflexão sobre a ciência pedagógica no papel formador da atuação docente, abordando que a formação pedagógica vai além do curso, sendo constituída pela reflexão diária entre teoria e prática da educação e formação humana.

O cotidiano da escola revela muito, inclusive os problemas da Educação no Brasil. Ao pensar nos desafios apresentados na escola pública, buscamos esclarecer dialeticamente alguns compromissos e possibilidades de decisão para agir ou reagir. Há a necessidade de ruptura de uma cultura estabelecida e soma de esforços para suprir as necessidades sociais, subsidiando uma formação global. Isso envolve a expansão de propostas pedagógicas concentradas no aprimoramento contínuo da formação necessária ao ser humano. Aborda-se também a reflexão sobre o papel do professor e do pedagogo na construção, ressignificação e busca de superação dos próprios limites, avanços e releitura do mundo.

3.8.3 Os direitos humanos como eixo articulador: luta contra as injustiças sociais presentes no âmbito escolar e a falta de consciência da violência

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996 - Anexo 3) dedica-se a orientar o ensino com ideias plurais, respeito à liberdade e apreço à tolerância. Outro ponto relevante da Lei nº 9.394/96, conforme o Art. 27, I, destaca que os conteúdos curriculares da Educação Básica devem proporcionar espaços para a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, ao respeito ao bem comum e à ordem democrática. A diretriz

da Lei n.º 9.394 (1996) em vigor, altera o art. 12 para incluir a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), e acrescenta a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. A Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, aborda o cyberbullying, foco desta pesquisa.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Secretaria Nacional da Família, no "Programa Reconecte em Foco", oficializou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná (Sejuf/PR), assinado em fevereiro de 2021, visando fomentar ações na utilização inteligente das tecnologias digitais em relação à saúde, família, educação, segurança e cultura.

Essas ações deverão promover o enfrentamento e prevenção dos riscos e efeitos nocivos do uso inadequado e até criminoso das tecnologias. Alguns exemplos são as lesões por esforço repetitivo, patologias musculares, cyberbullying, aliciamento e pedofilia online, vício em jogos eletrônicos, entre outros (Brasil, 2021).

As denúncias de crimes cibernéticos dispararam devido à internet, atingindo os maiores números da história, de acordo com a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, uma parceria da "ONG Safernet Brasil" com o Ministério Público Federal (MPF), "foram 156.692 notificações anônimas de janeiro a dezembro do ano passado, contra 75.428 em 2019", de acordo com a matéria, de 09 de fevereiro de 2021, (G1, Globo, 2021).

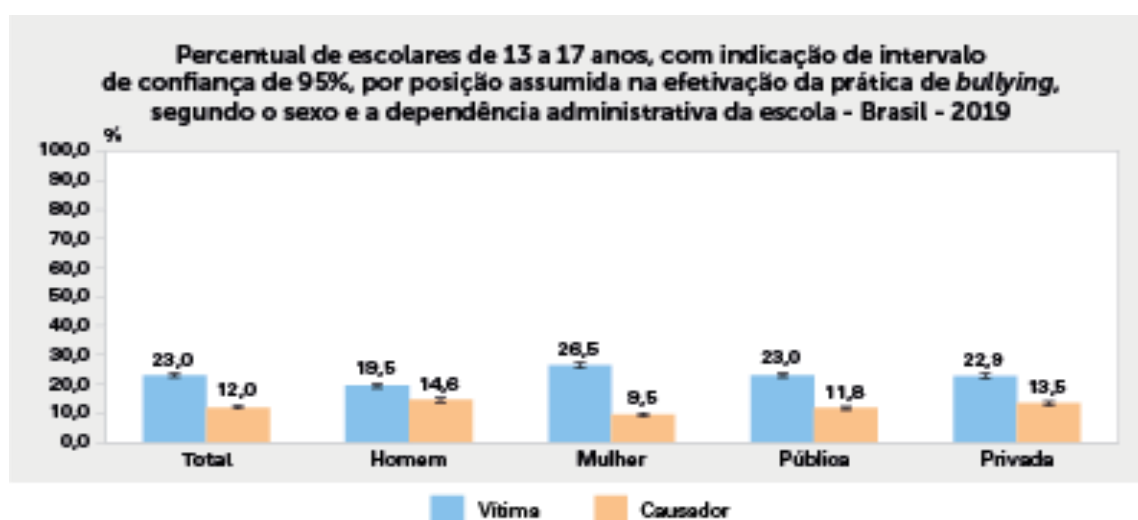
As informações reveladas pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, divulgada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Educa e realizada em 2019, sobre a saúde de adolescentes que frequentavam do 7º ano do

Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio nas redes públicas e privadas, evidenciaram que:

[...] 12,0% dos estudantes brasileiros de 13 a 17 anos revelaram ter praticado algum tipo de bullying e 23,0% afirmaram que, por duas ou mais vezes, se sentiram ofendidos ou humilhados pelos colegas, nos 30 dias anteriores à pesquisa. Os três principais motivos das provocações foram: a aparência do corpo (16,5%), aparência do rosto (11,6%) e cor ou raça (4,6%). A PeNSE 2019 levou em consideração termos como esculachar, zoar, mangar, intimidar ou caçoar, que, posteriormente, são interpretados como bullying, evitando, dessa forma, o uso dos termos diretamente (Brasil, 2019).

Confira as informações no gráfico da figura 10 abaixo, 12,0% dos estudantes brasileiros de 13 a 17 anos divulgaram ter praticado algum tipo de bullying na escola e 23,0% afirmaram que, vivenciaram ofensas ou humilhações pelos colegas, como mostram a seguir:

Figura 10 – Percentual da prática do *bullying*¹³



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

⁶ Na edição de 2015 optou por inserir também uma questão usando o termo *bullying*, com o objetivo de avaliar o nível de compreensão e disseminação do termo entre os escolares. A questão não foi inserida nessa edição.

⁷ O quesito sofreu ajustes de redação. Nesse caso, eventuais variações observadas no indicador devem ser vistas com cautela, dado que os ajustes podem ter influenciado seu resultado.

Fonte: Brasil (2019).

A figura evidencia práticas de bullying no contexto escolar entre adolescentes.

Oliveira (2021), do jornal “El País Brasil”, destaca uma matéria que aborda os comentários da ONU sobre a preocupação com as crianças no mundo digital. Eles discutem a *Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente* no ambiente digital, buscando promover mudanças na forma como Estados e empresas gerenciam negócios na área de tecnologia. O documento aborda diversos temas, como os dados virtuais das crianças e adolescentes, o cyberbullying e a publicidade infantil, entre outros. Pedro Hartung, coordenador jurídico da ONG Instituto Alana, explica que:

¹³ Disponível em: } <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/21457-a-saude-dos-adolescentes.html>. Acesso em: 2 jun. 2024.

A internet é uma grande mídia de socialização. Os Estados têm que pensar em ter conteúdo educativo adequado e que promovam desenvolvimento da criança. Não adianta Facebook, Google e YouTube terem termos de uso acima de 13 anos. As crianças estão presentes nas plataformas (Hartung, 2021).

Em uma reportagem para a revista VEJA, Henrique Harrison, 29 anos, expõe seu sofrimento ao Ministério Público, sendo alvo de intolerância dentro da PM ao revelar sua homossexualidade assumida. Ele relata que "os problemas começaram pra valer quando expus meu namoro no Instagram. Aí veio uma enxurrada de comentários depreciativos de colegas, que mudaram o tratamento comigo". Harrison ainda acrescenta que recebeu um áudio no WhatsApp de um coronel, mencionando que "o áudio circulou pela PM Brasil afora. Recebi ameaças e tive muito medo" e completa dizendo que "há dois meses fui diagnosticado com depressão e ansiedade" (Lang, 2021).

Shimabukuro (2021)¹⁴ produziu uma matéria no "Dia da Internet Segura", em 9 de fevereiro de 2021, sobre a pesquisa da Microsoft realizada em maio de 2020 em 32 países. O levantamento mensurou o comportamento e a percepção de adolescentes (entre 13 e 17 anos) e adultos (de 18 a 74 anos) na internet. A investigação mediu a interação no mundo online e afirmou que "43% dos brasileiros se envolveram com bullying entre 2019 e 2020". A matéria destaca que a ONU já tinha reportado o aumento do cyberbullying devido ao aumento do uso da internet, reiterando que esses dados específicos do Brasil merecem maior atenção. O texto destaca que "a partir das respostas, a Microsoft calculou o Índice de Civilidade Digital (ICD), que usa métricas como inclusão, transparência e respeito no mundo digital para medir o tom das interações online". Além disso, o estudo comenta que "os mais afetados pelas más condutas online foram os indivíduos das gerações Z (nascidos entre 1995 e 2010) e *millennials* (nascidos entre 1985 e 2000)".

Após cinco anos, a "BBC News Brasil", de São Paulo, em 01 de setembro de 2021, exibiu o sofrimento de uma jovem na reportagem "'Já acabou, Jéssica?': Jovem abandonou estudo e caiu em depressão após virar meme". A matéria expôs o drama de uma adolescente, que, na época com 12 anos, vivenciou uma briga na saída da

¹⁴ Disponível em: https://olhardigital.com.br/2021/02/09/seguranca/43-dos-brasileiros-se-envolveram-com-bullying-%20entre-2019-e-2020-diz-pesquisa/#google_vignette. Acesso em: 2 jun. 2024.

escola em Alto Jequitibá, Minas Gerais. Após ser agredida, a jovem levantou-se e perguntou à agressora se as agressões haviam terminado. O problema se agravou quando a situação foi gravada, viralizando nas redes sociais, e a frase "Já terminou, Jéssica?" tornou-se um jargão, originando diversos memes em todo o país. Com o início do cyberbullying, a garota passou a se autolesionar, resultando em problemas psiquiátricos, depressão, crises de ansiedade, isolamento social, angústia e tristeza. A jovem relata à BBC que fazia cortes nos braços e pernas e que "depois da primeira vez, virou um vício. Passei a me cortar cada vez mais fundo e em mais lugares. Quando acontecia alguma coisa, como quando via alguém debochando de mim na rua ou acontecia algo que me deixava triste, eu me cortava" e complementa "na época cheguei a tomar sete remédios por dia". Lemos aponta que "a briga entre as duas garotas era considerada uma situação que logo passaria. Isso se o momento não tivesse sido compartilhado naquele mesmo dia nas redes sociais por um dos jovens que acompanhou a situação". Ainda, a defesa da jovem destaca que os danos psicológicos são irreversíveis e que até hoje ela "vem sofrendo com o ocorrido" (Lemos, 2021).

Outra matéria sobre violência escolar, de Leal (2021), do dia 17 de agosto de 2021, do jornal "O Globo", destaca a atuação das polícias por meio do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) da Secretaria de Operações Integradas (Seopi) e a colaboração da Agência Americana de Investigações de Segurança Interna (Homeland Security Investigations – HSI) em casos de ataques violentos em ambientes escolares. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e as polícias civis têm conseguido prevenir tais ataques por meio de inteligência integrada. Um caso emblemático ocorreu na região do Rio Grande do Norte (RN), em que um ataque escolar foi planejado pela internet. Dois primos, com discursos de ódio, falavam em "incendiar colégios e matar todo o mundo", utilizando explosivos e coquetel molotov. Houve alunos dentro do estabelecimento de ensino. Os agentes de segurança reforçam a necessidade de técnicas de prevenção e repressão a ataques em escolas do Brasil, mencionando que, no período de maio a agosto de 2021, foram arquitetados muitos ataques, além do RN, em estados como Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Paraíba (LeaL, 2021).

Sobre o uso do ciberespaço, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, em 2019, que 82,7% dos domicílios nacionais possuem acesso à internet, representando um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação a 2018,

conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 (Brasil, 2021).

Segundo Oliveira (2021), crianças mais tempo online na pandemia, famílias e escolas precisam ficar atentas ao cyberbullying. Uma pesquisa realizada entre outubro de 2019 e março de 2020 com cerca de três mil crianças e adolescentes, juntamente com seus pais ou responsáveis, tinha o objetivo de entender como a faixa entre os 9 e 17 anos utiliza a internet. Constatou-se que 61% dos entrevistados afirmaram ver discriminação na internet mais de uma vez por dia, principalmente através do uso de redes sociais.

A pesquisa indicou que as meninas são mais suscetíveis a sofrer algum tipo de violência na internet. Uma em cada três (31%) relatou ter sido tratada de forma ofensiva, índice que cai para 24% entre os meninos. A predominância do cyberbullying e das ofensas virtuais entre meninas também é corroborada por outros levantamentos. Segundo dados da SaferNet Brasil, dos 232 atendimentos realizados nesse tema em 2020, 161 foram para o público feminino e 71 para o masculino. Isso reforça a importância de abordar esse fenômeno com atenção.

No jornal Estadão, Pinheiro (2020) reporta um relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que alerta para o aumento de atos de violência no meio virtual. Audrey Azoulay, Diretor-Geral da UNESCO, confirma que durante a pandemia de “Covid-19, e com o consequente fechamento das escolas, nós observamos um aumento em manifestações de violência e ódio online – e isto inclui o bullying. Agora, com as escolas começando a reabrir, as crianças estão expressando medo em retornar às aulas”.

A matéria ainda traz uma entrevista com a delegada e presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo, Raquel Kobashi Gallinati, que afirma que “o bullying, que antes ocorria principalmente na escola, se transformou no cyberbullying, e agora existe nas redes sociais, grupos de WhatsApp e todos os meios onde os agressores consigam acesso às suas vítimas”. Raquel discorre sobre o meio virtual e as consequências do cyberbullying, ressaltando que as vítimas estão expostas 24 horas por dia e já não se sentem seguras nem dentro de suas próprias casas.

A esse respeito, Lévy (2010) aborda que o ambiente virtual está em progresso e há mutações sociais e culturais que o envolvem. A virtualização da informação possibilita um novo meio, novas formas artísticas, possibilita transformações na relação do saber, um novo lugar de práticas, atitudes, valores e modos sociais de

comunicação e interação. A cibercultura reflete sob o ensino, a cidadania, a democracia e problemas sociais.

A rede, melhor dizendo, o ciberespaço:

surge com a interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este universo (Lévy, 2010, p. 17).

Nesse vasto universo de conectividade, notamos a tecnologia se sobressaindo e a internet, o meio mais influente em todas as áreas do cotidiano. Além disso, Lévy (2010, p. 260) esclarece: "eis o ciberespaço [...]: um imenso ato de inteligência sincrônica, convergindo para o presente, clarão silencioso, divergente, explodindo como uma ramificação de neurônios".

3.8.4 Cyberbullying: relato de experiência (era da emergência de ações)

Um importante aspecto verificado na sociedade contemporânea é o crescente envolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação Digitais (TDICs) tanto nos relacionamentos interpessoais, interação e colaboração, quanto em nosso cotidiano, considerando os diversos contextos (sociais, políticos, históricos, culturais, etc.). Essa presença está (trans)formando indivíduos, promovendo assim alterações nos agentes sociais.

No âmbito educacional, Behrens (2013, p. 80) preconiza que as tecnologias representam oportunidades na prática didática, afirmando que "o paradigma na era digital, na sociedade da informação, enseja uma prática docente assentada na construção individual e coletiva do conhecimento". Nesse sentido, no contexto do Ensino, o reconhecimento de um "mundo globalizado, que derruba barreiras de tempo e espaço, o acesso à tecnologia exige atitude crítica e inovadora, possibilitando o relacionamento com a sociedade" (Behrens, 2013, p. 84).

No estudo de Bassani, Wilbert e Magnus (2017, p. 96), observa-se "o desafio de fomentas efetivas práticas pedagógicas que oportunizam vivências na rede e em rede".

A nossa pesquisa aborda e foi organizada em consonância com os

documentos normativos da Educação Nacional e Estadual, destacando alguns deles, tais como: LDB (BRASIL, 1996), BNCC (Brasil, 2018), DCE (Paraná, 2008) e Crep (Paraná, 2021). A proposta também se destaca pela "participação dos jovens no diagnóstico e proposições relativos às violências, alinha-se aos princípios básicos do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), como os que compõem os artigos 4º" (Anexo 7) que menciona:

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

- (I) - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
- II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;
- III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e
- IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz.

Frente aos desafios contemporâneos no exercício da docência, reconhecemos a promessa da escola em provocar a superação das desigualdades culturais, informacionais e digitais, visando tornar acessível o conhecimento científico e tecnológico, formando capacidades em todos os envolvidos (educadores, educandos, gestão, funcionários e família) para atender às exigências do século XXI. A escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, especialmente no contexto da internet.

Nesta pesquisa, embasada em dados e fatos sobre o cyberbullying e suas matizes, a pesquisadora, que também é docente em uma escola, vivenciou de forma impactante a temática investigada. Em 27 de novembro de 2023, conforme reportado pelo Jornal Tribuna da Massa, a escola foi alvo de "Fake News" e boatos de invasão disseminados pelas redes sociais, resultando em um momento de pânico generalizado. Diante da incerteza sobre a veracidade dos fatos, medidas extremas foram tomadas, envolvendo o acionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), presença de policiais armados e agentes de Cybercrimes. A escola praticamente esvaziou-se, com pais ameaçados buscando seus filhos para protegê-

los.

Dentro desse contexto, observamos mais uma vez a importância de conscientizar os pais como coautores na redução e erradicação de diversas formas de violência na internet e na escola. O pedagogo, desempenhando múltiplas funções pedagógicas, emerge como um mediador crucial no diálogo e articulação entre escola e família. Sua atuação pode fortalecer a união entre ambas as partes, contribuindo para a construção de caminhos mais eficazes no processo de socialização, cidadania, responsabilidade, convivência em grupo e desenvolvimento do sujeito.

Nesta tese, foram abordadas questões pertinentes e contextualizadas sobre a internet, o cyberbullying e suas particularidades. Compreendemos que a falta de interação entre alunos, escola e pais pode criar um ambiente propício para a violência. Diante desse cenário, e considerando como alertar os pais e incentivá-los a monitorar seus filhos, propomos, nas considerações finais, desdobramentos para novas pesquisas, canais de informação e até sugestões de novas cartilhas informativas como material de apoio pedagógico.

É inegável a carência de materiais educacionais ou propostas de acesso a esses materiais dentro das escolas para tratar o tema, especialmente no que diz respeito ao ensino do uso responsável das ferramentas de socialização, linguagem e cultura digital. A falta de recursos educacionais específicos ressalta a necessidade urgente de desenvolver iniciativas que abordem essas questões no contexto escolar.

Outro ponto relevante a destacar é a existência de várias cartilhas voltadas para pais e estudantes. Entretanto, em minha experiência no âmbito escolar do Paraná ao longo de 15 anos como professora, não identifiquei nenhuma cartilha específica sobre cyberbullying oferecida pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Em outras palavras, embora existam diversas cartilhas sobre o tema, elas não são disseminadas, distribuídas ou acessadas pelos pais e, muitas vezes, pelos próprios estudantes. Na atualidade, ainda enfrentamos a carência de materiais didáticos como ferramenta orientadora de teoria e prática para os pais e/ou responsáveis, a serem distribuídos no cotidiano escolar pela SEED-Paraná. Essa lacuna destaca a necessidade de iniciativas para proporcionar efetiva comunicação e conscientização sobre o cyberbullying.

3.8.5 Guia de orientação do Paraná e outras em torno do Cyberbullying

O guia de orientação¹⁵ foi elaborado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado do Paraná, apresentando-se como "protocolos de encaminhamentos de situações que se configuram como violência ou violação de direitos contra crianças e adolescentes no ambiente escolar" (Paraná, 2023, p. 1). Esses protocolos foram distribuídos à rede de Educação Básica durante o ano de 2023, destinando-se às equipes diretivas e pedagógicas. Os procedimentos recomendados para lidar com diversas situações de violência incluem: 1) Acionar o Batalhão de Polícia Escolar Comunitária (BPEC/PEC) ou a Polícia Militar da região; 2) A Rede de Proteção, 3) O Núcleo Regional de Educação (NRE), e 4) Envolver os pais ou responsáveis legais conjuntamente:

- Informar à família a possibilidade de registro do Boletim de Ocorrência, na Polícia Civil, ou no Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos - NUCIBER, orientando-a a fazer "prints" (cópia da tela) da conversa, publicação, data, horário;
- Encaminhar à Rede de Proteção local (Unidade Básica de Saúde, Cras, Creas, Conselho Tutelar, Caps), se necessário;
- Se houver exposição midiática da situação, entrar em contato com o Núcleo Regional de Educação;
- Acompanhar as situações encaminhadas junto a Rede de Proteção;
- Dar ciência aos pais ou responsáveis legais sobre os encaminhamentos da situação por meio dos canais oficiais de comunicação da escola;
- Fazer o registro do fato no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidoria (SIGO). (Paraná, 2022, p. 12)

Outra orientação de segurança relacionada ao cyberbullying é a SaferNet Brasil²¹, que opera a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (www.denunciar.org.br) em parceria com o Ministério Público Federal desde 29/03/2006. Outra medida implementada foi a Lei n.º 13.718 de 2018 (Anexo 4) do Código Penal Brasileiro, que aborda o compartilhamento de imagens íntimas de pessoas sem sua autorização. A Lei 12.737 de 2012 (Anexo 5), conhecida como a lei

¹⁵ Disponível em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-%2010/guia_orientacao_protocolo_situacao_violencia.pdf.%20Acesso%20em:%202%20jun.%202024
. Acesso em: 2 jun. 2024.

"Carolina Dieckmann", foi sancionada em 30 de novembro de 2012, após a atriz ter sua intimidade violada, sofrendo ameaças e extorsões para evitar a exposição na internet. A legislação foi criada porque, na época do crime, a atriz não recebeu amparo de uma legislação específica e não conseguiu penalizar os criminosos.

Ainda, um novo Projeto de Lei nº 4.224/21¹⁶ foi aprovado pelo Plenário do Senado em 26 de dezembro de 2023, criminalizando as práticas de bullying e cyberbullying. O projeto transforma em crimes hediondos vários atos cometidos contra crianças e adolescentes. Em 15 de janeiro de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.811/2024, derivada da PL n.º 4224/2021, que inclui os crimes de bullying e cyberbullying no Código Penal. A lei institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência em estabelecimentos educacionais públicos ou privados, devendo ser implementada pelo Poder Executivo municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os Estados e a União. Em seu parágrafo único, prevê a "capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança ao redor do estabelecimento escolar" (Brasil, 2024).

3.9 A IDENTIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

O pedagogo desempenha um papel abrangente no trabalho pedagógico, destacando-se no processo de formação para a cidadania com o objetivo de assegurar o direito à participação cultural e política no âmbito escolar. Seu papel é crucial para proporcionar uma educação de qualidade que permita a formação integral de seres humanos em seus contextos históricos e sociais.

Segundo Libâneo (2008, p.33):

[...] pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana [...] Daí a necessidade de discutirmos sobre o papel do pedagogo no processo de organização e intervenção pedagógica na prática educativa, papel este de caráter social, democrático e ético, que deve atender as necessidades de formação de sujeitos críticos e reflexivos.

¹⁶ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160159>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Dessa forma, a dimensão da pedagogia e sua identidade abrangem aspectos técnicos, de gestão educacional, e de processos de ensino e aprendizagem na formação dos indivíduos enquanto cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Os pedagogos têm o dever de contribuir para o cumprimento do estabelecido na Lei n.º 9.394/96¹⁷, em seu artigo 14, quando define que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes 6 princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. De acordo com a atual LDB, a organização da escola concretiza-se pela gestão democrática, instituindo a participação de seus membros na tomada de decisões e realização das ações, que são sustentadas pelo projeto pedagógico construído pelo conjunto de profissionais, com a participação da comunidade escolar e local representadas através das instâncias colegiadas.

Os pedagogos desta pesquisa referem-se a **todos** os profissionais que atuam na área da gestão pedagógica, sendo responsáveis por garantir os objetivos da escola por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP). Eles consideram o contexto e o público escolar para orientar o estabelecimento escolar a crescer com qualidade de ensino, acompanhando o planejamento, a prática e a avaliação de desempenho dos alunos, professores e de toda a equipe escolar. O PPP é o guia das ações da escola, representando o norte do papel do pedagogo e sendo o documento elaborado por esses profissionais.

Para conhecer melhor a formação do pedagogo, examinamos a matriz curricular e a categorização das atividades acadêmicas de duas (02) Universidades

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 jun. 2024.

de Londrina, uma privada, 1) Unopar¹⁸, e, uma pública, 2) UEL¹⁹, no que tange ao Licenciado em Pedagogia. Suas grades curriculares são:

1) Unopar: Avaliação na Educação, Campos de Experiência e Prática Educativa, Corpo e Movimento, Currículo e Inovações, Didática, Educação de Jovens e Adultos, Educação e Artes, Educação e Diversidade, Educação Inclusiva, Ensino e Aprendizagem da Geografia e História, Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa, Ensino e Aprendizagem da Matemática, Ensino e Aprendizagem das Ciências Naturais, Estágio Supervisionado - Gestão Educacional, Estágio Supervisionado de Intervenção na Educação Infantil, Estágio Supervisionado de Intervenção nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado de Observação e Diagnóstico do Contexto Escolar, Estratégias e Procedimentos para Alfabetização, Funcionamento da Educação Brasileira e Políticas Públicas, Fundamentos da Educação, Gestão Educacional, Gestão Pedagógica e Projeto Educativo, História da Educação, Inovação Educacional, Letramentos e Alfabetização, Libras - Língua Brasileira de Sinais, Língua Portuguesa para Docentes, Linguagem e Oralidade, Literatura Infanto-Juvenil, Ludicidade e Educação, Natureza e Sociedade, Optativa I, Optativa II, Optativa III, Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil, Organização do Trabalho Pedagógico Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Pensamento Científico, Prát. Pedag. - Gestão da Aprendizagem, Prát. Pedag. - Identidade Docente, Prát. Pedag. BNCC e a Arte de Educar, Prát. Pedag. na Educação Infantil, Prát. Pedag. nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Projeto de Extensão I – Pedagogia, Projeto de Extensão II – Pedagogia, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Sociedade Brasileira e Cidadania, Trabalho de Conclusão de Curso.

2) Uel: Filosofia e Educação: Antropologia, Educação e Diversidade, Metodologia do Trabalho Científico Em Educação I, Políticas Educacionais, Sociologia da Educação, História da Educação e a Produção da Escola Moderna, Didática, Tecnologia e aprendizagem, Fundamentos da Educação Infantil, Metodologia do Trabalho Científico Em Educação II, Didática e Teorias Pedagógicas, Política Educacional Brasileira, Psicologia da Educação I e II, Didática, Planejamento e Aprendizagem, Pressupostos Teóricos- metodológicos com Bebês, Pesquisa Educacional I, Educação Especial, Estágio Supervisionado da Educação Infantil, Pesquisa Educacional II, Filosofia e Educação: Ética e Estética, Pressupostos Teórico-metodológicos da Pré-Escola, Psicologia da Educação III, Didática da Geografia para os anos Iniciais do Ensino Fundamental, Psicologia da Educação IV, História da Educação Brasileira da Colônia ao Império, Didática de Alfabetização para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Didática da Matemática para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Didática da História para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Filosofia E Educação: Epistemologia, Estágio Supervisionado Dos Anos, Trabalho de Conclusão De

¹⁸ Disponível em: https://www.unopar.com.br/portalinstitucional/portalinstitucional-front/curso/pedagogia-%20licenciatura/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=pedagogia%20unopar&utm_content=schl1_unopar_aon_cursos_perf_inhouse_gads_texto_texto_pedagogia_inscriver_texto_cpa&utm_campaign=google_semadserver_schl1_unopar_aon_cursos_perf_inhouse_conversao_valor-%20cpa_inscriver_cpa&gad_source=1&gclid=CjwKCAiAqNSsBhAvEiwAn_tmxTIQIplvcJvX4L2bkjpWZ1y-%203sDtsIvBL9BQf0t3NMhdBWWDdBY1kxRoCQmAQAvD_BwE&qclsrc=aw.ds. Acesso em: 3 jun. 2024.

¹⁹ Disponível em: https://uel.br/portal/index.php?pagina=404&urlProcurada=www.uel.br/arquivo-%20prograd/documentos/resolucoes/2023/resolucao_56_23.pd. Acesso em: 2 jun. 2024.

Curso I, Didática da Língua Portuguesa para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Didática das Ciências da Natureza para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação não formal: Fundamentos teóricos e metodológicos, Gestão Escolar: Princípios da Formação do Pedagogo, História da Educação Brasileira da Segunda Metade Do Século XIX ao Final da 1ª República, Fundamentos e Políticas Curriculares, História da Educação Brasileira da Era Vargas À Contemporaneidade, Gestão Escolar: Coordenação e Planejamento Institucional, Educação de Jovens e Adultos, Estágio Supervisionado em Gestão da Educação Escolar, Trabalho de Conclusão de Curso II, Didática, Avaliação e Aprendizagem, Gestão Escolar e Comunidade, Trabalho e Educação, O Pensamento Filosófico Contemporâneo e a Educação, Libras – Língua de Sinais, Estágio Supervisionado em Educação Não Formal.

Existem diferentes grades curriculares e cada instituição de ensino adota um viés específico. Algumas buscam preparar os alunos para ingressar no mercado de trabalho (a), com metas mais voltadas para uma abordagem acadêmica. Outras têm o objetivo de formar profissionais para seguir a carreira de docente (b) ou de pesquisador (c), ou seja, adotam uma abordagem mais prática ou teórica em seu planejamento pedagógico.

Na próxima, descreveremos o método apresentado a seguir.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Entendemos que, em toda pesquisa, utilizamos métodos científicos como procedimento racional e sistemático que buscam solucionar respostas aos problemas propostos. Para tal intuito, Galliano (1986, p. 32) apregoa que o método científico é um "instrumento utilizado pela ciência e pelo pesquisador como sondagem da realidade e operacionalização de um conjunto de estratégias, de técnicas e de procedimentos para atingir de forma mais adequada para a atuação um determinado domínio de saber".

Kahlmeyer-Mertens et al. (2015) afirmam que a metodologia serve para pensar um determinado problema, seja para explicar ou estudar a temática. O método científico "é entendido como o conjunto de processos orientados por uma habilidade crítica e criadora voltada para a verdade e para a construção da ciência hoje" (Kahlmeyer-Mertens, 2015, p. 15). A metodologia "é como uma caixa em cujo interior encontramos inúmeras ferramentas. O que se precisa, na verdade, é saber utilizar cada ferramenta no momento e na hora adequada" (Kahlmeyer-Mertens et al., 2015, p. 52).

Motta-Roth e Hendegs (2010, p. 111) aludem que "uma pesquisa é um conjunto de ações determinadas para o propósito de se investigar, analisar e [criticamente] avaliar determinada questão ou problema em dada área do conhecimento".

Segundo, Lüdke e André (1986, p. 2), dentro da pesquisa em educação, entendem que a investigação deve estabelecer relação "da vida do educador, em qualquer âmbito em que ele atue, tornando-a um instrumento de enriquecimento do seu trabalho".

A metodologia selecionada para esta pesquisa foi a qualitativa dentro de um meio social, no viés de análise de conteúdo categorial e interpretação de resultados.

Segundo Gomes et al. (2005, p. 80) na análise das descrições dos participantes, "os textos são fiéis, própria fala dos respondentes", porém "o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas". Além do que, determina que se pode passar para a interpretação sem usar a descrição. Já, na interpretação buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão

além do descrito e analisado.

Um ponto relevante é que na pesquisa qualitativa, de acordo com Gomes (2015, 90-91), a interpretação manifesta o foco mais importante, central, melhor dizendo, "é o ponto de partida (porque se inicia com as próprias interpretações dos atores) é o ponto de chega "ir além do material coletado" e "discutir-se os resultados numa perspectiva mais ampla, trabalhando na produção do conhecimento" de um campo de atuação (porque é a interpretação das interpretações)" (Gomes *et al.*, 2015).

Assim, para atingir os objetivos desta pesquisa que versa sobre compreender as percepções e os conhecimentos atribuídos ao cyberbullying, sob a perspectiva de pedagogos, e com o intuito de aclarar quais foram os caminhos percorridos para fornecer as respostas aos questionamentos realizados inicialmente nesta tese. Serão descritos o campo da pesquisa, a revisão de literatura acerca das teses vigentes sobre cyberbullying nas bases da CAPES, no período de 2018 a 2023, a identificação dos participantes da pesquisa e seus respectivos critérios de inclusão e de exclusão, o local, a técnica adotada para a coleta dos resultados e os procedimentos de análise.

4.1 O CAMPO DA PESQUISA

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Uma característica fundamental da pesquisa qualitativa, conforme destacado por Brancher, Canterle e Machado (2019, p. 98), é que ela "trabalha com ou a partir de um grande conjunto de dimensões e variáveis. Nesse contexto, o pesquisador é responsável por estabelecer o ambiente que servirá como fonte de dados, sendo que as informações coletadas são inicialmente descritivas, e o processo em si muitas vezes se torna mais importante do que o produto final.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Zanella (2006, p. 99), "preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados". A credibilidade nesse método é testada pela observação persistente da realidade e pela interpretação do fenômeno observado de diversos ângulos. Em uma metodologia que adota uma abordagem de base qualitativa de acordo com Motta-Roth e Hendges (2010, p. 113) "a credibilidade é o teste da realidade, realiza observação persistente da realidade, a interpretação do fenômeno observado a partir de vários ângulos", há múltiplas construções da realidade possibilidade de se aplicar os resultados a outros contextos

depende da similaridade entre eles e revisão de colegas.

A partir dos procedimentos adotados para a realização desta pesquisa, é classificada como exploratória, pois há “levantamento bibliográfico” (Gil, 2002, p. 43). O tipo de pesquisa utilizado neste estudo foi qualitativo e descritivo, conforme definido por Kahlmeyer-Mertens et al. (2015, p. 53), que “tem por objetivo expor características de determinada população ou fenômeno”. Sendo assim, buscamos abordar as percepções e conhecimentos atribuídos ao cyberbullying por parte do grupo de pedagogos.

A coleta de dados foi conduzida por meio de questionário via WhatsApp, tendo sido previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera e pela Plataforma Brasil, conforme registrado sob o Número do Parecer: 6.273.728, conforme Apêndice.

A abordagem desta pesquisa se desdobrará em diferentes etapas. Inicialmente, realizar-se-á a revisão de literatura, enfatizando que essa primeira fase consistirá em um estudo com base em materiais publicados sobre a temática do cyberbullying. A segunda etapa será caracterizada como uma pesquisa exploratória, envolvendo “entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (Gil, 2002, p. 43). Por fim, a terceira etapa compreenderá a análise dos resultados obtidos por meio do questionário.

Na análise do conteúdo dos questionários, adotamos a abordagem proposta por Gomes et al. (2005). Nesse processo, buscamos: (a) obter uma visão abrangente; (b) compreender as particularidades do material analisado; (c) desenvolver pressupostos iniciais que serviriam como referência para a análise e interpretação do material; (d) selecionar formas de classificação inicial; (e) identificar os conceitos teóricos que orientariam a análise. Assim, trechos, frases ou fragmentos foram examinados em diálogo com partes dos textos da análise, inferindo sentidos por meio de partes dos textos e analisando diferentes núcleos de sentidos presentes de maneira mais ampla. Houve ainda a reorganização de partes dos textos por temas, incorporando conclusões, dados de estudos e conceitos teóricos.

Para a categoria de análise desta tese, ancoramos no guia de análise de conteúdo desenvolvido por Sampaio e Lycarião (2021) no livro “Análise de Conteúdo Categorical: Manual de Aplicação

4.2 REVISÃO DE LITERATURA

A fim de evidenciar o objetivo e o escopo do estudo, parece oportuno indicar sua relação com outras pesquisas vigentes sobre cyberbullying. Assim, realizamos a veracidade aos fatos elencados da pesquisa com base em publicações de teses sobre o cyberbullying nas bases da CAPES, no âmbito da Educação e do Ensino no período de 2018 a 2023.

O principal objetivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²⁷ é armazenar teses e dissertações reconhecidos dos Programas de Pós-Graduação. Também, é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) e “desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação” e disponibiliza maior base de dados científicos do mundo.

O Catálogo de Teses e Dissertações (CTD)²⁰ “consiste em uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu do País, além de disponibilizar informações estatísticas acerca desse tipo de produção intelectual”. É possível aplicar filtros para realizar pesquisas, resultando na otimização dos dados. “O acesso ao Portal²¹ passou de sete milhões em 2002 para 47 milhões em 2006, com média atual de 130 mil acessos diários” (Brasil, 2022).

Investigamos o cyberbullying na revisão de literatura e observamos poucos trabalhos com a temática, como será detalhado na próxima seção.

4.2.1 Revisão de literatura sobre o cyberbullying perante a área do conhecimento educação e ensino

O Alicerçado na investigação dos estudos no banco de dados da CAPES²², mencionado anteriormente, foi possível selecionar pesquisas com a temática do

²⁰BRASIL. CAPES – Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 6 out. 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/blank-35496251>. Acesso em: 2 jun. 2024.

²² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-%20cap>. Acesso em: 2 jun. 2024.

cyberbullying.

Os trabalhos foram mapeados no âmbito da Educação e do Ensino no período de 2018 a 2023. Embora não tenha sido encontrada pesquisas na área do conhecimento denominada Ensino. Foi elaborada uma pesquisa no banco de dados *on-line* da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações, e foi selecionado, que serão apresentadas a seguir no texto, só teses que dizem respeito ao cyberbullying, com o objetivo de contribuir e entender como o estudo da temática e como ela é estudada no campo do Ensino e da Educação no Brasil.

Para isso, foram feitos alguns percursos para as análises e as discussões dessas pesquisas.

O caminho para a realização da revisão de literatura foram:

- a) Definir as palavras-chave, termo, e estratégias de busca;
- b) Estabeleceu-se critérios para a seleção, critérios de inclusão. Refinou-se os resultados da busca: foi considerado só Doutorado (Tese);
- c) Apresentou-se o critério de exclusão. Refinou-se mais os resultados considerando a área do Ensino e/ou da Educação de acordo com área do conhecimento;
- d) Foram descartadas pesquisas fora da área de interesse, fora da esfera da Educação e Ensino;
- e) Foi exibida uma tabela explicativa dos trabalhos encontrados sobre cyberbullying.

Considerou-se no estado da arte um mapeamento de produções acadêmicas atuais, pesquisas científicas sobre o tema cyberbullying no período de 2018 a 2023. Foram investigados os principais tópicos abordados nas pesquisas, o *locus* da pesquisa e as partes mais importantes do trabalho, bem como suas conclusões.

A seguir, é apresentado na tabela 2 as pesquisas (teses) consideradas (selecionadas), somente na área do conhecimento de Educação e/ou Ensino, para a revisão de literatura.

Tabela 1 – Resultados encontrados por termo de busca (1º Momento)

Termo de Busca	Quantidade de Tese	Descartado	Considerado Área de Educação e Ensino
"bullying" AND "cyberbullying"	13	10	03
"cyberbullying" AND "ensino"	00	00	00
"cyberbullying" AND "escola"	16	12	04
"cyberbullying"	20	16	04
TOTAL			11

Fonte: Elaborado pela autora.

Observando a tabela 2, podemos verificar que há poucos trabalhos com a temática cyberbullying sob a área de concentração Educação e sob a área de concentração do Ensino não há nenhuma produção. Assim, entende-se que há necessidade de maior visibilidade e discussão do tema na área de Educação e Ensino. Entretanto, sabemos que o número de trabalhos sobre a temática emerge de uma inserção destemida na internet, ferramenta de interação entre as pessoas, na sociedade pós-moderna, e esse pode ser o motivo de poucas pesquisas, temática atual.

Figura 11 – Resultado da busca na Capes



Fonte: Retirado de Brasil (2023).

A Figura 11 mostra como as palavras-chave foram utilizadas na busca entre aspas no banco da Capes, abordando o bullying e o cyberbullying, resultando em apenas **03 (três) teses** na área estudada, conforme ilustrado acima.

As temáticas dessas teses são similares, porém abordam diferentes vertentes em relação a esta pesquisa. Para esclarecer, os objetivos das pesquisas apresentadas na Figura 11 são os seguintes: (a) análise do fenômeno do cyberbullying na mídia eletrônica virtual, (b) investigação dos motivos que levam alunos do Ensino Médio a praticarem cyberbullying contra seus professores ao publicarem imagens e comentários vexatórios e aviltantes sobre seus mestres na rede social YouTube e (c) investigação da possível relação entre o cyberbullying e a motivação dos estudantes para o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em contexto de estudo.

No segundo momento, na figura 12, a busca foi com os termos “cyberbullying” e “ensino” e não apresentou **nenhuma tese**, somente dissertações de mestrados, e descartamos pois o foco nesta pesquisa são as teses, como mostra a figura a seguir.

Em um segundo momento, na Figura 7, a busca foi realizada com os termos "cyberbullying" e "ensino", não apresentando **nenhuma tese**, somente dissertações de mestrado, sendo descartadas, uma vez que o foco desta pesquisa são as teses, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 12 – Resultado da busca no Catálogo de Teses e Dissertações Capes

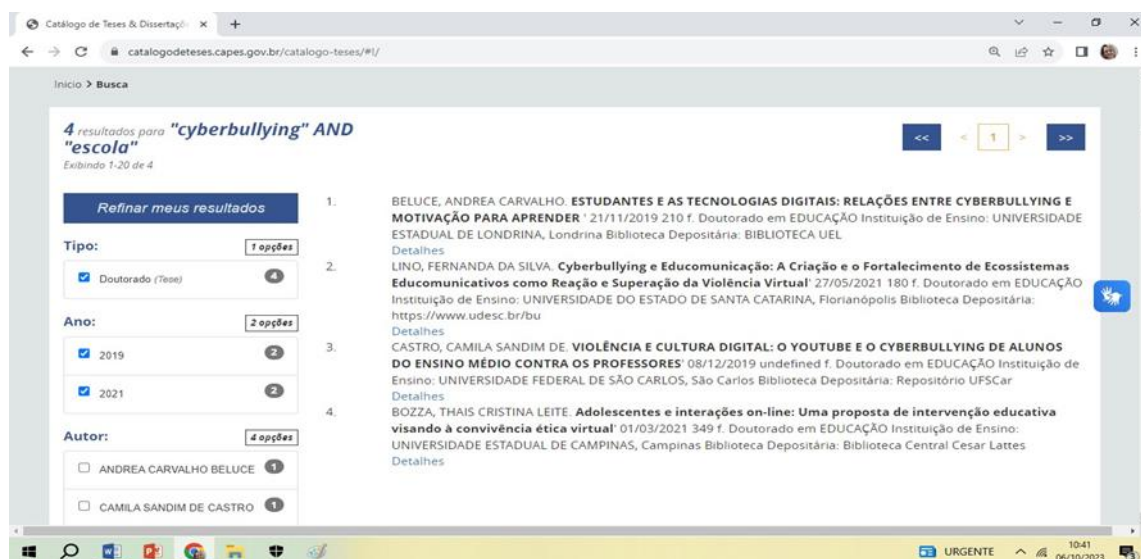


Fonte: Retirado de Brasil (2023).

A área da 46, Ensino, de acordo com o “Documento Orientador de APCN da Capes”²³, ao qual pertence este Programa de Pós-Graduação em Doutorado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, precisa ser mais explorado com esta temática atual. É caráter emergencial. Pois, reforçamos **não há pesquisas na área do Ensino** como mostra a figura 12 acima. Na busca “cyberbullying” AND “escola” mostrou 04 pesquisas que eram da área do conhecimento sobre Educação, como mostra a figura 13.

²³ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Figura 13 – Resultado da busca no Catálogo de Teses e Dissertações Capes



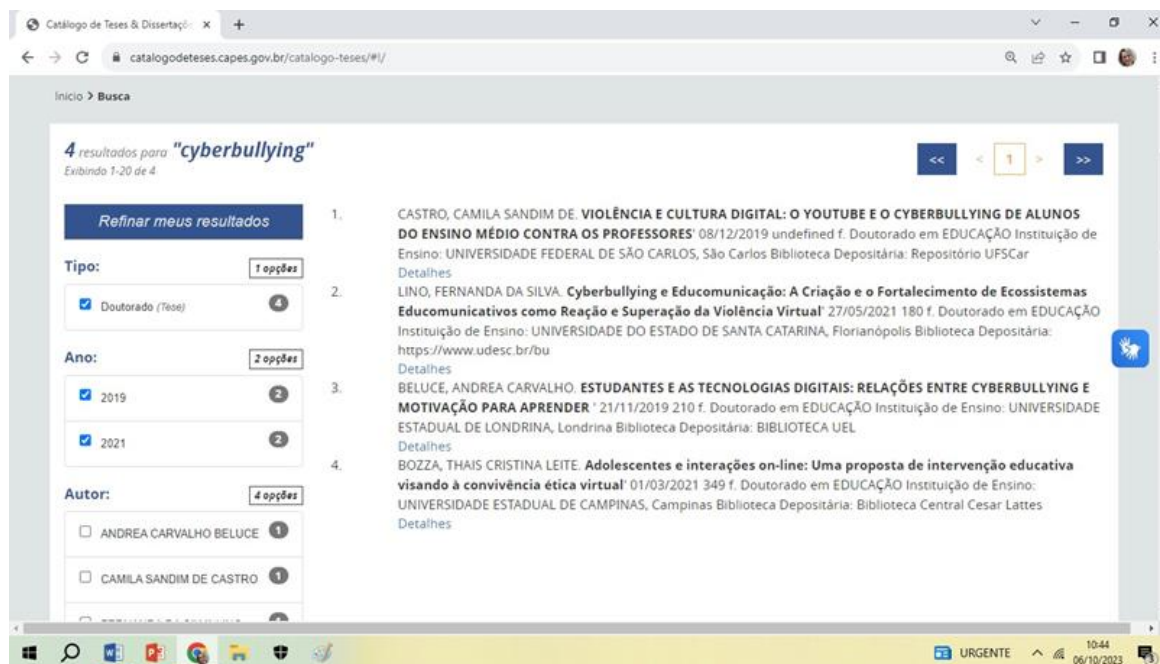
Fonte: Retirado de Brasil (2023).

Analisando a figura 13 anterior, **uma tese** se alinha com nossa pesquisa, pois investe de maneira mais direta na formação de sujeitos, promovendo o uso seguro e a convivência ética em ambientes virtuais, visando compreender como uma intervenção educativa pode moldar a convivência ética em ambientes online. A intenção desta pesquisa é estimular diálogos e reflexões sobre o cyberbullying, buscando envolver cada vez mais a família na parceria com a escola.

As demais teses apresentam os seguintes objetivos: (a) investigar a possível relação entre o cyberbullying e a motivação dos estudantes para fazer uso das TDIC em contexto de estudo; (b) abordar o ódio direcionado contra os professores que se manifesta sob a forma de cyberbullying, analisando também o bullying, cyberbullying e suicídio na escola, explorando o fenômeno da violência virtual praticada por pessoas acobertadas pelo anonimato ou pseudoanonimato, ao utilizarem esse ambiente, o que pode implicar em invasão e violação da privacidade ou intimidade de dados de adolescentes e jovens; e (c) compreender de que maneira a criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos podem contribuir para a discussão e a superação do cyberbullying no espaço escolar, à luz da Educomunicação

A figura 14 analisada abaixo é a busca com o termo cyberbullying. Considerando os filtros, refinar meus resultados, considerando o intervalo dos anos e a área de conhecimento da pesquisa.

Figura 14 – Termo *cyberbullying*



Fonte: Retirado de Brasil (2023).

Analisando a Figura 14, referente às pesquisas encontradas para este estudo sobre o cyberbullying, evidenciamos a necessidade de novos estudos sobre a temática desta pesquisa. Nas buscas, continuamos encontrando poucas pesquisas na área da Educação e Ensino, o que sugere a carência de trabalhos que explorem a temática de forma mais abrangente nesses campos. Observamos que a temática é relativamente nova e atual, pois surge com a popularização da internet no início do século XXI, “também conhecida como web participativa” (Lima, 2011, p. 27).

Portanto, elaboramos uma tabela para uma melhor compreensão do processo de revisão de literatura, eliminando as pesquisas repetidas nas buscas

Tabela 2 – Processo de revisão de literatura

Título do Trabalho	Autor(A)	Natureza	Instituição	Ano
01. Cyberbullying e Educomunicação: A Criação e o Fortalecimento de Ecossistemas Educomunicativos	Fernanda da Silva Lino	Tese	Universidade do Estado de Santa Catarina - Pública - Metropolitana SC	2021

como Reação e Superação da Violência Virtual				
02. Adolescentes e Interações On-Line: Uma Proposta de Intervenção Educativa Visando À Convivência Ética	Thais Cristina LeiteBozza	Tese	-Universidade Estadual de Campinas -Pública -Centro-Leste SP	2021
03. A Espetacularização da Violência na Escola: O Bullying e o Suicídio como Efeito Devastador na Educação	Ieda Rodrigues da Silva Balogh	Tese	-Universidade do Estado da Bahia - Pública - Nordeste BA	2020
04. Estudantes e as Tecnologias Digitais: Relações Entre Cyberbullying e Motivação para Aprender	Andrea Carvalho Beluce	Tese	-Universidade Estadual de Londrina - Pública -Norte do PR	2019
05. Violência e Cultura Digital: O Youtube e o Cyberbullying de Alunos do Ensino Médio Contra os Professores	Camila Sandim De Castro	Tese	-Universidade Federal De São Carlos - Pública -Administrativa Central. de SP	2019

Fonte: Elaborado pela autora.

As discussões dos trabalhos encontrados, conforme apresentados na tabela anterior, estão em consonância com a proposta desta pesquisa.

A tese de Lino (2021), **número 01**, intitulada “Cyberbullying e Educomunicação: a criação e o fortalecimento de Ecossistemas Educomunicativos como Reação e Superação da Violência Virtual”, teve como objetivo principal compreender de que a criação e o fortalecimento de ecossistemas educacionais podem contribuir para a discussão e a superação do cyberbullying no espaço escolar, à luz da Educomunicação.

A pesquisa também colabora ao citar Sartori (2014), afirmando que “ocupar-se com ecossistemas comunicativos em espaços educacionais é levar em conta que

a escola é um espaço complexo de comunicações, no qual o educador deve considerar o entorno cultural do aluno e seus pares de diálogo – colegas, família, mídia -, para planejar ações que possibilitem a participação, a construção e troca de sentidos” (Sartori, 2014, p. 46). Bem como com base nos seus resultados:

Foi possível chegar aos aspectos recorrentes na observação de práticas de cyberbullying e nas entrevistas com os envolvidos, quais sejam: a falta de consciência da violência; a naturalização da violência, o silenciamento da vítima; a insistência do agressor, a vítima comumente torna-se o agressor e, por fim, a atuação quase que nula da escola (Lino, 2021, p. 123).

Lino finaliza declarando que há uma relação intrínseca entre os componentes dos ecossistemas comunicativos, e que a comunicação desempenha um papel fundamental na superação e combate ao cyberbullying.

Outra tese relevante é a da autora Bozza (2021), **número 02**, intitulada "Adolescentes e interações on-line: uma proposta de intervenção educativa visando à convivência ética virtual". A pesquisa explana que, embora a internet tenha trazido benefícios e ampliado as possibilidades de socialização e interações online, um dos desafios atuais é o uso seguro, consciente, respeitoso e positivo do ambiente virtual. A autora observa a manifestação de comportamentos agressivos online, como o cyberbullying e outras formas de agressões cibernéticas, e propõe uma pesquisa-ação com intervenção educativa voltada para a convivência ética virtual. Para tais comportamentos, acredita-se que há uma sensação de invisibilidade e impunidade presente no espaço online, o que pode levar alguns sujeitos a apresentarem atos abusivos, violentos ou mal-intencionados. A pesquisadora é bastante assertiva ao reiterar que esses problemas não são causados pela tecnologia, mas sim reproduções de comportamentos humanos e formas de convivência já existentes. Além disso, ela acrescenta que:

“Mundo virtual” e “mundo real” são dimensões indissociáveis, uma vez que as ações na internet impactam na vida real e vice-versa. Ademais, a internet é também um local de convivência entre os atores escolares, as relações entre alunos, professores e famílias se estendem para as redes sociais, inevitavelmente (Bozza, 2021, p. 69).

Um ponto relevante salientado é que “além da família, a escola é uma

instituição socializadora, que tem como responsabilidade formar o sujeito para conviver no espaço público” (Bozza, 2021, p. 69), conscientizando e fomentando a construção dos valores sociomoraís e emocionais.

O objetivo do estudo foi implantar e avaliar um programa “A convivência ética virtual”, desenvolvido com alunos do 8º e 9º anos de uma escola pública da Rede Municipal de Campinas. Comprova que é urgente que as escolas se preparem para trabalhar a convivência em ambientes online, pois está “cada vez mais presente na vida dos nossos alunos (e nas nossas também), e que impacta nas relações dentro da escola e também fora dela, na sociedade como um todo” (Bozza, 2021, p. 261).

A tese de Balogh (2020), **número 03**, intitulada “A Espetacularização da Violência na Escola: O bullying e o suicídio como efeito devastador na educação”. A investigação é sobre o bullying, cyberbullying e suicídio na escola, descreve como esses fenômenos são constituídos em filmes ficcionais e em videorreportagens disponíveis na internet, assim como demonstra a forma como essas histórias podem colaborar para o debate e prevenção desses fenômenos na escola. Conclui que “é preciso dar visibilidade ao problema do bullying e cyberbullying sofrido por adolescentes em todas as suas formas de manifestações” (Balogh, 2020, p. 257).

A pesquisa de Beluce (2019), **número 04**, intitulada “Estudantes e as tecnologias digitais: relações entre cyberbullying e motivação para aprender”, teve como objetivo investigar a possível relação entre a motivação para aprender com o uso de TDIC e a percepção/identificação do estudante com o cyberbullying. Foi aplicado um questionário com 88 estudantes do estado do Paraná, do ensino médio e universitário. Conclui que o bullying virtual é uma realidade entre os estudantes do ensino médio e “entre os universitários, observou-se que a identificação com esse tipo de intimidação é três vezes maior entre os alunos do ensino médio” (Beluce, 2019, p. 160). Assim, o cyberbullying atua como um preditor da qualidade motivacional do estudante para estudar com o uso de internet. Os resultados mostraram que, sobretudo, a desmotivação é altamente predita pelo cyberbullying.

Na investigação de Castro (2019), **número 05**, título “Violência e Cultura Digital: o Youtube e o Cyberbullying de alunos do Ensino Médio contra os professores”, esta tese não possui divulgação autorizada²⁴. Em seu resumo,

24

Disponível

em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8901972. Acesso em: 2 jun. 2024.

observamos que o objetivo foi investigar os motivos que conduzem os alunos do Ensino Médio a praticarem cyberbullying contra seus professores ao publicarem imagens e comentários vexatórios e aviltantes de seus mestres na rede social YouTube e aponta a necessidade de uma compreensão crítica sobre a tecnologia para, ao invés de simplesmente proibir e/ou restringir seu uso em sala de aula, trazer conhecimentos sobre as interações sociais.

4.3 PARTICIPANTES

Os participantes convidados a colaborar nesta pesquisa foram pedagogos, selecionados com base no critério de serem graduados em Pedagogia e atuarem ou terem atuado na Educação Básica Pública Estadual do Paraná, pertencendo ao convívio da professora pesquisadora, configurando assim uma amostra por conveniência. Dos pedagogos que responderam à pesquisa estruturada, totalizaram 17 profissionais desempenhando suas atividades na Educação Básica Pública do Paraná.

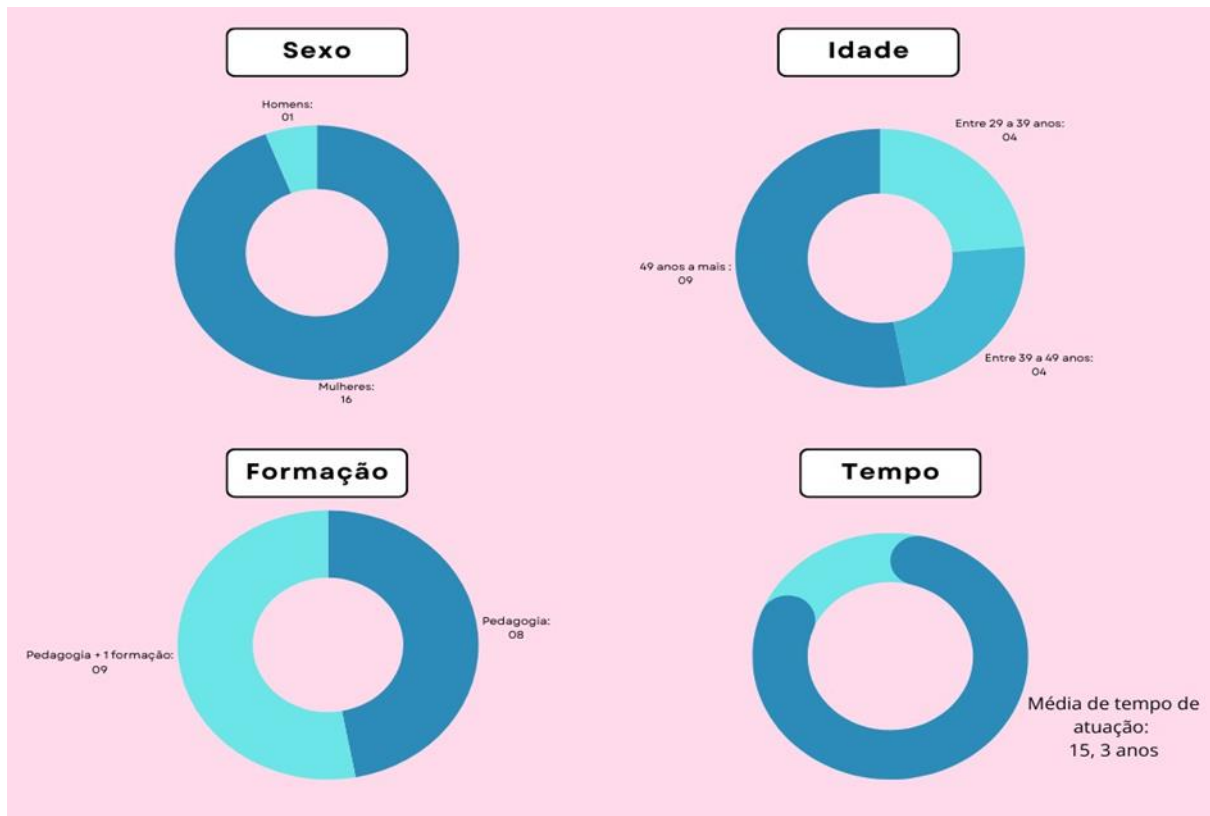
Dentre eles, são 16 pedagogas e 01 pedagogo. Todos trabalham como pedagogos. Porém 09 participantes trabalham em outras funções. O regime de trabalho do professor do Estado ou do pedagogo (ou professor)²⁵ pode ser de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo. Por isso, nas outras 20 horas, apareceram outras funções além de pedagogos, dentre elas: 2 na direção, 2 na Educação Especial, 2 na Educação Infantil, 1 na Educação Básica Ensino Médio, 1 na Coordenação Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, 1 na Sala de Recursos e 1 que aposentou. A média de tempo de serviço foi de 15,3 anos, sendo o mais novo com 1 de atuação em pedagogia e o mais velho na atuação de pedagogo com 27 anos.

Ao escolher este campo de pesquisa, a intenção foi compreender as percepções e conhecimentos atribuídos ao cyberbullying sob a perspectiva dos pedagogos da Educação Básica Pública do Paraná, Educação Fundamental II e Ensino Médio. No entanto, observou-se que alguns pedagogos também trabalham na Educação Infantil em outros períodos.

²⁵ Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/Recursos-Humanos/Pagina/Quadro-Proprio-do-Magisterio-%20QPM>. Acesso em: 2 jun. 20214.

A Figura 15 a seguir ilustra o perfil desses pedagogos:

Figura 15 – Perfil dos pedagogos



Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os pedagogos têm formação em Pedagogia, dos 17 participantes, 9 realizaram mais uma formação acadêmica. Em relação a idade, 4 participantes têm entre 29 a 39 anos, 04 entre 39 a 49 anos e os demais, 9, entre 49 anos a mais. A média de atuação como pedagogos foi de 15,3 anos como já foi dito.

Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 49), "os elementos de amostra foram escolhidos", indicando que os participantes não representarão uma demonstração representativa de toda a população. Nesse sentido, foram convidados a participar desta pesquisa pedagogos que fazem parte do convívio da professora pesquisadora. A coleta de dados foi realizada por meio do preenchimento de um questionário, conduzido de forma individual e pessoal, mediante formulário digital online via link, elaborado no "Google Forms" e enviado por WhatsApp. Conforme legislação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento obrigatório, foi enviado junto, garantindo aos participantes pedagogos o respeito aos seus direitos (ver

apêndice).

O questionário contemplou perguntas tanto abertas quanto fechadas, abordando tópicos como idade, sexo, formação acadêmica do(a) pedagogo(a), tempo de atuação, experiência com internet, conhecimento sobre bullying/cyberbullying, visão sobre o papel da escola, utilização de redes sociais e disponibilidade de instrumentos de orientação para pais, estudantes e professores no âmbito escolar. Todos esses procedimentos foram conduzidos em um período máximo de 15 minutos. O questionário completo está disponível no apêndice.

Conforme Gil (2002, p. 115), a elaboração do questionário não requer normas rígidas e uma estrutura fixa, contando com a experiência dos pesquisadores e “constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir anonimato”.

Aliás, Gil (1999, p.128), esclarece que “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

A participação na pesquisa envolveu riscos, que foram devidamente apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dentre esses riscos, destacam-se a possibilidade de cansaço durante o preenchimento do questionário, o constrangimento em responder algumas perguntas e a eventual falta de interesse na temática em questão

Portanto, toda a pesquisa foi conduzida em conformidade com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Pitágoras Unopar – CEP/Pitágoras Unopar, estabelecido pela Resolução n.º 037/03 de 22/04/2003. Este comitê é composto por nove membros de diversas áreas do conhecimento e foi criado para avaliar pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a legislação brasileira regulamentada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. A missão dessa comissão é defender os interesses dos participantes da pesquisa, garantindo seus direitos, dignidade, segurança e bem-estar, em conformidade com os padrões éticos. Além disso, a presente pesquisa adota os cuidados necessários para ambientes virtuais, seguindo as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), lei n.º 13.709/2018 (Anexo 6).

Para mais, a pesquisa está registrada na Plataforma Brasil²⁶ uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Essa plataforma acompanha e garante à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. O Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) correspondente a este estudo é o número 70733023.0.0000.0108.

Para assegurar a liberdade de informação sobre o cyberbullying e demais conhecimentos relacionados à educação escolar e políticas públicas, a identificação dos informantes não foi obrigatória. A participação na pesquisa foi voluntária, preservando valores como o direito à informação, a tranquilidade e a democracia. Por questões de sigilo, os pedagogos foram nomeados como P1, P2, P3, sucessivamente, até o P17.

4.4 LOCAL

No A delimitação do local da pesquisa restringe-se ao campo de atuação escolar perante os pedagogos no campo de atuação do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Londrina, Paraná. A sede do NRE de Londrina²⁷ está situado na Avenida Maringá, 290, Jardim Dom Bosco, Londrina-PR, 86060-000, Londrina, Brasil.

O NRE de Londrina³⁵ atende Londrina com 76 colégios na cidade mais²⁸ (dezenove) municípios vizinhos, sendo eles: Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.

Os dados que compõem esta pesquisa foram coletados nas cidades de Londrina, com a participação de 10 pedagogos, além de 1 de Tamarana, 1 de Cornélio Procopio, 4 de Ibiporã e 1 de Cambé.

4.5 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/submeter-na-plataforma-brasil-de-projetos-de-pesquisa-%20envolvendo-seres-humanos-para-avaliacao-etica>. Acesso em: 2 jun. 2024.

²⁷ Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>. Acesso em: 1 jun. 2024.

²⁸ Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Endereco/Nucleo-Regional-de-Educacao-de-Londrina>. Acesso em: 1 jun. 2024.

O levantamento de dados desta pesquisa ocorreu inicialmente por meio de um questionário enviado pelo *WhatsApp*. As questões (vide Apêndice) foram estruturadas para serem enviadas e respondidas virtualmente. O questionário foi aplicado a um total de 17 pedagogos vinculados ao NRE de Londrina.

Conforme Gil (2002), não existem normas e itens rígidos para a elaboração de um questionário. Contudo, com base na experiência dos pesquisadores, as questões devem estar relacionadas ao problema proposto, levar em conta a tabulação e análise dos dados, inferir pontos precisos de interpretação, formular de maneira clara e precisa, levar em consideração o sistema de referência do informante, bem como o seu nível de informação, e limitar o número de perguntas, entre outros.

As questões do questionário foram abertas e abrangeram a identificação do informante, formação acadêmica, atuação e função, tempo de atuação como pedagogo, percepções e conhecimentos relacionados ao cyberbullying, ambiente escolar, experiências e atuação do pedagogo, conhecimento sobre PPP e PTD em relação à temática, e relações entre práticas pedagógicas e documentos normativos que regem a Educação Básica do Paraná. O questionário foi aplicado em 2023, após aprovação do Parecer Consubstanciado do CEP.

A metodologia explora as reflexões e as relações dos pedagogos no contexto escolar, processo diagnóstico no panorama de violências virtuais em escola pública do NRE-Londrina. Para a análise, utilizamos as observações de Gomes et al. (2005), análise e interpretação de dados de uma pesquisa qualitativa, dentro de um mesmo meio social, com agrupamentos por similaridade de conteúdos temáticos. Os resultados da interpretação vão além do material coletado de maneira mais ampla, usando todo o conhecimento do pesquisador para atribuir um grau maior de significação aos conteúdos analisados. Também, aplicamos a categoria de Sampaio e Lycarião (2021) no viés de análise e interpretação de conteúdo categorial, de pesquisa qualitativa, na exploração do conjunto de opiniões e representações sociais.

A definição de Análise de Conteúdo (AC) segundo Sampaio e Lycarião (2021, p. 17) apresenta-se como:

Uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17).

Para o levantamento da categoria de análise desta tese, ancoramos no guia de Análise de Conteúdo desenvolvido por Sampaio e Lycarião (2021) no livro "Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação". Embora baseado nos princípios estabelecidos por Bardin (2016), esse guia expande e ressignifica as abordagens da análise de conteúdo. Bardin (2016) propõe um método composto por três fases: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados e interpretações. Apesar dessa estrutura, o manual de Bardin carece de uma especificação detalhada das diversas etapas e fases presentes nessas três grandes categorias.

Dessa forma, embora o manual de Bardin (2016) destaque todas as etapas em um resumo, sua descrição nas seções subsequentes é frequentemente pouco organizada, apresentada por meio de aplicações da Análise de Conteúdo (AC) pela autora, o que pode levar a uma interpretação simplificada da técnica.

Em resposta a essas limitações, Sampaio e Lycarião (2021) propõem uma abordagem mais abrangente e didática para a análise de conteúdo categorial, delineando 12 etapas distintas. Essas etapas guiam o pesquisador desde a conceituação do problema, revisão de literatura, formulação de questões de pesquisa e hipóteses até a análise e interpretação dos resultados. A ênfase recai não apenas nas regras e orientações para criar categorias eficientes, mas também na importância da elaboração de um livro de códigos para aumentar a replicabilidade da pesquisa.

Assim, a proposta de Sampaio e Lycarião (2021) visa fornecer uma orientação mais clara e detalhada para a aplicação da análise de conteúdo categorial em pesquisas, abordando aspectos cruciais do método.

Outra possibilidade da Análise de Conteúdo para Sampaio e Lycarião (2021, p.76) é a amostragem por conveniência. Para os autores, esse tipo de amostragem é justificado "pelas limitações de recursos da pesquisa ou da própria impossibilidade de acesso aos dados de uma maneira mais ampla e completa".

Diante disso, a presente tese emprega a análise de conteúdo como técnica de pesquisa científica, focando sua aplicação na coleta de dados por meio de questionários direcionados a pedagogos. A análise de conteúdo é uma abordagem valiosa para abordar problemas e questões de pesquisa específicas. Para iniciar o processo, é crucial identificar adequadamente o problema por meio de uma revisão de literatura apropriada, que ofereça um panorama abrangente do estado atual de estudos relacionados ao fenômeno em questão (Sampaio; Lycarião, 2021).

Na fase de Conceituação, que engloba a identificação do problema (revisão

de literatura) e as questões de pesquisa e hipóteses, a revisão de literatura não deve se limitar à teoria ou ao conceito em si, mas, preferencialmente, concentrar-se na revisão de literatura das pesquisas relacionadas ao fenômeno a ser investigado. Recomenda-se a adoção de uma revisão de literatura sistemática para apresentar resultados de pesquisas científicas, incluindo métodos, técnicas, corpus e resultados encontrados. Esta abordagem permite identificar lacunas na pesquisa e definir claramente o problema de pesquisa questão (Sampaio; Lycarião, 2021).

Com base na revisão de literatura, formulam-se questões de pesquisa e hipóteses cientificamente fundamentadas. A apresentação adequada de resultados anteriores é crucial para informar a elaboração dessas questões e hipóteses. (Sampaio; Lycarião, 2021).

Na fase de Desenho da pesquisa, que contempla a definição da unidade e subunidade de análise, a escolha da unidade amostral, representando as porções de texto a serem analisadas, deve ser fundamentada nas características específicas do objeto de estudo. A definição da unidade de análise, ou seja, o elemento unitário de conteúdo a ser classificado, deve ser clara e inequívoca. A correta identificação da unidade de análise é crucial para garantir a replicabilidade e a confiabilidade da análise de conteúdo questão (Sampaio; Lycarião, 2021).

É possível escolher mais de uma unidade amostral e de análise, adaptando-as às peculiaridades da pesquisa. A definição da unidade de contexto, representando o escopo de informação que os codificadores devem considerar, também desempenha um papel fundamental. Embora unidades de contexto maiores permitam análises mais aprofundadas, a escolha deve equilibrar a extensão com a viabilidade prática e o quadro teórico. Essas considerações metodológicas visam fornecer uma base sólida para a aplicação eficaz da análise de conteúdo na presente pesquisa questão (Sampaio; Lycarião, 2021).

Na fase de criar as categorias e códigos em uma Análise de Conteúdo, o objetivo é resumir, filtrar ou condensar dados, de acordo com os objetivos e interesses da pesquisa, evitando-se sobreposição ou redundância nos elementos das categorias, priorizando-se pela clareza na distinção de características. Quando for pertinente que algo seja analisado e não se enquadre em nenhuma categoria elencada, pode-se incluir o código "Outros" como opção residual. Outro ponto citado pelos autores é que deve-se evitar categorias muito amplas, sem significado prático para o estudo.

Já na fase de Análise, que contempla a interpretação e reportagem dos

resultados, Sampaio e Lycarião (2021) enfatizam que na Análise de Conteúdo, a noção de inferência é essencial, permitindo que o pesquisador se mova do texto para as respostas das questões de pesquisa. Sobre isso, Krippendorff (2004) já havia pontuado que textos, mensagens e símbolos não se expressam por si mesmos, sendo necessária a inferência sistemática para responder a perguntas específicas de pesquisa. Krippendorff (2004) destaca a importância de contextualizar a análise considerando o contexto teórico, conceitual e histórico.

Diante do exposto, adaptamos o quadro das Etapas da Análise de Conteúdo de Sampaio e Lycarião (2021) para esta tese, ficando: (1) Conceituação; (2) Desenho e (3) Análise. Dessa maneira, estabelecemos o esquema abaixo:

Quadro 4 – Etapas da análise de conteúdo

ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	
FASE 1: Conceituação	Identificar o problema (revisão de literatura); Questões de pesquisa e hipóteses.
FASE 2: DESENHO	Selecionar as unidades e subunidades de análise; Criar e definir categorias.
FASE 3: Análise	Interpretar e reportar os resultados.

Fonte: Retirado de Sampaio e Lycarião (2021).

Na sequência, serão apresentadas as categorias elencadas, a partir dos dados coletados via questionário. Apresentaremos a Fase 3 – Análise na qual interpretamos e reportamos os resultados obtidos para a pesquisa.

4.6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDOS

Todo o material explanado tem o propósito de compreender as percepções e conhecimentos atribuídos ao cyberbullying, sob a perspectiva dos pedagogos que atuam no Ensino Fundamental e Médio na Educação Básica do Paraná. Esses profissionais são pertencentes ao Núcleo Regional de Educação (NRE) do município de Londrina e fazem parte do convívio da pesquisadora, por meio de questionários.

As análises e interpretações dos conteúdos coletados são realizadas considerando os conceitos de Sampaio e Lycarião (2021), embasadas em procedimentos sistemáticos que buscam descrever, quantificar ou interpretar determinado fenômeno. O autor também destaca que "é vital que qualquer Análise de Conteúdo (AC) seja vista como uma técnica de pesquisa científica; portanto, ancorada pelos princípios de replicabilidade, confiabilidade e validade" (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17). Além disso, o autor afirma que:

Todos esses princípios são identificados não pela autoridade ou reputação da fonte, ou seja, dos autores ou instituição de origem do trabalho, mas pela capacidade que a AC tem de ser revisada pela comunidade científica em termos de consistência entre conceitos e os instrumentos metodológicos (validade), assim como em termos da precisão e acurácia dos codificadores ao utilizarem tal instrumento (confiabilidade)" (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 30).

Portanto, optamos pela categorização, e códigos foram criados para manter o sigilo dos informantes. Conforme Sampaio e Lycarião (2021, p. 45), na análise de conteúdo categorial, a codificação ocorre pela aplicação de códigos contidos em categorias.

Um código geralmente irá resumir, filtrar ou condensar dados de acordo com os interesses de pesquisa. Em outras palavras, código é um rótulo ou uma etiqueta que usamos para classificar, qualificar, registrar partes do conteúdo de acordo com os objetivos da pesquisa.

Com base nas propostas de Gomes et al. (2005), de Sampaio e Lycarião (2021) e a partir do problema de pesquisa ("Os pedagogos sabem da inter-relação do cyberbullying e das ações necessárias para combater, conscientizar e prevenir essas diversas violências virtuais e ajudar os estudantes?", "No currículo de formação

profissional do pedagogo há formação crítica para o cyberbullying?", "Os pedagogos sabem informar como a temática do cyberbullying aparece no PPP e no PTD dos professores da sua escola?", "Conhecem o seu papel de pedagogo no que tange ao

PPP e PTD?", "Os pedagogos se interessam em materiais pedagógicos que possam atender satisfatoriamente às escolas de Ensino Básico Público para o combate e prevenção do cyberbullying, que é um problema emergente nas escolas e instituições de Ensino?", "Os pedagogos conhecem o recurso cartilha e o usam e/ou o recomendam como estratégia pedagógica para conscientizar e combater o cyberbullying?"), enfatizaremos os textos amostrais provenientes dos informantes a fim de responder aos objetivos específicos desta pesquisa.

Segundo Sampaio e Lycarião (2021, p. 46), consideramos categorias e elas devem ser exclusivas, criadas para que os conteúdos preencham somente uma categoria.

As categorias foram criadas para responder aos objetivos específicos, conforme o quadro apresentado a seguir:

Quadro 5 – Categorias de análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Conhecimentos dos pedagogos sobre cyberbullying”	Percepção dos pedagogos sobre a identificação do bullying e de cyberbullying na esfera escolar
	Percepção dos pedagogos sobre ações de relatos sobre bullying e cyberbullying na esfera escolar
	Percepção dos pedagogos sobre o papel da escola e dos atores
Formação dos Pedagogos	Preparo dos pedagogos para a prevenção e o combate do cyberbullying”,
	Conhecimento dos pedagogos sobre o PPP e PTD
	acerca do cyberbullying
Recursos	Materiais e recursos pedagógicos

Fonte: Elaborado pela autora.

Mediante o exposto, na seção subsequente apresentaremos a análise de conteúdos, os dados coletados e as categorias escolhidas.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDOS CATEGORIAL

Nesta seção, apresentaremos a análise de conteúdos que tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, bem como ampliar a percepção do pesquisador para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno, sempre dialogando com os excertos dos participantes. Logo, para que haja maior entendimento da nossa categoria de análise, mostraremos o passo a passo para a compreensão dos objetivos específicos desta pesquisa.

5.1 CATEGORIA DE ANÁLISE “CONHECIMENTOS DOS PEDAGOGOS SOBRE CYBERBULLYING”

Para atender ao objetivo específico "Conhecer a percepção dos pedagogos que atuam no Ensino Fundamental e Médio na Educação Básica do Paraná, pertencentes ao Núcleo Regional de Educação (NRE) do município de Londrina, sobre cyberbullying", criamos a categoria de compreensão (1) "Conhecimentos dos pedagogos sobre cyberbullying". Dentro dessa categoria, subdividimos em 1.1 "Percepção dos pedagogos sobre a identificação do bullying e do cyberbullying na esfera escolar", conforme a seguir.

5.2 CATEGORIA “PERCEPÇÃO DOS PEDAGOGOS SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DO BULLYING E DE CYBERBULLYING NA ESFERA ESCOLAR”

Dentro dessa categoria, as respostas dos pedagogos nos permitem afirmar que todos reconhecem a presença de histórias no ambiente escolar relacionadas a práticas de bullying e de cyberbullying envolvendo estudantes da instituição escolar, conforme demonstram os excertos das respostas de P2, P6, P10, P16 e P17, que destacam uma maior preocupação com a temática.

P2: Sim, muito.

P6: Infelizmente, sim.

P10: Atualmente muito. No meu colégio também há mais em menor proporção, pois ainda moramos no interior e a maioria dos alunos reside na

zona rural e não tem muito acesso à internet.

P16: Sim, cada vez com mais frequência. P17: Sim, inclusive onde atuo.

Observamos que P2 e P10 utilizam o advérbio de intensidade "muito", reforçando a incidência e as histórias das práticas do fenômeno envolvendo as instituições escolares. O P16, ao mencionar "cada vez mais frequente", também usa a intensidade, indicando que algo teve uma característica acrescentada ou aumentada com o passar do tempo.

O P6 utiliza o advérbio de modo "infelizmente", demonstrando que lamenta aquilo que vai dizer, expressando sua constatação sobre o fenômeno.

O enunciado do P17 aplica o advérbio de inclusão para expressar a ideia de incluir a sua escola, "onde atuo", marcando a proximidade do ocorrido em sua rotina de trabalho.

Outra percepção importante sobre o cyberbullying é que P10 comenta sobre a prática, mesmo na sua esfera escolar, que está situada em zona rural. Isso corrobora o que Silva (2015) afirma: "o bullying ocorre em todas as escolas, independente de sua tradição, localização ou do poder aquisitivo dos alunos. Pode-se afirmar que está presente, de forma democrática, em 100% das escolas em todo o mundo, públicas ou particulares" (Silva, 2015, p. 122).

Sobre o cyberbullying, apenas em uma resposta, P14 apontou que não reconhece a prática do cyberbullying, com o excerto "não houve registro ainda". O uso do advérbio de tempo "ainda" mostra que, até o momento, não ocorreu, com um tom de quem teme que o fenômeno logo chegará às mediações da escola.

Porém, P7 e P12 reforçam a mudança comportamental e a conscientização do uso contínuo da internet, das mídias sociais e do virtual. Observamos nos textos "Com as mídias sociais e a proliferação do uso do celular, por exemplo, o fenômeno certamente se agravou" e "ocorre com alunos da mesma turma e de turmas distintas que fazem uso do Instagram, Twitter, enfim, plataformas ou redes sociais". Além disso, o P7 adiciona que "quaisquer desentendimento, briga que surge na escola, normalmente inicia-se através do celular, WhatsApp, fora do ambiente escolar, e quando encontram-se na escola há o enfrentamento, e um vai tirar satisfação com o outro". Os dados apontam a importância de manter conversas que estimulem as crianças a desenvolver um olhar atento para o outro e a pluralidade da sociedade, na qual o respeito é fundamental para estabelecer conexões ao longo da vida. A médica

e psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva difunde que “o bullying é um fenômeno de mão dupla, ou seja, ocorre de dentro para fora da escola e vice-versa” (Silva, 2015, p. 122).

Ressalta o P12 que todos os nativos digitais, ou seja, aqueles que nasceram após o ano de 1980, estão conectados sempre, o que pode favorecer oportunidades de práticas de bullying e cyberbullying pelo excesso e mau uso, inclusive na escola. Eles se “conectam entre si através de uma cultura comum. Os principais aspectos de suas vidas – interações sociais, amizades, atividades cívicas – são mediados pelas tecnologias digitais. E não conhecem nenhum modo de vida diferente” (Palfrey, 2011, p. 12).

Já as proposições de P9, quando comparadas às afirmativas de Silva (2015, p. 18), que indica que “o bullying tornou-se um problema endêmico nas escolas de todo o mundo”, apresentam outro ponto de vista, pois assevera:

P9: Não com frequência, as vezes tem algumas queixas de bullying, com apelidos e brincadeiras de mal gosto.

Essa compreensão do P9 contradiz o que apregoam pesquisadores, professores e estudos, que fazem distinção entre bullying e brincadeiras repletas de segundas intenções, malvadezas e perversidade. O termo “brincadeira de mal gosto” utilizado, nessa situação específica, como bullying escolar, é caracterizado como “verdadeiros atos de violência que ultrapassam os limites suportáveis de qualquer um. Além disso, é necessário entender que brincadeiras normais e sadias são aquelas em que todos os participantes se divertem. Quando apenas alguns se divertem à custa de outros que sofrem, isso ganha outra conotação, bem diversa de um simples divertimento” (Silva, 2015, p. 11).

5.2.1 “Percepção dos pedagogos sobre ações de relato sobre bullying e cyberbullying na esfera escolar”

Em relação à subcategoria “Percepção dos pedagogos sobre ações de relato sobre bullying e cyberbullying na esfera escolar”, dos 17 participantes, 15 relataram o fenômeno. Houve 01 participante, P12, que por descrição, não relatou e observamos em seu discurso “não gostaria de relatar devido à ética” profissional. O respondente P13 não quis se pronunciar, deixou em branco a pergunta, não respondeu. Mesmo

que P12 e P13 não tenham relatado as práticas, responderam “sim” a outra pergunta que questionava se há bullying e cyberbullying no âmbito escolar, o que nos permite inferir que houve a identificação, contudo não ação de relato para possíveis encaminhamentos e providências. Tal constatação respalda estudos como os de Silva (2015), indicando que se trata de um fenômeno complexo profundamente relacionado ao comportamento e problemas sociais.

Segundo Silva (2015, p. 21-23), “essas atitudes maldosas contribuem para a exclusão social da vida, como muitos casos de evasão escolar e podem ser expressadas das mais variadas formas: verbal, física e material, psicológica e moral, sexual e virtual”.

Retomamos ainda que a lei n.º 13.185/15 (Anexo 8) sobre bullying menciona no Art. 2º e Art. 3º (p. *on-line*), que a violência tratada nesta pesquisa pode ser classificada como:

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado; VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente; II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar; IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

- VI - físico: socar, chutar, bater;
- VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Diante do exposto, a análise das enunciações aponta a premente necessidade de conscientização de todos os envolvidos no contexto escolar para a solução dessa violência, visando prevalecer o respeito, a empatia e a Cultura de Paz, em consonância com os documentos normativos da BNCC (Brasil, 2018).

É relevante lembrar que o bullying é constituído por personagens e contextos que despertam medo, terror, compaixão, dó e empatia. Segundo Silva (2015), os autores do bullying escolar são as vítimas (típica, provocadora e agressora), os agressores e os espectadores (passivos, neutros e ativos). Professores e pais devem estar atentos aos aspectos comportamentais das crianças e dos adolescentes, considerando os possíveis papéis que possam desempenhar em situações de bullying no âmbito escolar.

As respostas dos participantes, considerando seu contexto e o gênero sexual que mais se queixa da prática do bullying e cyberbullying, indicaram a prevalência do gênero feminino.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), Brasil (2021). chama a atenção para a problemática reportada, apontando o Brasil com índices altos de violência escolar afirmando que os indicadores de saúde mental são piores para as meninas, “dos 11,8 milhões de estudantes de 13 a 17 anos entrevistados em 2019. Especialmente, no que se refere às meninas, que representaram 50,7% desse total”. Para a pesquisadora, “26,5% das meninas relataram ter sofrido bullying (eles, 19,5%). Aparência corporal foi declarada como motivo do bullying por 16,5% dos estudantes no Brasil”.

Lima (2011, p. 63) discorre que o:

[...] bullying direto, quando acontecem ataques diretos às vítimas, é mais comum entre os jovens do sexo masculino e o bullying indireto, que provoca isolamento social e exclusão da vítima, é mais comum entre as jovens do sexo feminino.

Dr. Jairo Bouer (2022)²⁹, reforça que a prática do bullying³⁰ ainda é uma realidade brasileira, e sinaliza os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021 que de “acordo com o levantamento, aproximadamente 23% dos estudantes contaram ter sido vítimas da prática, sendo alvo de provocações feitas por colegas”. Além de tudo, “um em cada dez dos adolescentes entrevistados – um total de 188 mil jovens – já se sentiu ameaçado, humilhado e ofendido no ambiente das redes sociais ou aplicativos, o que configura o cyberbullying”.

Um dado relevante sobre as vítimas é que os pedagogos reconhecem que elas se tornam agressoras. Na mesma linha dos estudos de Silva (2015) sobre as vítimas agredidas:

Ela procura outra vítima, ainda mais frágil e vulnerável, com o propósito de descontar todas as agressões sofridas. Isso aciona um efeito cascata ou de círculo vicioso, que transforma o bullying em um problema de difícil controle e que ganha proporções infelizes de epidemia mundial de ameaça à saúde pública (Silva, 2015, p. 40).

Para Shariff (2011, p.40), a partir de sua pesquisa:

As meninas e os meninos apresentam níveis de bullying semelhantes. Entretanto, os meninos relatam o bullying com maior frequência e em geral envolvem-se com o bullying em suas formas declarada e física, ao passo que as meninas tendem a se envolver com o bullying dissimulado e psicológico (...). Apesar disso, fica hoje evidente uma tendência de aumento do bullying físico e de violência por parte das meninas.

As respostas dos participantes sobre qual gênero (feminino ou masculino) se queixa mais da prática e quem mais pratica, apenas 01 participante (P5) aponta que é o sexo masculino que mais sofre a agressão, bem como o que mais pratica a ação, conforme o excerto “Masculino. Gênero que mais pratica também, é o masculino”. No entanto, 03 participantes, P6, P14 e P17, mostram ambos os sexos, de acordo com:

²⁹ BRASIL. Agência IBGE Notícias. Questões de gênero: indicadores de saúde mental são piores para as meninas. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31606-questao-de-genero-indicadores-de-saude-mental-sao-piores-para-as-meninas>. Acesso em: 8 out. 2023.

³⁰ BOUER, Jairo. 23% dos estudantes brasileiros já sofreram bullying, diz pesquisa. 2022. Disponível em: <https://doutorjairo.com.br/leia/23-dos-estudantes-brasileiros-ja-sofreram-bullying-diz-20pesquisa>. Acesso em: 0 out. 2023

P6: Em ambos, porém as questões que envolvem as meninas sempre são mais difíceis de serem resolvidas, pq há mais discórdia e quase sempre brigas com maior envolvimento de outros alunos. O mesmo para cyberbullying.

P14: Não foi observado uma diferenciação em relação ao gênero.

P17: Acredito que não há incidência maior por gênero ou idade, com a faixa etária que eu trabalho.

Um (01) participantes, P8, não soube responder. E os demais, 12 participantes, apontaram que o gênero feminino sofre mais.

Na esfera de quem mais pratica o bullying e cyberbullying, os agressores, os dados registram 16 participantes indicando que o sexo masculino é quem mais pratica. Só 01 participante (P10) aponta o sexo feminino.

Observamos que um dado bem importante na resposta do P4 sobre o momento vivido com tanta violência e ele adiciona que o meio, a interação é essencial ser aprendido, construído e refletido. Segue a enunciação do participante:

P4: Não foi observado uma diferenciação em relação ao gênero. Estamos vivendo momentos atípicos, os pais estão apavorados com as situações do momento e acabam transferindo isso para os filhos. O bullying não está dependendo do sexo, feminino ou masculino e sim de maneira geral, depende muito do meio social. Entretanto, os adolescentes passam por uma experiência maior o que agrava a situação e os mesmos não conseguem resolver.

Como já foi, no contexto do bullying e do cyberbullying, temos as ações dos espectadores. Nenhum dos 17 participantes se referiu aos espectadores.

Sobre a idade dos jovens mais afetada pelo bullying e cyberbullying, dos 17 participantes, 16 foram unânimes em responder na adolescência: entre 9 a 16 anos. Dos 17 participantes, 02 não souberam responder.

Na resposta do P9, observamos que ainda há falta de conhecimento sobre os termos bullying e cyberbullying. No excerto, “11 a 14 anos é mais uma questão de brincadeira sem maldade (apelidos)”. Todavia, “apelidos” é uma forma de “bullying verbal, colocar apelidos pejorativos” (Silva, 2015, p. 21) e nunca uma brincadeira sem

maldade.

Reforçado o que já foi dito anteriormente:

É necessário entender que brincadeiras normais e são sadias são aquelas nas quais todos os participantes se divertem. Quando apenas alguns se divertem à custa de outros que sofrem, isso ganha outra conotação, bem diversa de um simples divertimento. Nessa situação específica, utiliza-se o termo bullying escolar (Silva, 2015, p. 11).

5.2.2 Percepção dos pedagogos sobre o papel da escola e dos atores que formam frente a prática de bullying e cyberbullying

Sobre o papel da escola, pedagogia e atores que a compõem frente à prática de bullying e cyberbullying, todos os respondentes sabem do papel da escola. Os 17 participantes proporcionam vivências de respeito e ações no combate do fenômeno. Citamos algumas enunciações para mostrar o conhecimento da proposição:

P1: A escola ouve o relato da vítima e registra. Após, ouve relato do agressor, registra ocorrência, orienta de forma pedagógica e relata aos responsáveis de ambas as partes, para que juntos, escola e família possam caminhar juntos para sanar tais práticas. Porém se não cessar a prática, há que recorrer às esferas mais rigorosas.

P2: Nosso papel como pedagogo e juntamente com o professor propiciar aos alunos atividades e vivências de respeito e de conscientização sobre a gravidade do bullying e cyberbullying para a vida das pessoas, que ações como essa desencadeiam graves problemas psicológicos levando muitas vezes a situações de autoagressão das vítimas e em muitos casos podendo motivar a depressão e morte. Certos casos é necessário a ajuda da patrulha escolar, convocação dos responsáveis.

P3: O primeiro passo é a orientação aos estudantes, oportunizando situações em que o estudante reflita sobre os prejuízos de suas ações e que decida a não praticar mais tais ofensas. Em seguida as famílias são comunicadas e orientadas sobre a gravidade da situação e é solicitado que orientem os estudantes em parceria com a escola.

P4: A equipe tenta solucionar, caso não consiga, busca ajuda com os órgãos competentes e especialistas de áreas da saúde mental.

P5: A escola tem o papel de conscientizar os estudantes a não propagar essa prática. A equipe pedagógica.

P6: Um papel de grande relevância, pois lidamos com um universo bastante diversos de pessoas com suas crenças e modo de ser. Geralmente chegam através de reclamações dos professores ou dos próprios alunos. Conversas, aconselhamento e orientações.

P7: A equipe pedagógica recorre quando identifica a prática no contexto escolar, à direção, posteriormente aos pais e dependendo do caso ao Conselho Tutelar.

P8: Acredito que a escola precisa combater a prática de bullying e cyberbullying. Quando há algum caso a equipe pedagógica precisa administrar o conflito com conversas e orientações aos alunos(as), pais e comunidade escolar depende do caso.

Vale lembrar que no ano de 2008, foi oportunizado pela SEED um guia³¹ de orientação com protocolos de encaminhamentos em situações que se configuram como violência ou violação de direitos contra crianças e adolescentes no ambiente escolar para as equipes diretivas e pedagógicas (Paraná, 2023). Isto é, houve orientação aos pedagogos e tentativas de resolução das situações de violência no ambiente escolar.

Por conseguinte, sobre o prejuízo causado pelo bullying e pelo cyberbullying no que tange à aprendizagem, notamos que todos os participantes, os 17 participantes, sabem dos prejuízos na aprendizagem dos estudantes, em sua vida escolar, quando diagnosticados como vítimas do fenômeno. Em vários apontamentos, referem a evasão escolar, prejuízo e baixo rendimento acadêmico, mudança de escola, problemas emocionais, isolamento e até mesmo o suicídio. Como vimos na resposta do P11, “Sim, os danos podem desenvolver insegurança, também, baixo rendimento escolar e até mesmo suicídio”. A seguir, algumas enunciações que comprovam o prejuízo citado, são eles:

P1: Sim. Quando o impede de frequentar a sala de aula, e psicologicamente

³¹ Disponível em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-%2010/guia_orientacao_protocolo_situacao_violencia.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

é afetado, quando é exposto

P2: Sim, pois afeta o psicológico dos alunos e assim prejudicando seu desempenho escolar.

P3: Sim. O estudante perde o interesse em frequentar a escola e se o bullying acontecer em sala isso irá interferir no seu rendimento.

P4: Sim, geralmente as crianças diagnosticadas tem uma tendência maior para sofrer bullying e/ou cyberbullying pois são impulsivas e isso pode acarretar prejuízos na aprendizagem ou não, depende de cada criança e sua formação de conceito familiar.

P5: Sim pois para ter uma aprendizagem de sucesso o estudante necessita ter sua integridade moral garantida. E td que o coloque em uma situação de interiorização prejudicará seu desenvolvimento

P6: Depende do quanto isso interferiu em sua condição pessoal, já vi casos de alunos que mudaram de escola ou que levaram á justiça, envolvendo a família.

P7: Sim, no desempenho escolar e na sua sociabilidade.

P8: Sim. Pode apresentar desinteresse em frequentar a escola, baixo rendimento acadêmico, tristeza, depressão.

Silva (2015) ressalta que a prática do bullying e cyberbullying agrava consequências e/ou transtornos psíquicos, baixa autoestima, muitas vezes prejuízos irreversíveis, aflições traumáticas, sintomas psicossomáticos, transtorno de pânico, fobia escolar, fobia social (timidez patológica), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), depressão, anorexia e bulimia, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e até alguns quadros menos frequentes, como esquizofrenia, suicídio e homicídio.

Por fim, a literatura indica que o papel da família é relevante no combate ao bullying e/ou cyberbullying, e os 17 participantes reconhecem a importância dessa parceria. Seguem alguns dos excertos:

P1: A família precisa identificar qual o gatilho que leva o filho a praticar tais agressões. E em seguida conscientizar o filho das consequências e danos que tais práticas causam ou poderiam causar as vítimas, direta ou indiretamente

P2: Primeiramente a educação familiar em ensinar seus filhos a importância do respeito ao próximo e as diferenças. Acompanhar o que seus filhos estão vendo nas redes sociais e todos os dias conversar e reforçar os ensinamentos.

P4: Família trabalhar em parceria com a escola e demais profissionais.

P5: A família tem o papel de orientar os estudantes para reagir ao combate ao bullying através das leis, direitos e deveres. Jamais agressão.

P6: Somos diferentes e por isso únicos, assim aceitar o outro, saber conviver é uma prática de todos os dias. Respeito é a base de todo relacionamento.

P7: As famílias são responsáveis por garantir a saúde, segurança, educação e bem-estar geral das crianças e por ensinar-lhes valores e comportamentos sociais apropriados. Famílias que mantêm um diálogo aberto com seus filhos têm menos probabilidade de enfrentar problemas com o bullying.

P8: Acredito que a família e escola precisam estar atenta ao comportamento do(a) aluno(a)

P9: Nas reuniões pedagógicas estamos sempre orientando os pais a conversar com seus filhos, perguntar sobre como foi seu dia na escola, acompanhar seus acessos a mídias e sempre os acolher.

P10: O papel da família é fundamental. Nesse caso a família precisa primeiramente apoiar o filho(a), mas para que isso ocorra é necessário que a família seja estruturada e tenha maturidade para direcionar e apoiar no que for necessário, fortalecendo principalmente os laços familiares.

P11: A família deve orientar o acompanhamento escolar e encaminhar para os serviços especializado

P12: A família é orientada a fazer boletim de ocorrência

Segundo Tognetta:

Os professores e os pais devem dialogar com eles, buscando saber como eles se sentem, quais as dificuldades que estão enfrentando, pois assim eles, em ocorrendo o bullying, conseguirão ajudá-los a lidar de modo mais satisfatório com a situação (Tognetta, 2005, p. *on-line*).

A parceria entre família e escola colabora para a formação dos estudantes. Segundo Palfrey (2011, p. 305), “os pais e os professores têm muitas razões para se

preocupar”, dentre elas: privacidade, hábitos de navegação na web, a maneira como interagem com a informação, que une pessoas de vários cantos do mundo, acesso e as habilidades para participar da cultura digital, pedófilos, fake news, dentre outros. Também, “na pior, estão colocando informação online que podem colocá-los em perigo” (Palfrey, 2011, p. 17). Melhor dizendo, “pais e professores não precisam, e não devem seguir isolados” (Palfrey, 2011, p. 21), eles, juntos, estão na linha de frente, podem ter um grande impacto na maneira como os estudantes navegam e se portam na internet.

Para Silva (2015), o papel dos pais é relevante:

Os pais precisam estar atentos para perceber a utilização que seus filhos fazem da internet e de celulares. Eles costumam ver os filhos como vítimas, e nunca agressores. No entanto, é importante que entendam que as crianças podem assumir esses dois papéis (Silva, 2015, p.150).

A médica e psiquiatra Silva (2015) reforça a mesma ideia do P17 que afirma “A orientação para a família é conversar, acompanhar as redes sociais dos menores de idade e tomar as devidas providências, caso haja situações”.

Com relação ao uso da internet, meio onde ocorre o cyberbullying, “os pais devem deixar claro aos filhos que, sempre que se sentirem incomodados ou desconfortáveis com algo, eles podem e devem compartilhar isso com seus responsáveis. Criar esse ambiente de confiança é fundamental para o combate efetivo do cyberbullying” (Silva, 2015, p. 150).

A próxima análise versa sobre a questão dos currículos na formação dos pedagogos.

5.3 CATEGORIA DE ANÁLISE “FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS”

Nesta categoria, temos a subcategoria *Preparo dos pedagogos*, na qual observamos que na formação acadêmica pode haver lacunas no currículo de graduação.

5.3.1 *Preparo dos pedagogos*

Assim, no campo de formação de pedagogos, 16 participantes validam que

não receberam formação acadêmica específica para a prevenção e combate ao bullying e cyberbullying. O participante P15 menciona ter recebido formação, no entanto, destaca que foi superficial.

P15: Quando fiz a graduação tivemos esse assunto em pauta, porém ainda nos primórdios desse fenômeno, não tive uma literatura científica para se estudar.

Consideramos que a temática é real e está presente no contexto escolar, e já foi pontuada sua importância pelos participantes ao abordarem questões relacionadas ao cyberbullying. O tema não está esgotado, e é crucial que a luta antibullying venha ser construída e desenvolvida no contexto diário para reduzir esse tipo de comportamento entre os jovens.

Na Pedagogia, no que tange à grade curricular, no que se refere ao preparo dos futuros professores, na formação acadêmica, sobre a prevenção e o combate do bullying e do cyberbullying representou uma especial predominância em responder que não tiveram conhecimento sobre a temática.

O pedagogo P4 cita a importância de buscar novos saberes e capacitações sobre o assunto.

P4: Não diretamente, mas o contexto diário faz com que eu busque conhecimentos.

Ainda sobre o preparo dos futuros professores, os conhecimentos e a importância das ações educacionais e de políticas públicas para/no fortalecimento dos pedagogos são considerados nos participantes P10, P14 e P15.

P10: Na época em que me formei em 1996 até o uso do celular ainda nem era explorado, tinha apenas funções primárias.

P14: Na grade curricular do meu curso de Pedagogia não teve nada específico sobre prevenção e o combate do bullying e do cyberbullying.

P15: Quando fiz a graduação tivemos esse assunto em pauta, porém ainda nos primórdios desse fenômeno, não tinha uma literatura científica para se estudar.

Observamos a necessidade de readequação e atualização dos currículos universitários, públicos e privados, e de formação continuada para os já graduados, no trabalho docente.

O Congresso Nacional decreta em 14 de maio de 2018, sob o Art. 1º, o caput do Art. 12 da lei 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

“Art. 12.

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.” (NR).

Isso significa que se a sociedade muda, a educação formal precisa se organizar de modo previsível e os currículos universitários, também.

Em concordância, Moran (2015) insiste que um dos desafios da escola é ensinar sobre as novas tecnologias, e na formação acadêmica, a temática do bullying e do cyberbullying precisa ser abordada para os pedagogos. Nessa configuração histórica, Charlot (2013, p. 30) reitera que "a violência escolar é um dos maiores problemas que os professores devem enfrentar nos dias de hoje". É importante reconhecer que pedagogos também podem assumir papéis de professores.

Assim, em todas as etapas de escolarização precisam se adequar, pois, de acordo com a BNCC (Brasil, 2018):

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais (Brasil, 2018, p. 61).

Ainda, Moran (2015) legitima:

O maior perigo de todos é navegar muito e conhecer pouco a verdade; distrair-nos muito e concentrar-nos pouco; saber um pouco de tudo e não compreender os fenômenos de verdade. Nunca tivemos tantas facilidades,

mas elas podem complicar o processo, tanto em nível institucional como pessoal (Moran, 2015, p. 57).

Dessa maneira, para ser pedagogo na contemporaneidade, sobre a prática, requer perspectivas de formação mais atentas para uma construção da identidade profissional docente e formação de pedagogos para que esses atores possam agir, pensar e enfrentar os inúmeros desafios do mundo e as novas pressões sociais, como o cyberbullying, assim como por experiências baseadas nessas novas concepções tecnológicas e no que tange à função da escola.

5.3.2 Conhecimento dos pedagogos sobre o PPP e PTD acerca do cyberbullying

Nesta subcategoria buscamos compreender o “Conhecimento dos pedagogos sobre o PPP e PTD acerca do cyberbullying”, bem como, suas percepções de como a temática aparece no PPP e no PTD (dos professores) dialogando com os documentos oficiais da escola e sobre essa teoria e essa prática.

Dos 17 participantes, 11 sabem como aparece, 05 não sabem como aparece e 01 não respondeu a proposição. Ainda assim, notamos respostas imprecisas e incertas.

Para esclarecer, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), de acordo com Paraná (2018), é um “dos principais documentos norteadores de trabalho pedagógico da escola e que deve ser elaborado de forma coletiva e dialógica, fundamentando o exercício e a construção da identidade institucional no princípio democrático”. A partir dele, o PTD – Plano de Trabalho Docente deve ser articulado “buscando uma prática pedagógica adequada às dificuldades de aprendizagem observadas; e as ações para o fortalecimento do trabalho com as famílias” (Paraná, 2018, p. 27).

Sobre a função do pedagogo, o seu papel coletivo de planejamento, suas formas operacionais da/na escola, que visam ações a serem praticadas por todos os envolvidos com o processo educativo é enfatizado por Pimenta:

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(es) no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto – político coerente

(Pimenta, 1995, p. 34).

O Projeto Político-Pedagógico é o norte para a definição do papel do pedagogo na escola e no que concerne à temática, bullying e cyberbullying, no PPP e no PTD dos professores da escola foi possível verificar que não há uma normativa clara. Os participantes P1, P2, P3, P7 e P13 responderam que não sabem como aparece no PPP e no PTD dos professores da escola.

Os pedagogos respondentes P4, P5, P6, P9, P10, P11, P12, P14, P15, P16 e P17 consideram que aparece, porém de forma muito variada, dando a impressão duvidosa da certeza, em alguns momentos, com lacunas, evasiva e com omissões. Nessas diversas respostas, apareceram: em temas transversais, em temas e projetos interdisciplinares, em diferentes disciplinas, no manual do aluno, como princípio, em processo de adequações, em determinados componentes curriculares, no que se refere ao clima escolar e inclusão. O P10 citou que há atividades extracurriculares com palestras e oficinas abordando as temáticas. O participante P5 na grade de protagonismo e projeto de vida, e P6 “em projetos que visam manter a paz na escola”. Notamos uma diversidade de conceitos, nos excertos:

P4: O PPP está para ser realimentado, mas não aparece especificamente como um tópico.

P5: Na escola integral ela aparece na grade de protagonismo e projeto de vida.

P6: Em projetos que visam manter a paz na escola.

P9: No que se refere ao clima escolar, inclusão e nos projetos interdisciplinares.

P10: Como ainda é uma temática recente em relação ao PPP está sendo realizada as adequações. Quanto aos componentes curriculares geralmente já vem inseridos nos PTD que são trabalhados em forma de diversos gêneros textuais em Língua Portuguesa, em História no contexto social, em Matemática em questões problematizadoras e demais componentes que possam ser desenvolvidos esses assuntos. Além disso, há atividades extracurriculares como palestras e oficinas que abordem essa temática.

P11: A temática aparece no PTD de forma transversal e no PPP aparece como princípio.

P12: No PPP do colégio a temática aparece no marco conceitual sobre o

enfrentamento do preconceito, violência e defeitos humanos e no PTD dos professores são referidos no manual do aluno.

P14: No PPP, bullying e cyberbullying, aparecem como tema transversal. Os professores trabalham com os alunos o ano todo sobre o tema e com os pais o tema é trabalho em reuniões escolares individuais e por turma e no Projeto Escola de Pais que ocorre semestralmente.

P15: No PPP temos algumas propostas de trabalho que de fato realizamos, nos planos de trabalhos dos professores dificilmente aparece.

P16: No PPP os temas aparecem nas sessões que tratam das relações interpessoais de respeito, tolerância e gerenciamento de conflitos. Também aparecem através de temas interdisciplinares e transversais nos PTDs, em diferentes disciplinas.

P17: Aparece nos componentes curriculares relacionados à temática.

O participante P15 utiliza o advérbio indefinido "algumas propostas de trabalho", mas menciona que "nos planos de trabalhos dos professores dificilmente aparece". Essa resposta é incomum e dúbia, pois sugere uma contradição: aparece ou não aparece? Aponta um discurso vago e impreciso. Consideramos na análise uma incoerência, pois se está no PTD dos professores, pelo excerto "nos componentes curriculares", nas disciplinas ou nas matérias acadêmicas que compõem o itinerário curricular como não aparece no PPP?

Lembramos que existe uma lei sobre o cyberbullying, e a partir das diversas respostas, consideramos que a temática pode não estar de fato incorporada em todos os processos escolares. Ressaltamos que, em 2018, entrou em vigor a Lei 13.663/2018, que determina que "todos os estabelecimentos de ensino terão como incumbência promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, "especialmente a intimidação sistemática (bullying)". Além disso, a lei estabelece ações para "promover a cultura de paz nas escolas" (Brasil, 2018). Lei que "altera o art. 12 da lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Há necessidade de mais visibilidade, mesmo atualmente.

Para mais, como lei, todos os componentes curriculares devem se relacionar à temática. Algo evasivo no respondente P17 que indica "aparece nos componentes curriculares relacionados à temática". Melhor dizendo, não há componentes relacionas à temática, e sim, todos os componentes curriculares devem fomentar e

exercitar o tema bullying e cyberbullying.

Reiteramos que é papel do pedagogo saber instruir sua equipe de professores no que tange o PTD acerca do PPP.

5.4 RECURSOS

Para responder à categoria "Recursos", elaboramos a subcategoria "Materiais e recursos pedagógicos", propomos analisar o conhecimento dos pedagogos acerca de cartilha informativa, online e interativa. Todas as perguntas estão relacionadas aos materiais e recursos pedagógicos que auxiliam o combate ao bullying e/ou cyberbullying nas escolas.

Quando perguntamos quais os materiais, recursos pedagógicos que auxiliam os pedagogos na sua prática escolar, 12 participantes responderam que conhecem materiais e recursos pedagógicos que auxiliam o combate do fenômeno pesquisado, 04 participantes responderam que não conhecem e 01 participante não respondeu.

Os participantes P1, P3, P13 e P16 afirmaram que não conhecem materiais de auxílio no ensino. No entanto, o participante P16 menciona que o apoio pode ser tratado nos componentes curriculares e na instituição, conforme a necessidade e/ou quando o problema de violência já estiver presente.

P16: Desconheço a oferta de material específico. Geralmente o tema é tratado usando recursos e materiais didáticos, como textos, vídeos, blogs, podcasts, palestras e também dinâmicas, discussões e debates envolvendo as turmas onde o problema se manifestou.

Os demais respondentes, em predominância, conhecem, porém, há respostas forma generalizada, sem apontar um material específico, deixando a resposta ampla. O P7 colocou orientações aos pais, enfatizando uma parceria importante, entretanto sem especificar com qual matéria de apoio.

Já o P6 respondeu: “poucos”, mas não soube ou não quis compartilhar quais são esses materiais de apoio.

Quando especificamos mais sobre os materiais, perguntando se conhecem alguma cartilha interativa digital online direcionada às escolas, a fim de conscientizar e combater a violência sistêmica, dos 17 participantes, 9 responderam que não conhecem, 1 não recorda e 7 conhecem alguma cartilha.

Chamo-nos a atenção que P12 indica: “existem muitos materiais sobre a

temática, mas vinculados pela rede pública de ensino são quase inexistentes”. Há uma oposição, ambiguidade na sua resposta: “existem muitos...são quase inexistentes”. Comprova que há muitas cartilhas, porém na escola é inexistente. Com isso, entendemos a carência de materiais sobre a temática e mais acesso deles nas escolas.

Para os participantes que responderam “sim”, que conhecem, por meio das respostas podemos observar diferentes olhares sobre a pergunta. O P6, P11 e P17 mostram que conhecem e que há uma cartilha por meio da orientação da SEED, Orientação n.º 006/2019 – SEED/SUED. Porém, não é uma cartilha e sim uma orientação³². Acreditamos que há uma lacuna de disseminação da informação por ser uma orientação e não um material educacional.

O P7, que cita a cartilha “Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar”, mas acrescentamos que não é uma cartilha interativa, e sim uma cartilha de “estratégias apropriadas³³ para seus próprios ambientes educacionais e comunitários” (Brasil, p. 02) no qual os gestores das instituições de ensino, conselho e comunidade escolar devem desenvolver ações.

O P16 menciona o Projeto Escuta³⁴, um guia de orientação às equipes diretivas e pedagógicas dos protocolos de situações de violência intra e extraescolar. Uma objeção é que o material não é para toda comunidade escolar. Logo, é um guia e não uma cartilha.

A única resposta de “sim” e devidamente mencionada e aceitável é a do P15, porque indica um material sobre bullying e cyberbullying da UFPB³⁵, mesmo não sendo interativa. Além disso, utiliza a expressão “já vi”. Isto é, conhece, mas não divulgam, dando a entender que não a utilizam.

Perguntamos se a escola possui cartilha de orientação sobre o bullying e/ou

³² PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Orientação n. 006/2019. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-06/2012/orientacao_062019_suedseed.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

³³ BRASIL. Ministério da Educação. Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar. s.d. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

³⁴ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Guia para implementação do pacto da escuta e atualização. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/guia-para-implementacao-do-pacto-da-escuta-protetida-e-atualizado>. Acesso em: 28 ago. 2023.

³⁵ BARBOZA, Miriane da Silva Santos. Cartilha-final-bullying-no-ambiente-escolar.pdf. O bullying no contexto escolar: estratégias de combate e de prevenção a luz da psicologia escolar educacional. s.d. Disponível em: <https://www.ufpb.br/eebas/contents/noticias/bullying-no-contexto-escolar/cartilha-final-bullying-no-ambiente-escolar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

cyberbullying, 03 participantes não sabem, 01 participante não respondeu, 05 responderam que não tem e 08 participantes responderam que sim.

Por fim, todos os participantes acreditam que é interessante usar uma cartilha interativa e informativa como material disponível aos pais, a fim de conscientizar e combater o bullying e/ou cyberbullying.

Nesta pesquisa, percebemos lacunas nos conhecimentos e erros de conceitos relacionados aos documentos normativos (PTD, PPP) e leis obrigatórias que regem a Educação Básica Pública do Paraná, especificamente a lei do bullying e cyberbullying.

Ao questionarmos sobre a formação acadêmica, observamos que os pedagogos reconhecem a importância de uma formação crítica profissional e do domínio das temáticas de bullying e cyberbullying, essenciais ao ensino. Também reconhecem a importância do papel da escola e da família. Contudo, evidenciamos um domínio insuficiente e uma defasagem nos currículos acadêmicos do curso de Pedagogia. A análise crítica atual aponta para novos desafios no processo de formação de professores, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, visando uma educação *antibullying* e *anticyberbullying* nas instituições públicas e privadas.

As instituições de formação em Pedagogia devem reformular e refletir sobre as adequações dos currículos, considerando a dinâmica da sociedade, dos professores, dos pedagogos, dos profissionais da Educação e das leis que norteiam a Educação. Buscar respostas para questões relacionadas à socialização, formação, convivência, ética, criatividade, liberdade, direito, inclusão, igualdade, alteridade e responsabilidade social é essencial.

Do mesmo modo, constatamos uma carência e falta de aplicabilidade de material teórico-didático, como cartilhas, no combate ao bullying e cyberbullying no ensino e nas escolas estaduais do Paraná, onde os pedagogos participaram da pesquisa. Os pedagogos demonstram interesse em materiais pedagógicos capazes de abordar problemas emergentes, como por exemplo o cyberbullying. Apesar de conhecerem o recurso cartilha, há lacunas no que tange ao seu uso efetivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa quer dar visibilidade e relevância ao papel social contra o cyberbullying, um assunto envolto de tabus. Sempre a partir de um percurso acadêmico e reflexões ocorridas em diferentes fases de formação: nossa vivência profissional, na leitura da BNCC (Brasil, 2018), leis e outros documentos normativos, no mestrado com o estudo do bullying, quando pesquisamos os alunos sobre a temática e seus conhecimentos, onde aplicamos uma atividade e produzimos um produto educacional direcionado aos professores e demais leituras que compõem o programa de doutorado realizado.

Também, nesse processo socializador, fomentamos oferecer um pouco sobre aspectos de nossas vidas, considerando o âmbito escolar, a fim de construção de uma comunidade responsável e inclusiva, com identidade, vínculos afetivos e sociais, solidariedade, círculo de pertencimento, conceitos de rede social e comunidades virtuais, compreensão de regras, segurança cibernética, ética e convivência, criatividade, formatos de argumentação, compreensão entre a dualidade virtual e presencial e os desafios das provocações numa perspectiva participativa e cultural do ciberespaço.

Este trabalho, também, busca a intersecção da temática cyberbullying, dimensão preventiva, com o enfoque no Ensino para ampliar a autonomia do protagonismo, estruturação da personalidade adulta, espírito de sociedade, desenvolver afetividade, competências socioemocionais e a autoria nas práticas sociais utilizando as diversas linguagens de comunicação que estimulem o crescimento do estudante como ser social.

Para isso, observamos que é necessário oferecer amplos subsídios aos pedagogos no que tange ao seu desenvolvimento pleno como pedagogo desde o currículo de formação profissional, conhecimentos sobre o seu papel na escola, compreensão da função do PPP e PTD e saber sobre a disponibilidade de materiais pedagógicos didáticos contemporâneos para que contemplem a globalidade da temática cyberbullying e possa atender satisfatoriamente as escolas de Ensino Básico Público nas ações de combate, conscientização e prevenção do cyberbullying.

Na busca de respostas e no contexto desta pesquisa, percebemos que todos os problemas formulados foram respondidos, tendo como objetivo geral compreender

as percepções e os conhecimentos atribuídos ao cyberbullying, sob a perspectiva de pedagogos. Entretanto, verificamos lacunas na formação curricular dos pedagogos, como também, sobre suas ações para o tema cyberbullying.

Para o primeiro objetivo específico apresentamos a temática cyberbullying, elaboramos a seção 1 que versa sobre apresentar e conceituar a temática do fenômeno. Nessa seção abrangemos o meio que se encontra o cyberbullying e suas especificidades. O cyberbullying é o bullying realizado por meio das tecnologias digitais, é a prática da intimidação, humilhação, exposição vexatória, perseguição, calúnia e difamação.

No que tange ao objetivo específico analisar os documentos oficiais normativos, geramos a seção 2 que aborda como a temática cyberbullying aparece nesses documentos oficiais. Numa escola circulam vários tipos de documentos que norteiam a educação básica, diz respeito diretamente à escola para ser constituída e para que cumpra seu pape social de formar cidadãos para as diversas demandas de uma sociedade. São eles: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Referencial Curricular do Paraná – RCP, Currículo de Rede Estadual Paranaense – Crep), com o propósito de diagnosticar o que tais documentos trazem sobre a temática.

Na seção 3, método, tratamos do objetivo específico realizar revisão de literatura, como outras pesquisas científicas abordam a temática cyberbullying e o que sabem sobre o problema investigado. Verificamos as teses vigentes sobre cyberbullying nas bases da CAPES, no âmbito da Educação e do Ensino no período de 2018 a 2023. A revisão da literatura teve como objetivo levantar sobre e como o tema em estudo estava apresentado em outras pesquisas e o que outros autores sabem sobre o fenômeno estudado. Bem como a técnica de coleta de dados.

A seção 4 e seção 5, apontamos a descrição dos conteúdos categoriais e as categorias de análise a partir dos estudos de Gomes et.al (2005) e de Sampaio e Lycarião (2021). A fim de responder o objetivo específico sobre o conhecimento e saberes dos pedagogos que atuam no Ensino Fundamental e Médio na Educação Básica do Paraná.

Dentro das proposições elencadas, pesquisamos com cuidado para pudéssemos compreender o cyberbullying no âmbito escolar sob a perspectiva de pedagogos. Percebemos que o uso da internet é uma realidade e o cyberbullying tem um potencial poderoso de violência.

Do lado dos pedagogos, observamos boas intenções, porém, vimos que pode haver falhas de formação que são necessárias para lidar com o cyberbullying e que nem todo pedagogo está preparado para orientar alunos e professores a lidarem com esse problema de violência escolar, cyberbullying. Testemunhamos um descumprimento da Lei sobre o cyberbullying e desconhecimentos de regras escolares. Além do mais, observamos a ausência de capacitação desses atores, neste caso, os pedagogos.

Esperamos estimular, semear e aumentar a preocupação do uso positivo, participativo, criativo, responsivo e ético das diversas mídias onde os envolvidos consigam desenvolver capacidades, habilidades e competências com o manejo correto, com tolerância e soluções inteligentes em momentos inusitados por meio da prática responsável e despertar o senso crítico.

Ademais, esperamos que haja mais pesquisas sobre a temática e que professores, equipe pedagógica e pais estejam em maior comunicação diária no fomento do diálogo, cada um realizando o seu papel no âmbito escolar.

Concluimos que políticas públicas estaduais e nacionais são divergentes da prática no âmbito escolar. Afirmamos a necessidade de executá-las para uma melhor compreensão e conhecimento.

Além de almejarmos novas pesquisas, aspiramos novas formações continuadas para pedagogos sobre PTD e PPP, o papel das socioemocionais e materiais teórico-pedagógicos que auxiliem a escola em perpetuar espaços mais democráticos, com rodas de conversa, palestras e momentos para que os alunos também sejam capazes de participar das decisões sobre os problemas de violência escolar, em especial do cyberbullying, que se enfrenta no cotidiano escolar a fim de tornar o espaço escolar uma convivência sadia e com valores sólidos para todos.

Por fim, sabemos que não vamos exaurir os problemas relacionados ao cyberbullying, e sim, estimulamos a novas reflexões e novos caminhos a trilhar no âmbito escolar, científico e acadêmico

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. de. **Brasil é o 5º país com mais usuários de internet no mundo.** Página eletrônica, [s./d.], out., p. *on-line*, 2022. Disponível em: <https://jeffersondealmeida.com.br/brasil-e-o-5o-pais-com-mais-usuarios-de-internet-no-mundo>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- ANTONOWICZ, L. Addressing violence in schools: selected initiatives from West and Central Africa. **ActionAid**, Plan, UNICEF, 2010.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Editora Penso, 2018.
- BALOGH, I. R. S. da. **A Espetacularização da Violência Na Escola: O bullying e o suicídio como efeito devastador na educação.** 2020. 275 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.
- BARBOZA, M. S. S. **O bullying no contexto escolar:** estratégias de combate e de prevenção a luz da psicologia escolar educacional. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://www.ufpb.br/eebas/contents/noticias/bullying-no-contexto-escolar/cartilha-final-bullying-no-ambiente-escolar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BASSANI, P. S.; MAGNUS, E. B.; WILBERT, B. A curadoria digital on-line e o processo de formação do professor-autor: experiências de autoria em/na rede. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 6, n. 1, p. 93-106, 2017.
- BAUMAN, Z. **Vida para Consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECHARA, V. **A onda de barbaridade dos massacres em escolas no Brasil.** Página eletrônica, Revista VEJA, 1. ed. 2836, 12 abr., 2023, edição. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-onda-de-barbaridade-dos-massacres-em-escolas-no-brasil/>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- BEHRENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. **Teor. e prat. Educ**, v. 6, n. 14, 2008.
- BEHRENS, M. A. A. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente.** 21. ed., Revista atual, Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2013.
- BELSEY, Brian. **Cyberbullying:** an emerging threat to the 'always on' generation. 2006.
- BELUCE, A. C. **Estudantes e as Tecnologias Digitais:** Relações Entre Cyberbullying e Motivação para Aprender. 2019. 210 f. Tese (Doutorado em Educação), Pós-Graduação em Educação, Instituição de Ensino: Universidade

Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

BENEDICTO, T. **Brasil registra 9 ataques em escolas neste ano e atinge patamar recorde; relembre casos:** a partir de 2019, a incidência desse tipo de crime passou a aumentar e atingiu patamares mais elevados em 2022 e 2023. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-9-ataques-em-escolas-neste-ano-e-atinge-patamar-recorde-relembre-casos/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BOUER, J. **23% dos estudantes brasileiros já sofreram bullying, diz pesquisa.** Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2022. Disponível em: <https://doutorjairo.uol.com.br/leia/23-dos-estudantes-brasileiros-ja-sofreram-bullying-diz-pesquisa>. Acesso em: 8 out. 2023.

BOZZA, T. C. L. **Adolescentes e interações on-line:** uma proposta de intervenção educativa visando à convivência ética virtual. 2021. 349 f. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Cesar, 2021.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRANCHER, R.; CANTERLE, L. D.; MACHADO, F. de C. **Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional e tecnológica:** dilemas e provocações contemporâneas. Curitiba: Brasil Publishing, 2019.

BRASIL. **Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar.** Página eletrônica. Ministério da Educação – MEC, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1. ed., [s./d.], 10 mai.1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205.asp. Acesso em: 20 jun. 23.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, Ministério da Educação e Cultura. *In: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* 1. ed., 20 dez., 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 junho 23.

BRASIL. Lei nº 12.737. Congresso Nacional, 30 nov., 2012. *In: Decreto-Lei nº 2.848,* 1. ed., 7 dez., 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Página eletrônica. Ministério da Educação – MEC, Brasília, DF, p. *on-line*, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao->

basica- 2013-pdf/file/. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Atividade legislativa**. Página eletrônica. Senado Federal, [s./d.], 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160159>. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.852**. Página eletrônica. Congresso Nacional, Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, [s./d.], 5 ago., 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.185**. Página eletrônica. Congresso Nacional, [s./d.], 6 nov., 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.663**. Página eletrônica. Congresso Nacional, art. 12, [s./d.], 14 maio 2018, 2023. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13663-14-maio-2018-786678-publicacaooriginal-155555-pl.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.709. *In*: BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Página eletrônica. Congresso Nacional, [s./d.], 14 ago. 2018, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.718. *In*: BRASIL, **Código Penal. 24 set. 2018**. Página eletrônica. Decreto-Lei, n. 3.688, 3 out., 1941, Lei das Contravenções Penais, p. *on-line*, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL **Lei n.º 14.811**. Ministério Público, página eletrônica, p. *on-line*, 12 jan., 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm#:~:text=Institui%20medidas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0, Penal\)%2C%20e%20as%20Leis%20n%C2%BA](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm#:~:text=Institui%20medidas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0, Penal)%2C%20e%20as%20Leis%20n%C2%BA). Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução N.º 7, de 14 de dezembro de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica – CNE/CEB, 1 seção, 15 dez., p. 34, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. **Paraná oficializa acordo de cooperação técnica com Governo Federal para implementar programa Reconecte**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/parana-oficializa-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-governo-federal-para-implementar-o-programa-reconecte>. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica**. Ministério da Educação, página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2020. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Guia para implementação do pacto da escuta e atualização**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, p. *on-line*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/guia-para-implementacao-do-pacto-da-escuta-protegida-e-atualizado>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CAPES. **Catálogos de Teses e Dissertações**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, p. *on-line*, 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10 out. 2023.

IBGE. **IBGE Educa**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21457-a-saude-dos-adolescentes.html>. Acesso em: 19 set. 2022.

IBGE. **Dados**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

IBGE. **Questões de gênero**: indicadores de saúde mental são piores para as meninas. Agência IBGE Notícias: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página eletrônica, p. *on-line*, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31606-questao-de-genero-indicadores-de-saude-mental-sao-piores-para-as-meninas>. Acesso em: 8 out. 2023.

BRONZE, G.; NETO, V. **Polícia identifica alunos responsáveis por montagens de “nudes” com inteligência artificial**. Jornal CNN, página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2 nov. 2023. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-identifica-alunos-responsaveis-por-montagens-de-nudes-com-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CALSARA, F.; CRISTO, L. **Por vingança, responsável por ataque planejou o crime por quatro anos, diz a polícia**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/responsavel-por-ataque-planejou-ataque-escola-por-quatro-anos/>. Acesso em: 12 set. 2023.

CARPENTER, L. M.; HUBBARD, G. B. Cyberbullying: Implications for the Psychiatric Nurse Practitioner: Cyberbullying: Implications for the Psychiatric Nurse Practitioner. **J Child Adolesc Psychiatr Nurs**, v. 27, n. 3, p. [s./n.], 2014.

CASTRO, C. S. de. **Violência e cultura digital**: o youtube e o cyberbullying de alunos do ensino médio contra os professores. Repositório Institucional, [s./d.], p. *on-line*, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12217/Tese%20Camila%20Sandim%20de%20Castro%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 ago. 2023.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação.** São Paulo: Cortez, 2013.

COE, R. Comunicados de imprensa. **UNICEF/BRZ.** Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2020 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>. Acesso em: 27 maio 2023.

COOK, S. Cyberbullying facts and statistics for 2018 – 2023. **Camparitech**, página eletrônica [s./d.], p. [s./n.], 2023. Disponível em: <https://www.comparitech.com/internet-providers/cyberbullying-statistics/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, R. **A Cultura Digital.** 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

DONEGAN, R. **Bullying and cyberbullying: history, statistics, law, prevention and analysis.** The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications, Elon, Spring, v. 3, n. 1, p. 33-42, 2012. Disponível em: <https://eloncdn.blob.core.windows.net/eu3/sites/153/2017/06/04DoneganEJSpring12.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso.** São Paulo: ed. UNESP, 2000.

EDUCA MUNDO. **Cultura digital: saiba o que é, diferenças e importância.** Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://www.educamundo.com.br/blog/cultura-digital#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20cultura%20digital%3F%20A%20cultura%20digital,bem%20como%20essas%20tecnologias%20s%C3%A3o%20incorporadas%20na%20sociedade>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ESTADÃO. **Cyberbullying aumenta com a pandemia.** PINHEIRO, V. (org.), Jornal Estadão, página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2020. Disponível em: <https://bora.ai/blog/cyberbullying-aumenta-com-a-pandemia>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GAZETA. **Brasil registra 9 ataques em escolas neste ano e atinge patamar recorde: relembre casos.** Jornal Gazeta do Povo, página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/responsavel-por-ataque-planegou-ataque-escola-por-quatro-anos/>. Acesso em: 24 set. 2023.

FERREIRA, C. *et al.* Tessituras teórico-metodológicas sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras: conjugações entre saberes e fazeres. In: FERREIRA, C. **(Inter)Culturalidade em prol da competência comunicativa nas aulas de línguas estrangeiras ou línguas adicionais.** Londrina: UEL, 2012.

FERREIRA, J. de L. **Cultura Digital e Formação de Professores: uma análise a partir da perspectiva dos discentes da Licenciatura em Pedagogia.** Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2022. Disponível em: <https://www.bing.com/search?FORM=U523DF&PC=U523&q=cultura+digital%2C+ferreira%2C+2020>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FERREIRA, J. de L. Cultura Digital e Formação de Professores: uma análise a partir da perspectiva dos discentes da Licenciatura em Pedagogia. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, e75857, p.1-19., 2020.

FERREIRA, T. R. S. C.; DESLANDES, S. F. Cyberbullying: Conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. [s./n.], 2018.

FREGONASE, H.; MAGALHÃES, R.

Tarcísio: “A gente tem que combater o bullying e a homofobia nas escolas”. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/10/5136785-tarcisio-a-gente-tem-que-combater-o-bullying-e-a-homofobia-nas-escolas.html>.

Acesso em: 28 set. 2023.

GALLIANO, A. G. **O método científico:** teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GIRARDI, A. P. A pandemia do novo coronavírus e a crise da reprodução social.

Revista Aluvião, v. 1, n. 1, p. [s./n.], 12 jul., 2020. Disponível em:

<https://www.revistaaluviao.com.br/a-pandemia-do-novo-coronavirus-e-a-cri-se-da-reproducao-social/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

GLOBO. **Denúncias de crimes cometidos pela internet mais que dobram em 2020**. Portal de Notícias G1, página eletrônica, p. *on-line*, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/02/09/numero-de-denuncias-de-crimes-cometidos-pela-internet-mais-que-dobra-em-2020.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa Qualitativa. 2005. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade, 4 cap., 2005. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/317685803/GOMES-R-Analise-e-Interpretacao-de-Dados-de-Pesquisa-Qualitativa>. Acesso em: 11 set. 2023.

HARRISON, H. **Me puniram por ser gay**. Depoimento dado a Marina Lang. Revista VEJA, São Paulo: abril, 2750. ed., ano 54, n. 31, p. [s./n.], 2021.

HARTUNG, P. 2021, ano decisivo para um futuro mais verde. **GESEL, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. [s./d.], p. [s./n.], 2021.

Disponível em:

https://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/56_hartung_2021_04_06.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **Bullying e Cyberbullying:** causas, consequências, intervenções, ajuda e prevenção. Página eletrônica, [s./d.], *on-line*

p., 2021. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/bullying-cyberbullying-causas-consequencias-intervencoes-ajuda-e-prevencao/>. Acesso em: 17 out. 2023.

KAHLMEYER-MERTENS. R. S. **A filosofia em curso III**. Porto Alegre: Evangraf; Paraná: Unioeste, 2015.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2015.

KOWALSKI, R.; GIUMETTI, G.W.; SCHROEDER, A.N.; LATTANNER, M.R. Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. **Psychological Bulletin**. v. 40, n. 4, 2014.

LEAL, A. GLOBO. **Dez massacres em escolas foram evitados em 2021 no Brasil com apoio de agência americana, diz governo federal após caso no RN**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/dez-massacres-em-escolas-foram-evitados-em-2021-no-brasil-com-apoio-de-agencia-americana-diz-governo-federal-apos-caso-no-rn-25158621?versao=amp>. Acesso em: 18 ago. 2021.

LEMBKE, A. **A internet é uma droga**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2022. Disponível em: https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/anna-lemcke-de-nacao-dopamina-a-internet-e-uma-droga/#google_vignette. Acesso em: 30 out. 2023.

LEMONS, V. **'Já acabou, Jéssica?': Jovem abandonou estudo e caiu em depressão após virar meme**. BBC News Brasil, São Paulo, p. *on-line*, 1 set. 2021. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/bbc/2021/09/01/ja-acabou-jessica-jovem-abandonou-estudo-e-caiu-em-depressao-apos- virar-meme.htm>. Acesso em: 4 set. 2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. COSTA, C. I. da C. (tradução). 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIBÂNEO, J. C. *et al.* **As políticas educacionais, as reformas de ensino e os planos e diretrizes: a construção da escola pública**. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Revista ampliada, São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Revista e ampliada, Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, A. M. A. **Cyberbullying e outros riscos da Internet: despertando a atenção de pais e professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

LINO, F. S. da. **Cyberbullying e Educomunicação: a criação e o fortalecimento de ecossistemas educacionais como reação e superação da violência virtual**. UDESC, Santa Catarina, p. *on-line*, 2021. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/Fernanda da Silva Lino Tese 16298365013419_296.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

MACHADO, L. L.; RODRIGUES, R.; BITAR, R. **G1 SP e TV Globo. Ainda não somos capazes de combater o bullying e a homofobia, diz Tarcísio após ataque a escola em SP.** Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/23/ainda-nao-somos-capazes-de-combater-o-bullying-e-a-homofobia-diz-tarcisio-apos-ataque-a-escola-em-sp.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARKONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MASTACHE, A. **Formar personas competentes:** desarrollo de competencias tecnológicas y psicosociales. 1. ed, Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Materiales Didácticos, 2009.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2018.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. *In: Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania:* aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas, 2015.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, M. V. Com crianças mais tempo online na pandemia, famílias e escolas precisam ficar atentas ao cyberbullying. **Porvir:** inovações em educação, v. [s./d.], p. *on-line*, 7 maio, 2021. Disponível em: <https://porvir.org/com-criancas-mais-tempo-online-na-pandemia-familias-e-escolas-precisam-ficar-atentas-ao-cyberbullying/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

OLIVEIRA, R. ONU escuta estudantes para decidir como aplicar o direito das crianças na internet. **El país**, v. [s./d.], p. [s./n.], 18 abril 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-19/onu-escuta-estudantes-para-decidir-como-aplicar-o-direito-das-criancas-na-internet.html>. Acesso em: 28 maio 2023.

OLWEUS, D. **Bullying at school:** What we know and what we can do. Malden, MA: Blackwell Publishing, 1993.

OMS. **Versão final da nova Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-11) é publicada.** Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-nova-classificacao-internacional-doencas-da-oms-cid-11-e>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ONU. **Bullying cibernético é a maior preocupação no uso da internet por crianças.** Organização das Nações Unidas, página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*,

2022. Disponível em:

<https://www.bing.com/search?FORM=U523DF&PC=U523&q=Unicef+diz+que+a+cada+30+segundos%2C+um+menor+se+torna+usu%C3%A1rio+da+rede%3B+40%25+dos+ouvidos+por+pesquisa+da+Uni%C3%A3o+Internacional+de+Telecomunicações%3A7%C3%B5es+relatam+receios+com+insegurança%3A7a+na+tela%E2%80%9D%2C+ONU+2022>. Acesso em: 13 mar. 2023.

OPAS. **Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)**. Página eletrônica. Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-11), [s./d.], 11 fev., p. *on-line*, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-nova-classificacao-internacional-doencas-da-oms-cid-11-e>. Acesso em: 28 mai. 2023.

NASCIMENTO, J. K. F. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PALFREY, J. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. LOPES, M. F.; GILENO, P. (tradução), CYSNEIROS, P. (revisão técnica), Porto Alegre: Grupo A, 2011.

PARANÁ. **Currículo de Rede Estadual Paranaense - CREP**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2021. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_lingua_portuguesa_anos finais.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

PARANÁ. **Secretaria da Educação. Aplicativos e Plataformas Educacionais**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/iniciar/>. Acesso em: 1 out. 2023.

PARANÁ. **Orientação n. 006/2019**. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/orientacao_062019_suedseed.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

PARANÁ. **Guia de orientação às equipes diretivas e pedagógicas dos protocolos de situações de violência intra e extraescolar**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/guia_orientacao_protocolo_situacao_violencia.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

PIMENTA, S. G. **O Pedagogo na Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

PINHEIRO, V. Cyberbullying aumenta com a pandemia. Página eletrônica: Jornal Estadão, [s./d.], 19 ago., 2020, p. *on-line*. Disponível em: <https://bora.ai/blog/cyberbullying-aumenta-com-a-pandemia>. Acesso em: 28 mai. 2023.

RCPR. **Referencial Curricular do Paraná**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <http://www.referencialcurricularparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

RIBEIRO, N. A. **Cyberbullying**: práticas e consequências da violência virtual na escola. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

ROGERS, R.; SALGADO, T.B. P. **O fim do virtual**: os métodos digitais. Lumina. v. 10, n. 3, p. *on-line*, 2016.

SAFERNET BRASIL. **Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2023. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/site/prevencao/cartilha/safer-dicas/safernet>. Acesso em: 4 out. 2023.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Coleção Metodologias de Pesquisa, Brasília: ENAP, 2021. 157 p.

SANTANA, E. T. **Bullying e cyberbullying: agressões dentro e fora das escolas: teoria e prática que educadores e pais devem conhecer**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SARTORI, A. **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos**: diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, Santa Catarina, 2014.

SHARIFF, S. **Ciberbullying**: questões e soluções para a escolar, a sala de aula e a família. COSTA, J. E. (tradução), FANTE, C. (revisão técnica). Porto Alegre: Artmed, 2011.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. 2. ed. São Paulo: Globo, 2015.

SILVA, J. M. A. P.; SALLES, LEILA, M. F. **Jovens, violência e escola**: um desafio contemporâneo [online]. SILVA, J. M. A. P.; LEILA, M. F. (org.), São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SHIMABUKURO, I. **43% dos brasileiros se envolveram com bullying entre 2019 e 2020, diz pesquisa**. ANDRION, R. (editado), [s./d.], 9 fev., 2021. **Olhar Digital**. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/02/09/seguranca/43-dos-brasileiros-se-envolveram-com-bullying-entre-2019-e-2020-diz-pesquisa/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

SMITH, P. K. **Bullying: recent developments**. Child and Adolescent Mental Health, v. 9, n. 3, p. [s./n.], 2004.

SUY, A. **Ninguém veste a pele do outro, ainda que o suponha**. Página eletrônica, Instagram: @ana_suy, p. *on-line*, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CW54fxilrHr/?igsh=OXE4azM4YW1udzJz>. Acesso em: 25 fev. 24.

TOGNETTA, L. R. P. Violência na escola: os sinais de bullying e o olhar necessário aos sentimentos. *In*: Pontes, Aldo; De Lima, V. S. **Construindo saberes em educação**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2005.

TUBE, V. **Viih Tube desabafa sobre amizades**: "Arrumei muitas por interesse". 2021. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2021/06/viih-tube-desabafa-sobre-amizades-arrumei-muitas-por-interesse.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UNICEF. **Hidden in plain sight**: a statistical analysis of violence against children. New York, Fundo das Nações Unidas para a Infância, p. [s./n.], 2014.

VALLE, N. C. **Pelos caminhos da educação**: bullying, cyberbullying e dependências. Rio de Janeiro: Novo Ser, 2011.

VINHA, T. **Comunicação no processo de autotransformação**: os problemas de convivência na escola e o desenvolvimento socioemocional e moral. Página eletrônica, p. *on-line*, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/Kika/Downloads/2023_05_21_maio_TELMA_VINHA_pesquisa.pdfhttps://www.youtube.com/watch?v=WcVN0mSI2Nc&list=PL7YWkoJ-Z6tfl_PAdMaitUuGOgK-jGahF&index=4. Acesso em: 4 out. 2023.

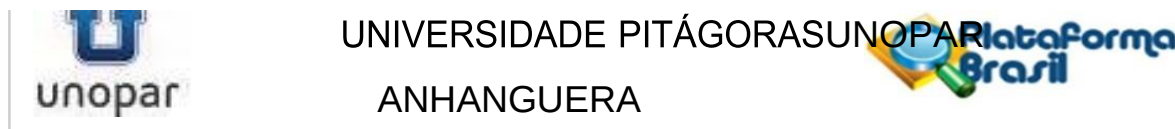
UNESCO. **Um em cada três alunos em todo o mundo foi vítima de bullying**. Página eletrônica, [s./d.], p. *on-line*, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/11/1731802>. Acesso em: 20 out. 2023.

WILKINS, J.; HOOVER, J. H.; MILTENOFF, P.; DOWNING, T. K. E. New Communication Technologies And The Emergence Of Cyberbullying. **The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences**, v. 2, n. 3, p. [s./n.], 2007.

ZANELLA, L.C.H. **Metodologia da Pesquisa**. Santa Catarina, Florianópolis: SEaD: UFSC, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ESCOLA E O FENÔMENO DO CYBERBULLYING:
CONSCIENTIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO E MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Pesquisador: Eliza Adriana Sheuer Nantes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70733023.0.0000.0108

Instituição Proponente: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.273.728

Apresentação do Projeto:

Extraído do PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO.2150550.pdf.em 28/07/2023:

Com a implementação tecnológica, novos gêneros discursivos midiáticos passam a fazer parte do nosso cotidiano. O mundo e as pessoas tiveram de se adaptar às novas formas de comunicar, aprender, ler, escrever, valorizar o emocional e interagir. O sistema escolar brasileiro precisa atender essa demanda e ensinar a flexibilidade de convivência diversa da cultura digital, ampliar a “inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola” (BACICH, MORAN, 2018, p. Apresentação xi). Lamentavelmente, na cultura digital, vozes e olhares da sociedade registram manifestação de agressões virtuais, caracterizadas como cyberbullying, e têm evidenciado a falta de empatia e do afetivo nas interações midiáticas, revelando que há necessidade de (re)pensarmos o enfrentamento desses novos comportamentos característicos da era digital. Dupas (2000, p. 8) apregoa que o homem é livre, mas precisa ser orientado por valores éticos para os novos tempos, “não se trata de ir contra o desenvolvimento tecnológico, adotando um posicionamento reacionário” e sim, apropriar-se de que “a tecnologia pode e deve se submeter a uma ética que seja libertadora a fim de contemplar o bem-estar de toda a sociedade”. Para a promoção, a prevenção e a conscientização sobre a prática do cyberbullying, juventude e violência, filio-me de Brasil (2018), Belsey (2006), Lankshear e Knobel (2006), Slonje & Smith, 2008, Lima (2011), Shariff (2011), Kowalski, Limber, e Agatston (2012), Li, Cross & Smith (2012), Silva (2015), para ciberespaço, mundo contemporâneo e pós-modernidade Lévy (2010), Moran (2018), Plafrey

Endereço: Rua
Marselha, 591

Bairro: Jardim Piza
UF: PR **Município:** LONDRINA

Telefone: (43)3371-9849

CEP:

83.041-110

E-mail: cep@unopar.br



Continuação do Parecer: 6.273.728

(2011) e outros. Entendemos que a escola tem a função humanizadora de valores, assim, propomos a construção de criar uma estrutura de diálogo, reflexão e aprendizagem pensando nas demandas e necessidades estudantis no que se refere a dicotomia: teoria-prática, brincadeira- violência comportamentais nas relações. Justifica-se, portanto, a importância da pesquisa pela visibilidade no que concerne o aumento da exposição de si no ambiente virtual, a necessidade do desenvolvimento e pensamento crítico, ético e significativo dos educandos frente a cultura digital, cuidados preventivos no uso do ciberespaço, compreensão da convergência entre espaços presenciais e virtuais, visando auxiliar na formação e socializabilidade dos alunos com o uso social das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Assim, objetivamos nesta tese, investigar os significados atribuídos ao cyberbullying, sob a perspectiva de pedagogos, a fim de apresentar medidas de prevenção e conscientização acerca do fenômeno. Para tanto, mapeamos os conhecimentos dos pedagogos acerca do bullying e do cyberbullying, optamos por questionário estruturado de coleta de dados e nos pautamos e analisamos os documentos normativos de políticas públicas da Educação Básica do Paraná e Nacional, para compreendermos garantia de direito e combate às violências sistemáticas nas escolas. Hipótese: Partimos da hipótese que falta ao pedagogo informações sobre os significados atribuídos ao cyberbullying, o que tende a prejudicar ações que visem medidas de conscientização, enfrentamento e medidas de prevenção. Metodologia Proposta: A presente pesquisa é de cunho qualitativo. Uma das características principais apresentadas por Brancher, Canterle e Machado (2019, p. 98), a respeito da pesquisa qualitativa, é que ela “trabalha com ou a partir de um grande conjunto de dimensões evariáveis” e que, ainda, o pesquisador é responsável pelo estabelecimento do ambiente que será fonte de dados utilizados para a pesquisa, cujas informações coletadas são inicialmente descritivas e que, nesse processo, uma das grandes preocupações é a maneira como tudo isso é realizado, que se torna, muitas vezes, muito mais importante que o próprio produto final. Ao discorrer sobre os métodos de investigação, Eiterer (2010) assevera que a pesquisa-ação norteia membros de uma comunidade estudada a fim de propostas de soluções para problemas sociais detectados. Melhor dizendo, “é especialmente interessante na medida em que favorece processos nos quais o investigador deseja identificar os problemas, refletir acerca deles e agir no sentido de superá-los” (EITERER, 2010, p. 16). Na mesma linha, Gil (2002, p. 55) afirma que a pesquisa-ação é a combinação de uma ação com a resolução de um problema coletivo no qual pesquisador e participantes estão inseridos no contexto. Gil (2002) anuncia que a metodologia é descritiva,

Endereço: Rua
Marselha, 591
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43) 3371-9849

CEP:

E-mail: cee@unopar.br

Continuação do Parecer: 6.273.728

nível de escolaridade, estado de saúde física e mental” (GIL, 2002, p.42). A partir dos procedimentos adotados para a realização desta pesquisa, é classificada como exploratória pois há “levantamento bibliográfico” (GIL, 2002, p. 43). A delimitação do local da pesquisa restringe-se ao campo de atuação escolar perante os pedagogos no campo de atuação do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Londrina, Paraná. O NRE de Londrina atende Londrina com 76 colégios na cidade mais 18 (dezoito) municípios vizinhos, sendo eles: Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertãozinho e Tamarana. Os participantes que serão convidados para participarem desta pesquisa são pedagogos, devem ter como critério ser graduado em pedagogia que atuam e/ou atuaram na Educação Básica Pública Estadual do Paraná, que pertencem ao convívio da professora pesquisadora, logo a amostra dos participantes será por conveniência. A coleta de dados será realizada por meio do preenchimento do questionário, será realizado de forma individual, pessoal, mediante formulário digital online via link, Google Forms, ou via formulário enviado por e-mail, endereço eletrônico, ou WhatsApp. O questionário irá contemplar perguntas abertas e fechadas sobre idade, sexo, sua formação acadêmica do(a) pedagogo(a) e tempo de atuação, internet, bullying/cyberbullying, escola, redes sociais, papel da escola e instrumento de orientação para pais, estudantes e professores no âmbito escolar. Todos esses procedimentos terão o máximo de 15 minutos de duração. O questionário conforme Gil (2002, p. 115) não requer normas rígidas e uma estrutura fixa, a sua elaboração conta com a experiência dos pesquisadores e “constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir anonimato”. Ademais, Gil (1999, p.128), aclara “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Critério de Inclusão: O critério de inclusão para participar desta pesquisa é ser graduado em pedagogia e ter atuado em algum momento na Educação Básica do Paraná, melhor dizendo, pertencer ao Núcleo Regional de Educação do Paraná (NRE), Londrina-Pr. Critério de Exclusão: Não poderá participar desta pesquisa que não se enquadre no critério: ser graduado em pedagogia e ter atuado em algum momento na Educação Básica do Paraná, melhor dizendo, pertencer ao Núcleo Regional de Educação do Paraná (NRE), Londrina-PR.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar os significados atribuídos ao bullying e ao cyberbullying, sob a perspectiva de

Continuação do Parecer: 6.273.728

dispositivos eletrônicos pessoais. A pesquisadora esclarece, por medida de segurança, que tais arquivos somente serão salvos em dispositivos pessoais que contenham proteção contra vírus e ameaças, conforme inciso I, artigo 7º da LGPD.

Benefícios:

Não existem benefícios individuais para você, mas, além da contribuição para as pesquisas na área, pretende-se que este estudo possa contribuir indiretamente de forma teórica e conscientizar a comunidade escolar (pedagogos, professores, profissionais, pais e alunos) sobre a prática do bullying e do cyberbullying no âmbito escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

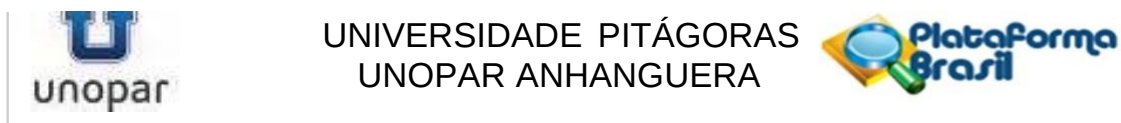
Extraído do PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO. Esta pesquisa tem como objetivo investigar os significados atribuídos ao bullying e ao cyberbullying, sob a perspectiva de pedagogos, a fim de apresentar medidas de prevenção e conscientização acerca do fenômeno. O quadro epistemológico sobre a prevenção e a conscientização sobre a prática do cyberbullying, juventude e violência, centra-se em Brasil (2018), Belsey (2006), Lankshear e Knobel (2006), Slonje & Smith, 2008, Lima (2011), Shariff (2011), Kowalski, Limber, e Agatston (2012), Li, Cross & Smith (2012), Silva (2015), para ciberespaço, mundo contemporâneo e pós- modernidade Lévy (2010), Moran (2018), Plafrey (2011) e outros. Metodologicamente recorre-se a pesquisa qualitativa, de abordagem documental ou bibliográfica, no viés descritivo e analítico. O instrumento de coleta de dados será o questionário, com questões abertas e fechadas, cujo preenchimento do questionário será realizado de forma individual, pessoal, mediante formulário digital online via link, Google Forms, ou via formulário enviado por e-mail, endereço eletrônico, ou WhatsApp. Os participantes serão pedagogos, professores graduados em pedagogia que atuam e/ou atuaram na Educação Básica que pertencem ao convívio da professora pesquisadora, logo a amostra dos participantes será por conveniência. Com esta pesquisa espera-se eleger ações que previnam o fenômeno estudado na escola.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os seguintes documentos foram postados: PB_ Informações Básicas do Projeto, Folha de rosto, Projeto detalhado do pesquisador, Cronograma, Instrumento utilizado para coleta de dados e TCLE. O TCLE foi atualizado de acordo com as recomendações do C.E.P.

Recomendações:

Não há recomendações. Sem óbices éticos.



Continuação do Parecer: 6.273.728

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os autores responderam às solicitações deste comitê e ajustaram os documentos satisfatoriamente.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2150550.pdf	28/07/2023 16:22:59		Aceito
Outros	questionario.pdf	28/07/2023 16:22:34	Eliza Adriana Sheuer Nantes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/07/2023 16:21:35	Eliza Adriana Sheuer Nantes	Aceito
Outros	Cartaresposta.pdf	28/07/2023 16:21:25	Eliza Adriana Sheuer Nantes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	28/07/2023 16:21:05	Eliza Adriana Sheuer Nantes	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	28/07/2023 16:20:49	Eliza Adriana Sheuer Nantes	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostopostar.pdf	19/06/2023 19:05:58	Eliza Adriana Sheuer Nantes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 31 de Agosto de
2023

Assinado por:
Regina Célia PoliFrederico
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Marselha, 591
Bairro: Jardim
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-9849
CEP: 86 041-140
E-mail: cep@unopar.br

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

Projeto de Pesquisa: **A ESCOLA E O FENÔMENO DO CYBERBULLYING: CONSCIENTIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO E MEDIDAS DE PREVENÇÃO**

Responsável / Aplicadora- Doutoranda: Prof^ª. Me. Cristiane Marques de AraujoOrientadora:
Prof^ª. Dr^ª Eliza Adriana Sheuer Nantes

Obs: Este questionário solicita informações sobre educação na escola e assuntos relacionados a políticas públicas. Não é obrigatório a sua identificação. DESDE JÁ QUERO AGRADECER A SUA DISPOSIÇÃO E AJUDA VOLUNTÁRIA PARA A PESQUISA.

1) Sexo?

(☐) Feminino(☐) Masculino

2) Idade?

(☐) Menos de 25(☐) Entre 25 a 29

(☐) Entre 29 a 39

(☐) Entre 39 a 49

(☐) Entre 49 a mais

03) Qual a sua formação acadêmica?

04) Você atua ou já atuou como professor da educação básica?

05) Há quanto tempo você trabalha como pedagogo (a)?

06) A internet nunca esteve tão presente na vida das pessoas. Esta afirmação para você é:

() Verdadeira.() Falsa.

07) Há histórias no ambiente escolar de práticas de bullying e de cyberbullying envolvendo estudantes de instituição escolar? E no âmbito escolar que atua?

08) Se na questão 07 sua resposta foi sim, você gostaria de relatar algum dos fatos?

09) Se você observou a prática do bullying e cyberbullying no contexto escolar, para você, qual gênero (feminino ou masculino) se queixa mais da prática? Saberria dizer qual gênero pratica mais? Saberria dizer qual idade mais afetada?

10) Na grade curricular, no que se refere o preparo dos futuros professores, você teve formação acadêmica para a prevenção e o combate do bullying e do cyberbullying?

11) Você sabe informar como a temática, bullying e cyberbullying, aparece no PPP e no PTD dos professores da escola?

12) Qual é o papel da escola, pedagogia e atores que a compõem frente a prática de bullying e cyberbullying? Quem a equipe pedagógica recorre quando identifica a prática no contexto escolar ou quando o estudante narra na escola?

13) Na sua opinião, quando o estudante diagnosticado que sofreu bullying e/ou cyberbullying podeter prejuízo na sua aprendizagem, na sua vida escolar? Se sim, qual(is)?

14) Qual é a orientação, o papel da família no combate ao bullying e/ou cyberbullying?

15) Os alunos costumam acessar os ambientes virtuais na escola?

16) Existe alguma regra, determinação para controlar o tempo de acesso e uso de ambientes virtuais pelos alunos na escola?

17) Quais eram os materiais, recursos pedagógicos que auxiliam o combate ao bullying e/ou cyberbullying para escolas?

18) Você conhece alguma cartilha interativa, digital on-line direcionada às escolas, a fim de conscientizar e combater a violência sistêmica? Se sim, qual (is)?

19) A escola possui algum cartilha de orientação sobre o bullying e/ou cyberbullying? Se sim, qual? Onde fica? Os professores têm acesso? E os alunos têm acesso? E os pais têm acesso?

20) Você acredita que seja interessante usar uma cartilha interativa e informativa como material disponível aos estudantes, a fim de conscientizar e combater o bullying e/ou cyberbullying?

21) Você acredita que seja interessante usar uma cartilha interativa e informativa como material disponível aos pais, a fim de conscientizar e combater o bullying e/ou cyberbullying?

ANEXO B - LEI N.º 13.663 DE 14 DE MAIO DE 2018**ANEXO C - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996****ANEXO D - Lei n.º 13.718, de 24 de setembro de 2018**



ANEXO E - Lei n.º 12.737, de 30 de novembro de 2012



ANEXO F - Lei n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018



ANEXO G - Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013



ANEXO H - Lei n.º 13.185 de 6 de novembro de 2015